

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2004

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

As informações apresentadas são consolidadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2004 foi de grandes realizações, com um crescimento substancial em todas as áreas de atuação da CEMIG. Buscamos a expansão equilibrada de nossa estrutura de negócios porque assim estaremos assegurando a sustentabilidade empresarial. O presente Relatório registra os resultados positivos dessa estratégia, seja através dos indicadores do desempenho seja pelas medidas que configuram uma empresa mais eficiente.

Lançamos as bases para o crescimento sustentável, através de um plano diretor que visa a uma participação de mercado que assegure uma presença entre as seis maiores empresas do setor elétrico brasileiro. Com este plano, buscamos cumprir a missão aprovada pelo Conselho de Administração de “atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social”.

Nossa estratégia foi desenvolvida para atingir o crescimento sustentável e agregar valor para acionistas e clientes. Graças a ela, obtivemos, em 2004, um aumento de 34% em nosso valor de mercado enquanto o IBOVESA variou somente 12%. No biênio 2003/2004, a CEMIG apresentou uma valorização de 162% e, em dezembro de 2004, seu valor de mercado chegou a aproximadamente R\$10 bilhões.

Para crescer com o ritmo necessário para atingir a participação de mercado prevista em nosso plano diretor, tivemos que rever toda a estratégia organizacional para torná-la adequada aos novos tempos de competição e mantida sua aderência aos preceitos legais e regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.

Identificar em tempos de mudança as oportunidades para crescer torna-se um processo crucial de busca e avaliação onde todo conhecimento do setor, experiência, tecnologia e foco no negócio se traduzem em vantagem competitiva.

A reorganização societária que empreendemos em 2004 vai muito além do simples cumprimento de disposições regulatórias e produzirá oportunidades de crescimento tanto no curto como no longo prazo.

A constituição de duas subsidiárias integrais para conduzir, uma, o negócio de geração e transmissão e, outra, o de distribuição, conferirá agilidade necessária para a adequação ao novo marco regulatório, além da dar maior transparência aos custos operacionais dos negócios.

Neste contexto, podemos citar a venda de nossa participação de 40% no capital da GASMIG para a Gaspetro, subsidiária da Petrobrás para o negócio de gás natural; além do ganho de capital proporcionado à CEMIG, a iniciativa irá ampliar o atendimento ao mercado de consumo de gás natural no Estado de Minas Gerais dos atuais 3,5 milhões de m³/dia para 4,5 milhões de m³/dia ao final de 2006, atingindo 11,1 milhões de m³/dia em 2023. Esta expansão elevará a GASMIG à condição de uma das maiores empresas do Estado em receita operacional.

Em 23 de dezembro, concluímos a aquisição, por R\$134 milhões, do controle acionário da Rosal Energia S/A, anteriormente pertencente à Caiuá Serviços de Eletricidade S/A – CAIUÁ. A usina de Rosal está situada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, no Rio Itabapoana, e possui uma potência instalada de 55 MW e energia assegurada de 30 MW médios. Apesar da pequena capacidade instalada, esta aquisição representa o primeiro e importante passo na implementação da estratégia de crescimento fora do Estado de Minas Gerais, ao qual estiveram até aqui circunscritas as operações da CEMIG.

Orientados para a criação de valor, estamos também revisando nossas práticas gerenciais, entre as quais destacamos: a atualização de nosso sistema de informações gerenciais para uma versão mais moderna e consistente com os compromissos internacionais de governança corporativa; a reestruturação do sistema de carreira e remuneração dos empregados para ampliar as oportunidades de crescimento profissional e vincular o crescimento salarial à lucratividade da empresa e a reestruturação organizacional voltada para a excelência gerencial e para o aumento da competitividade.

Do ponto de vista operacional, obtivemos resultados bastante favoráveis resultantes da revisão dos processos de aquisição de serviços, materiais e equipamentos com redução dos níveis de estoque, bem como a melhoria do atendimento aos clientes colocando à sua disposição um maior número de postos de atendimento seja através de telefone seja através de agências mais bem equipadas.

Ao final do ano, no âmbito do novo marco regulatório, participamos do leilão de contratos de capacidade de geração de usinas existentes, promovido pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, onde obtivemos preços bastante atrativos em relação a média de preços observada. Com o intuito de reduzir a exposição ao risco do leilão, tomamos a iniciativa de negociar com clientes industriais contratos cujo preço remunerasse de forma mais efetiva a excelência operacional de nossos ativos, proporcionando ganhos para as duas partes.

Cabe destacar também o bom desempenho e o quadro de solidez refletidos em nossos demonstrativos financeiros. O Lucro Líquido cresceu 15,6% chegando a R\$1.385 milhões, ou R\$8,54 por mil ações, alta de 15,6% comparado ao ano de 2003; geração de caixa, medida pelo conceito LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) atingiu a R\$2.266 milhões, 26% maior comparado ao ano anterior.

Nossa dívida está em R\$ 4,2 bilhões, aproximadamente 37% da capitalização da empresa (dívida líquida mais patrimônio líquido), onde 76% estão indexados a índices de inflação e 24% vinculados à variação cambial. Nosso objetivo é manter o endividamento próximo dos níveis atuais, sendo que captamos R\$1.546 milhões com prazos de vencimento que variam de 2 a 10 anos e assim obtendo um benefício maior: o alongamento de seu perfil. Ao final de 2004, os principais índices de cobertura da dívida apresentavam desempenho consistente com os compromissos assumidos junto a instituições financeiras, justificando a melhoria de nossa avaliação pela Moody's, agência internacional de classificação de risco de crédito, de Baa3 para Baa2.

Confiante na viabilidade dos resultados previstos em nosso Plano, a Administração propôs uma alteração estatutária visando a mudança de nossa política de dividendos para fixar o mínimo obrigatório em 50% do nosso lucro líquido. Acreditamos que essa iniciativa reforçará a atratividade de nossas ações. Além disso, o pagamento deverá se dar em duas parcelas semestrais no ano seguinte ao da declaração e a cada dois anos, sempre que houver caixa disponível, haverá dividendos extraordinários. Desta forma, estamos propondo aos nossos acionistas o pagamento de R\$693 milhões com dividendos a serem distribuídos no próximo ano.

Avançamos também no que se refere à governança corporativa, incorporando práticas reconhecidas internacionalmente, em especial a divulgação de nossos Princípios Éticos e Normas de Conduta que orientarão o comportamento dos administradores e empregados, o que representa um compromisso com os valores mais altos da sociedade em que estamos integrados.

Em reconhecimento à efetiva implementação de seus compromissos, a CEMIG foi selecionada, pelo quinto ano consecutivo, para compor o Dow Jones Sustainability Index, sendo a única concessionária de energia elétrica da América Latina a compor o índice. Há apenas três empresas no Brasil selecionadas nesses 5 anos.

Sentimo-nos, portanto, preparados para enfrentar, com sucesso, os desafios que surgirem no nosso caminho rumo à construção de uma empresa cada vez mais sólida, rentável e socialmente responsável.

AMBIENTE INSTITUCIONAL E O LEILÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O ano de 2004 foi marcado pelas expectativas dos resultados das mudanças no modelo energético implementadas pelo Ministério das Minas e Energia. O novo marco regulatório, aprovado pelo Congresso em março através da Lei 10.848, tem o desafio de garantir o suprimento de energia elétrica necessário ao desenvolvimento econômico do País a preços suportáveis pelos consumidores e com taxas de retorno atraentes para os novos investimentos.

Dentre os principais objetivos do Novo Modelo destacam-se:

- ❑ Garantia da segurança de suprimento - Para garantir a segurança de suprimento, o Novo Modelo estabelece a exigência de contratação da totalidade da carga pelos distribuidores e prevê ainda um cálculo realista dos lastros de geração (energia assegurada), a contratação de hidrelétricas e térmicas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo, e um monitoramento permanente do suprimento.
- ❑ Modicidade tarifária - a ser alcançada com a contratação de energia sempre por meio de leilões, na modalidade “menor tarifa”, pela contratação por licitação conjunta de compra de energia para distribuidores (*pool*) e pela contratação separada da energia de novas usinas (atendimento à expansão) e de usinas existentes (atendimento ao mercado existente), ambas por licitação.

As geradoras concessionárias de serviço público de geração de energia elétrica podem vender sua energia ao *pool* ou em contratos com consumidores livres, desde que a venda seja na forma de leilão para garantir publicidade, transparência e igualdade de acesso aos interessados.

Em dezembro de 2004 ocorreu o megaleilão das energias existentes, cujos produtos ofertados foram contratos de oito anos com início de fornecimento para 2005, 2006 e 2007.

Os preços praticados no leilão não agradaram aos investidores privados que entenderam haver uma descapitalização das empresas federais, um dos pilares de sustentação da expansão do setor, segundo a estratégia do governo que prescreve parcerias com agentes privados.

Por outro lado, o resultado do leilão irá beneficiar uma grande parte dos consumidores através de redução nas tarifas em 2005, principalmente aqueles cujas distribuidoras compravam energia através de contratos iniciais com preços superiores aos definidos no leilão.

Para viabilizar os projetos de expansão da geração foi adotado o modelo de licitação pelo menor preço ofertado, vinculado a um contrato de compra da energia por parte do *pool*, de forma a oferecer segurança ao investidor e conseqüentemente maior atratividade para o negócio.

Está previsto para fevereiro de 2005 o primeiro leilão dos empreendimentos relativos à expansão da geração, cujo resultado irá mostrar se os objetivos do governo serão alcançados.

Participação da CEMIG no leilão de energia

A CEMIG buscou uma adequada preparação para atuar no novo ambiente regulatório e também para participar do leilão de energia elétrica, destacando-se as seguintes medidas:

- ❑ Redução da exposição no leilão, através da negociação de contratos bilaterais com consumidores livres. O preço médio dos contratos bilaterais para 2005 foi de R\$71,00/MWh (21,00% superior aos preços negociados no leilão para 2005). Desta forma, a CEMIG não negociou nenhum MWh no leilão para fornecimento em 2005.
- ❑ Avaliação dos cenários através do mapeamento e acompanhamento do mercado, com a identificação de riscos e implementação de medidas mitigatórias.
- ❑ Equipe com experiência em negociações de contratos de energia, com adequado treinamento, inclusive no exterior.
- ❑ Contratação de consultoria especializada, com conhecimento e técnicas de simulação utilizando as regras oficiais.

Como resultado desta preparação, a CEMIG vendeu pelo período de 8 anos, com entrega a partir de 2006, 927 MW médios ao preço de R\$69,58/MWh, ou seja, R\$2,25/MWh acima do preço médio negociado.

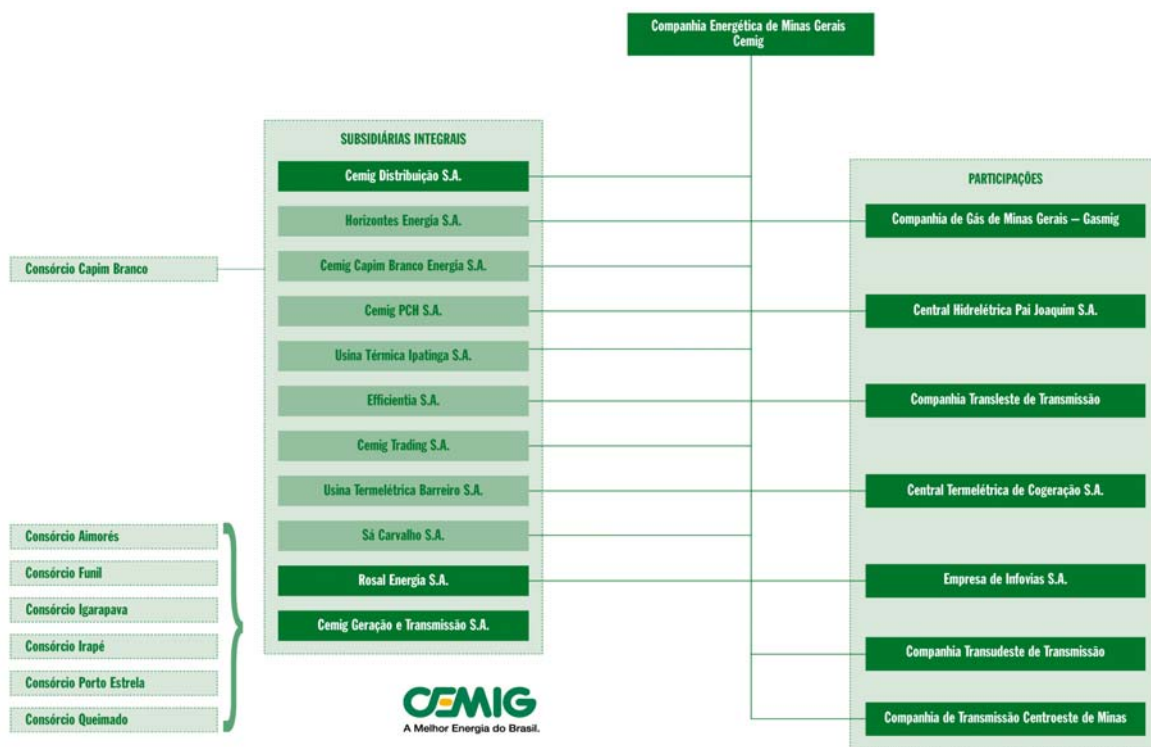
DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam que a Companhia deveria reestruturar suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Conforme determinação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2003, a CEMIG desenvolveu estudos que resultaram na implementação da desverticalização das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, adequando-se a exigência constante da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro.

Desta forma, a CEMIG constituiu as subsidiárias integrais de capital aberto, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica. A empresa Companhia Energética de Minas Gerais terá como principal ativo a sua participação no capital das empresas mencionadas e das demais controladas, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Os principais saldos de ativos e obrigações transferidos para as empresas subsidiárias estão demonstrados nas Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2004. A estrutura da CEMIG após a desverticalização fica conforme segue:



FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

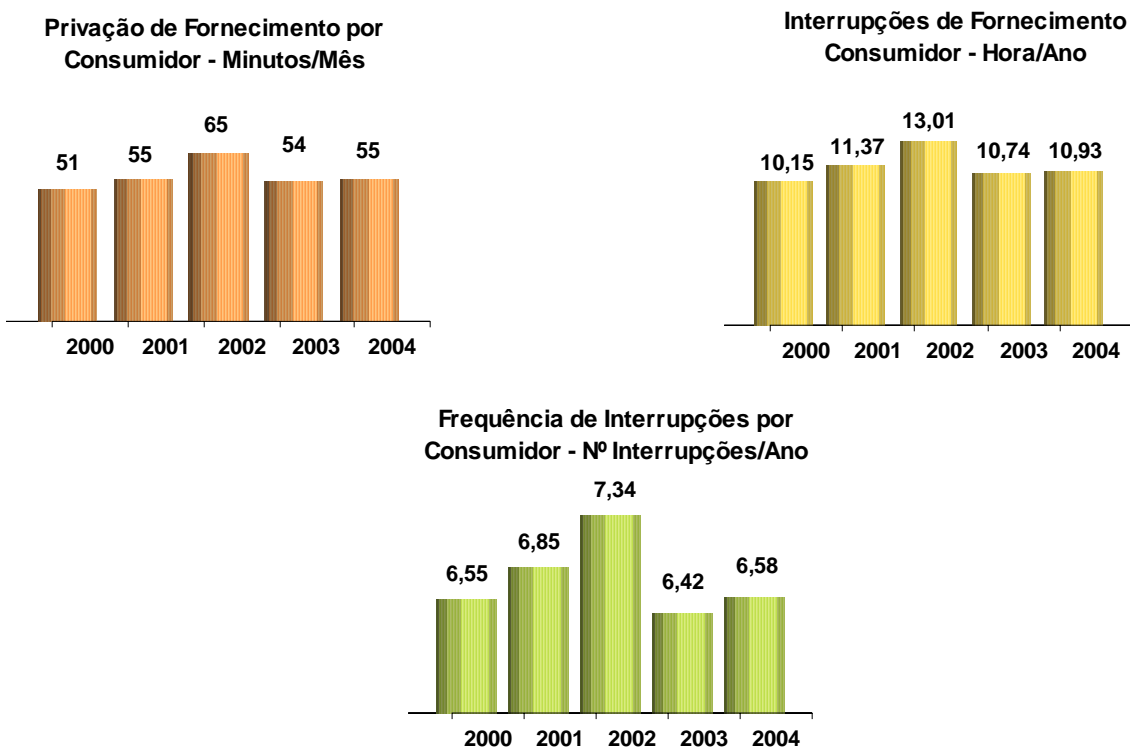
Política de atendimento

A CEMIG implementa, de forma contínua, melhorias na sua estrutura de atendimento aos seus clientes, de forma a estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento as suas expectativas e interesses. Dentre as ações, destacamos:

- ♦ Reestruturação e modernização das Agências de Atendimento para adequá-las à uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento “Fale com a Cemig”.

- ♦ Instalação de máquinas de auto-atendimento em locais externos como centros comerciais, shopping-centers e outros (Internet Pública), possibilitando maior interação com o cliente.
- ♦ Credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias) sinalizados com a marca CEMIG (Agentes Cemig Fácil), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representante da CEMIG, beneficiando com esta ação, mais de 600 municípios mineiros.
- ♦ Implementação do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes onde são utilizando formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- ♦ Expansão da Central Fale com a Cemig, hoje estruturada com mais de 300 posições de atendimento, permitindo maior eficiência nos serviços, sem o deslocamento do cliente.

Qualidade no fornecimento

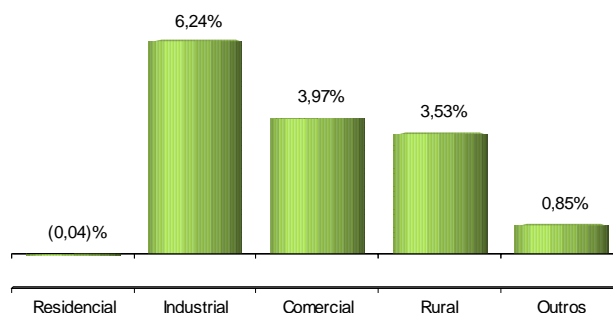


Mercado de energia elétrica

Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, em 2004 a CEMIG alcançou um volume de vendas próximo do registrado em 2000, período anterior ao racionamento de energia elétrica.

Venda de energia elétrica a consumidores finais - GWh					
Classe	2000	2001	2002	2003	2004
Industrial	22.247	21.351	21.906	21.715	23.071
Residencial	7.576	6.475	6.360	6.529	6.526
Comercial	3.584	3.269	3.283	3.402	3.537
Rural	1.676	1.572	1.705	1.783	1.846
Outros	2.426	2.229	2.330	2.478	2.499
Total	37.509	34.896	35.584	35.907	37.479

Variação de Mercado 2004/2003 (MWh)



A expansão nas vendas em 2004 foi impulsionada pelo incremento do consumo no segmento industrial, estimulada pelo crescimento das exportações e pelos seus efeitos multiplicadores sobre o restante da economia.

Entre os setores industriais que mais cresceram o consumo, destaca-se a indústria metalúrgica, cujo consumo aumentou 9,90%, sendo responsável por 50,7% do consumo industrial no mercado da CEMIG. Outro setor industrial que apresentou excelente performance foi o segmento da indústria química, que respondeu por 12,7% do volume de energia do setor industrial, com crescimento de 7,2%.

O crescimento do consumo na classe rural foi decorrente do aumento de 6,3% no consumo convencional em contrapartida a um decréscimo de 2,4% na irrigação.

Por outro lado, a classe residencial não apresentou crescimento no consumo na comparação com 2003. Mesmo incorporando mais de 130 mil novos clientes residenciais, o consumo nesta classe ainda encontra-se estagnado, consequência dos hábitos adquiridos pela população de usar a energia elétrica de forma racional durante a vigência do Programa de racionamento.

Em 2004, ocorreu um aumento de 2,28% na base de consumidores da CEMIG, 130.692 novos consumidores faturados, sendo 110.304 na área urbana e 20.388 na área rural. A CEMIG atingiu a marca de 5.873.583 consumidores finais faturados em dezembro de 2004.

Tarifa

Tarifa de distribuição

As tarifas da CEMIG, homologadas pela Resolução nº 83 de 07 de abril de 2004, tiveram um reajuste médio de 19,13%, a vigorar a partir de 8 de abril de 2004. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Desta forma, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 14,78% em suas contas de energia enquanto que, os consumidores de alta tensão tiveram um aumento de 28,31%, com consumo superior a 230 KV.

Do reajuste médio de 19,13% aplicado, 8,88% foram para ressarcir a CEMIG de diferenças em custos não gerenciáveis que não haviam sido repassados às tarifas e 2,91% referentes a compensação de reajuste a menor na revisão tarifária de 2003.

Em 24 de maio de 2004, a ANEEL republicou a Resolução nº 83, modificando as tarifas a serem cobradas. A Companhia considera que as novas tarifas divulgadas pela ANEEL, representando um reajuste de aproximadamente 14,00%, são insuficientes para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme previsto em contrato. A CEMIG impetrou um procedimento administrativo contra a ANEEL com o objetivo de manter o reajuste médio originalmente publicado pela Resolução nº 83. Esse ponto ainda está sendo objeto de discussão e eventuais diferenças deverão ser ajustadas em abril em 2005, quando do próximo reajuste tarifário.

Apesar do recurso administrativo mencionado, a CEMIG está aplicando em suas tarifas, a partir de 25 de maio de 2004, o reajuste de 14,00% informado através da Resolução 83 retificada pela ANEEL em 24 de maio de 2004.

Receitas de Transmissão

Em julho, foi também reajustada a receita permitida do segmento de transmissão. O aumento de 15,34% resultou do reajuste da receita anual através da aplicação do IGPM acumulado até maio no valor de 7,03%, e da receita oriunda de novos investimentos.

Carga tributária no setor elétrico

No que se refere a carga de impostos, existe uma realidade de tarifas excessivamente oneradas pela elevada carga tributária do setor elétrico.

Apesar disso, ocorreu mais um aumento em 2004 em função do reajuste das alíquotas de PIS-PASEP e COFINS. O impacto desse aumento e a forma de repasse estão em discussão com a ANEEL, estando a solução prevista para 2005.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro Líquido

A CEMIG e suas controladas ("CEMIG") apresentaram, no exercício de 2004, um lucro líquido de R\$1.385 milhões, em comparação ao lucro de R\$1.198 milhões no exercício de 2004.

O resultado foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica no montante de R\$1.367 milhões e pela receita extraordinária referente ao Reajuste Tarifário Diferido, conforme será descrito em maiores detalhes a seguir.

A destinação do lucro líquido, conforme proposição da Diretoria Executiva, está descrita neste relatório no item de Governança Corporativa.

Receita Operacional Líquida

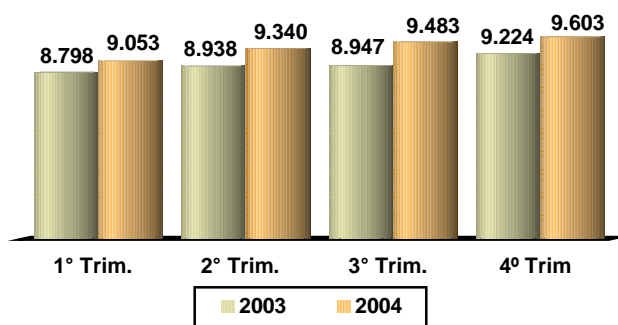
RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões			
	2004	2003	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	8.602	7.235	18,89
Reajuste Tarifário Diferido	359	-	-
Receita de Uso da Rede	245	257	(4,67)
Outras Receitas Operacionais	542	476	13,87
	9.748	7.968	22,34

Receita com fornecimento bruto de energia elétrica:

O crescimento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica decorre basicamente dos seguintes fatores:

- ❑ reajustes nas tarifas de 31,53% a partir de 8 de abril de 2003 (efeito integral no exercício de 2004) e 14,00% a partir de 8 de abril de 2004;
- ❑ aumento de 4,38% no volume de energia vendida (excluindo consumo próprio).

GWh faturados - consumidores finais



Reajuste Tarifário Diferido

Em função da diferença apurada entre o reposicionamento tarifário a que a CEMIG teria direito em 8 de abril de 2003, no percentual de 37,86%, e o reajuste efetivamente aplicado, de 31,53%, foi apurado um ativo regulatório, em contrapartida à receita operacional, no montante de R\$359 milhões. Os valores reconhecidos como receitas serão recebidos através de um percentual a ser aplicado nos reajustes tarifários a serem aplicados de 2005 a 2007.

Deduções a receita – PIS-PASEP/COFINS

A CEMIG reconheceu um ativo regulatório em contrapartida a redução na despesa com PIS-PASEP e COFINS no montante de R\$343 milhões. Este diferimento deve-se ao ressarcimento que a Companhia tem direito em função da majoração das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS sem o correspondente repasse para as tarifas. Os valores serão recebidos nos reajustes tarifários futuros, em critério a ser definido pela ANEEL.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2004	2003	Var. %
Custos Controláveis			
Pessoal	809	740	9,32
Obrigações Pós-emprego	107	74	44,59
Materiais	83	88	(5,68)
Serviços de Terceiros	333	321	3,74
Provisões Operacionais	159	105	51,43
Gás Comprado para Revenda	260	246	5,69
Participações dos Empregados	110	93	18,28
Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação da RTE	104	(118)	-
Outras Despesas Líquidas	206	160	28,75
Depreciação e Amortização	584	570	2,46
	2.755	2.279	20,89
Custos não controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.480	1.393	6,25
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	108	14	671,43
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	292	282	3,55
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	586	310	89,03
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	238	118	101,69
	2.704	2.117	27,73
	5.459	4.396	24,18

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada pela CEMIG.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, em caso contrário.

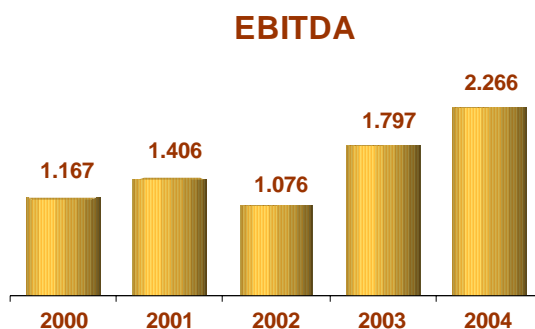
Custos controláveis

As principais variações nos custos e despesas controláveis estão descritas a seguir:

- ❑ Aumento na despesa com pessoal em função dos seguintes fatores: (i) reajuste de 16,20% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2003 (feito integral em 2004) e 7,00% em novembro de 2004; (ii) Plano de Cargos e Remuneração – PCR implementado em 2004; e, (iii) valores provisionados em função do Programa de Desligamento Incentivado – PDI implementado pela Companhia em 2004 e 2003 (vide nota explicativa nº 28 das demonstrações financeiras).
- ❑ Crescimento nas despesas com benefícios pós-emprego em função do aumento nas obrigações atuariais da CEMIG em 2004. As despesas com benefícios pós-emprego representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos.
- ❑ Provisão para perdas da RTE em função de estudos indicando que o prazo de vigência da RTE será insuficiente para recebimento dos valores.
- ❑ Aumento nas provisões operações operacionais em função de novas contingências judiciais e provisão de R\$23 milhões referente aos bônus pagos durante a vigência do Programa de Racionamento. (Vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras).

EBITDA (LAJIDA)

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, o EBITDA apresentou um crescimento expressivo de 26,17% na comparação de 2004 com 2003. No período de 2000 a 2004, cresceu 94,17% em comparação a uma inflação medida pelo IPCA, de 42,49%. Este resultado pode ser considerado muito positivo, tendo em vista o Programa de Racionamento de Energia Elétrica que ocorreu em 2001 e que provocou uma redução na receita das Distribuidoras de energia elétrica.



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro foi uma receita líquida de R\$229 milhões comparada a uma receita líquida de R\$585 milhões em 2003, uma redução de 60,85%.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro no exercício estão relacionados a seguir:

- ❑ Receita líquida com variações cambiais de R\$86 milhões comparada a uma receita de R\$336 milhões em 2003, advinda principalmente dos efeitos sobre os empréstimos e financiamentos da CEMIG indexados em moeda estrangeira. No exercício o Real apresentou uma valorização de 8,74% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 18,23% no exercício de 2003.

- Aumento da receita com juros e variação monetária referentes aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais decorrente, substancialmente, do aumento do IGP-DI, indexador do contrato da Conta de Resultado a Compensar ("CRC"), 12,14% em 2004 comparado a 7,67% em 2003.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras.

Resultado não operacional

A receita não operacional líquida de R\$74 milhões comparada a R\$61 milhões de despesa não operacional líquida em 2003 decorre substancialmente do ganho de R\$102 milhões referente à alienação de 40,00% na participação da GASMIG, conforme mencionado no Capítulo de "investimentos".

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O disponível no fim do exercício somava R\$896 milhões (R\$440 milhões em 2003), um crescimento de R\$456 milhões.

A Geração de caixa operacional foi de R\$1.642 milhões (R\$591 milhões em 2003). Entre os fatores que contribuíram para esse crescimento, podemos destacar o repasse em 2004 para as tarifas de parcela dos custos não gerenciáveis que não haviam sido repassados em exercícios anteriores e também o pagamento em 2003 de R\$708 milhões na CCEE/MAE referente a compra de energia durante o período do Programa de Racionamento.

As atividades de financiamento representaram uma saída de caixa de R\$135 milhões comparada a entrada de R\$631 milhões em 2003. Em 2004, a captação de recursos foi próxima do necessário para amortização das dívidas, R\$1.546 e R\$1.424 milhões, respectivamente, tendo ocorrido ainda o pagamento de R\$309 milhões em dividendos. Em 2003, ocorreu uma captação de R\$1.537 milhões em novos empréstimos e financiamentos em comparação a R\$826 milhões de amortização de dívida, uma entrada líquida de R\$711 milhões, que foram utilizados basicamente no financiamento de novos investimentos.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre um aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG foram como segue:

	2004	2003	Var. %
Geração			
- Usina de Aimorés	127	101	25,74
- Usina de Irapé	447	229	95,20
- Usina de Queimado	3	46	(93,48)
- Rosal Energia	98	-	-
- Outros empreendimentos de geração	12	141	(91,49)
Total da Geração	687	517	32,88
Distribuição	222	238	(6,72)
Transmissão	65	90	(27,78)
Gás	28	20	40,00
Telecomunicações	17	22	(22,73)
Outros	32	17	88,24
	1.051	904	16,26

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 52 usinas, sendo 48 hidrelétricas, 3 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 5.949 MW. Os principais empreendimentos em construção e concluídos em 2004 estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
- EM CONSTRUÇÃO			
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	Março/2006
Usinas de Capim Branco I e II	450 MW	21,05%	Junho/2007
Usina de Aimorés	330 MW	49,00%	Maio/2005
- CONCLUÍDAS EM 2004			
Usina de Queimado	105 MW	82,50%	Abril/2004
Usina de Pai Joaquim	23 MW	48,50%	Maio/2004
Usina Termelétrica de Barreiro	12,9 MW	100,00%	Março/2004

Programa Minas PCH

Em 2004, foi iniciado o Programa Minas PCH cuja finalidade é viabilizar a construção de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") no estado de Minas Gerais, através de parcerias entre a CEMIG, investidores privados, órgãos e empresas do Governo estadual.

Com a implantação desse Programa será possível a diversificação das fontes de geração de energia, aumento da capacidade instalada no estado, melhoria da qualidade de energia, atendimento à demanda das regiões com limitações do sistema elétrico, atração de capital privado para o setor de infra-estrutura, desenvolvimento regional e criação de novos empregos.

Já foram assinados 13 acordos de confidencialidade que caso venham a se transformarem em contratos de parceria, resultarão em um aumento de 173 MW na capacidade de geração de energia do estado.

Transmissão

Em 2004, foi concluída a implantação da Subestação (SE) Bom Despacho 3, de 500 Kv, implantada na região Oeste de Minas Gerais. Sua energização ocorreu em 03 de maio de 2004. Essa instalação beneficia o sistema elétrico da região Sudeste do Brasil e, principalmente, os consumidores mineiros das regiões Central, Vale do Aço e Zona da Mata.

Foi também concluída a ampliação da capacidade da SE Ipatinga 1, que passou de 90 MVA para 315 MVA, beneficiando cerca de 180.000 consumidores das regiões de Ipatinga, Caratinga e Cataguases.

Principais projetos de transmissão iniciados em 2004

- ❑ Linha de Transmissão (LT) Montes Claros 2 – Irapé, de 345 Kv, com 150 Km de extensão, que interligará o AHE Irapé ao sistema interligado nacional, com previsão de entrada em operação no segundo semestre de 2005. Este empreendimento está sendo implantado pela Companhia Transleste de Transmissão, com participação de 25,00% da CEMIG.
- ❑ LT2 Aimorés – Mascarenhas, de 230 Kv, com 12 Km de extensão, que interligará o AHE Aimorés ao sistema interligado nacional, com entrada em operação prevista para fevereiro de 2006.

Leilões de transmissão – Participação da CEMIG

A CEMIG participou dos Leilões 001/2004 e 002/2004, realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 30 de setembro de 2004 e 18 de novembro de 2004, respectivamente, obtendo as concessões para construção, operação e manutenção das seguintes instalações:

- ❑ LT Furnas – Pimenta, 345 Kv, 75 Km, com participação de CEMIG – 51% e Furnas – 49%.
- ❑ LT Itutinga - Juiz de Fora, 345 Kv, 140 Km, com participação de CEMIG – 24%, Alusa – 41%, Furnas – 25% e Orteng – 10%.

- LT Irapé – Araçuaí, 230 Kv, 65 Km, e as subestações de Irapé (MG) e Araçuaí (MG), com participação da CEMIG – 24,4%, Alusa – 40,8%, Furnas – 24,4% e Orteng – 9,9%, Outros – 0,5%.

Distribuição

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

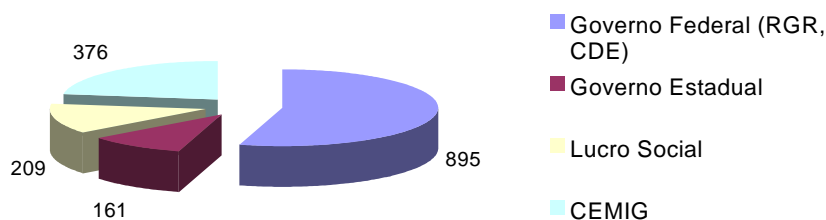
A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através da lei 10.438, de 26/04/02 alterada pela Lei no 10.762, de 11 de novembro de 2003, em seu art. 14, que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização, do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 Kw atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado “Luz para Todos”, objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

Em Minas Gerais, o protocolo de adesão assinado estabelece o prazo limite da universalização no Estado de Minas Gerais até 2006, o que exigirá a ligação de aproximadamente 176 mil consumidores rurais.

O Programa tem um orçamento estimado pela CEMIG em R\$1.641 milhões, sendo necessária a construção de 65 mil Km de rede rural.

Estrutura de Financiamento do Programa - R\$ milhões



Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás. Conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado a viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A CEMIG utilizará parte destes recursos no Programa Luz para Todos.

Programa Campos de Luz

Esse Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, através de um convênio entre a CEMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais. A primeira fase do projeto prevê a iluminação de 135 campos de futebol, sendo que até dezembro de 2004 já haviam sido iluminados 87 campos.

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ

O objetivo principal deste programa é modernizar os sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com redução dos gastos com operação e manutenção e aumento da segurança nas vias públicas.

Até dezembro de 2004 foram modernizados 79.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$22 milhões, propiciando uma redução anual de 10.776 MWh no consumo.

Outros projetos de distribuição

Foram negociados importantes projetos de iluminação de rodovias que proporcionarão maior segurança para os usuários e para a população que habita às margens das mesmas, destacando-se a iluminação de 22,5 km da MG-010, 22 Km da BR-040 e 9,6 Km da MG-030.

A iluminação da MG-010 compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves ("Confins"), viabilizará a transferência dos vôos domésticos de Belo Horizonte, do Aeroporto da Pampulha para Confins, proporcionando melhor infra-estrutura e segurança aos usuários além de ampliar a utilização do Porto Seco da região.

Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, controlada da CEMIG, é responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais.

Em 2004, a GASMIG investiu R\$28 milhões na expansão de sua rede de distribuição no Estado. Foram construídas 256,4 km de rede, 33 km a mais do que no ano de 2003.

Acordo de cooperação com a Petrobrás

Em 15 de dezembro de 2004, a CEMIG alienou de parte de suas ações da GASMIG, correspondente a 40% do capital social, sendo 39,5% para a subsidiária da Gaspetro, TSS Participações S.A., e 0,5% para a Gaspetro. O valor total da operação foi de R\$154 milhões, sendo apurado, um ganho de R\$102 milhões, registrado no resultado do exercício de 2004 como receita não operacional.

A referida alienação é resultante do Acordo de Associação entre CEMIG, GASMIG, Gaspetro e Petrobrás, assinado em 25 de agosto de 2004, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento do mercado de gás natural em todo o Estado de Minas Gerais. O Acordo contempla um Plano Diretor prevendo o mercado a ser atendido, os investimentos a serem realizados pela Petrobrás e suas subsidiárias em gasodutos de transporte e expansão das redes de distribuição de gás pela GASMIG.

Esses investimentos proporcionarão um aumento no volume de gás vendido, passando dos atuais 3,5 milhões de m³/dia para 4,5 m³/dia ao final de 2006, chegando a 11,1 milhões de m³/dia em 2023.

Telecomunicações

Em 2004 o crescimento do setor de telecomunicações não correspondeu as expectativas, mas apesar disso, a Infovias conseguiu cumprir suas metas estabelecidas. No primeiro semestre obteve um tímido desempenho que foi compensado pela boa recuperação no segundo semestre. O crescimento do número de circuitos em 2004 foi de 37,00%, sendo que no primeiro semestre o crescimento verificado foi de apenas 6,40%.

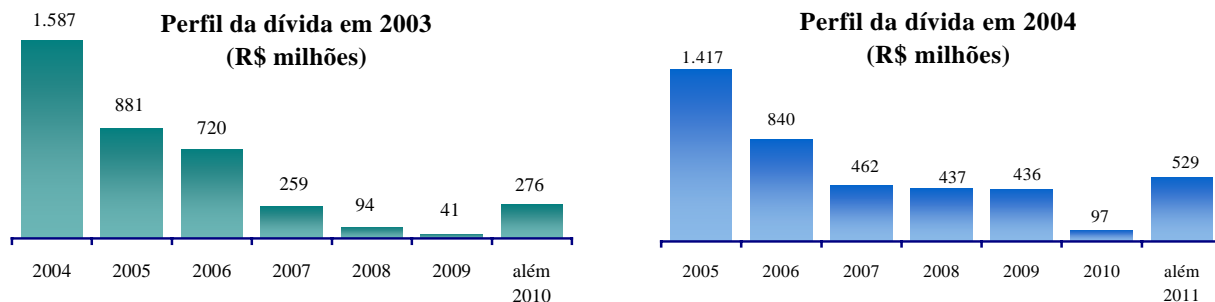
A receita anual bruta da Infovias foi de R\$70 milhões, sendo 56,56% provenientes dos serviços de TV a Cabo e internet, enquanto que os 43,44% restantes ficaram a cargo da comercialização de circuitos dedicados e serviços.

No segmento de TV a cabo e internet banda larga, a controlada da Infovias, Way TV Belo Horizonte S.A., foi pelo terceiro ano consecutivo uma das empresas que obtiveram o maior crescimento no setor. A empresa vem continuamente aumentando sua participação no mercado das cidades em que atua. O crescimento da base de assinantes de TV a cabo em 2004 foi de 12,50%, destaque para a Internet Banda Larga que, além de quase dobrar sua base de assinantes, vem lançando novos produtos e serviços, agregando cada vez mais valor aos seus assinantes. O número de assinantes de internet superou as expectativas apresentando um crescimento de 89,60% em relação ao ano de 2003.

Para 2005 a expectativa é novamente de crescimento do setor de telecomunicações, porém em taxas menores, acompanhando a tendência da economia nacional. A concorrência entre as empresas do setor de telecomunicações permanecerá acirrada, exigindo que a Infovias continue prestando serviços de qualidade com preços cada vez mais competitivos.

GESTÃO DA DÍVIDA

Nossa estratégia de longo prazo será manter o endividamento em cerca de 40,00% da capitalização (somatório das dívidas com empréstimos e financiamentos e Patrimônio Líquido) e a qualidade de crédito com classificação de risco A. Em 2004, foi implementada uma política de captação de recursos visando, além dessas metas de longo prazo, outros dois objetivos: o alongamento do perfil da dívida e a redução da exposição à moeda estrangeira.



O desafio da rolagem de dívidas foi atendido com uma captação de recursos para esse fim da ordem de R\$1.546 milhões, com prazos de vencimento que variam de 1 a 10 anos. Como resultado, foi obtido o alongamento do perfil da dívida conforme podemos verificar nos gráficos acima.

A exposição à moeda estrangeira, que era de US\$376 milhões em 2003 reduziu-se para US\$266 milhões.

Dentro do esforço de captação de recursos, em julho de 2004 foi arquivado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM o Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da CEMIG, no valor de R\$1,5 bilhão. Na mesma data foi registrado na CVM a 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$400 milhões, que resultou na colocação efetiva de R\$230,4 milhões, com vencimento ao final de 10 anos.

Os indicadores de qualidade de crédito da CEMIG, verificados no ano de 2004, mostram uma situação bastante satisfatória. A relação Dívida/EBITDA ficou em 1,56 vezes, enquanto a cobertura dos juros, medida pelo indicador EBITDA/Juros, ficou em 6,50 vezes.

Reflexo dessa qualidade de crédito, ressalta-se a perspectiva positiva das agências de rating que reconhecendo a melhora da performance financeira da Companhia, a geração de caixa crescente e sustentável, bem como confiando na estabilização da alavancagem financeira e melhoria do perfil de dívida, atribuíram boas notas à Companhia: a Moody's elevou o rating da Companhia na escala nacional de Baa3, com perspectiva negativa, para Baa2, com perspectiva estável, e a Fitch Atlantic Ratings manteve a CEMIG com a nota A, na sua escala nacional de longo prazo.

Política de Proteção Cambial (“Hedge”)

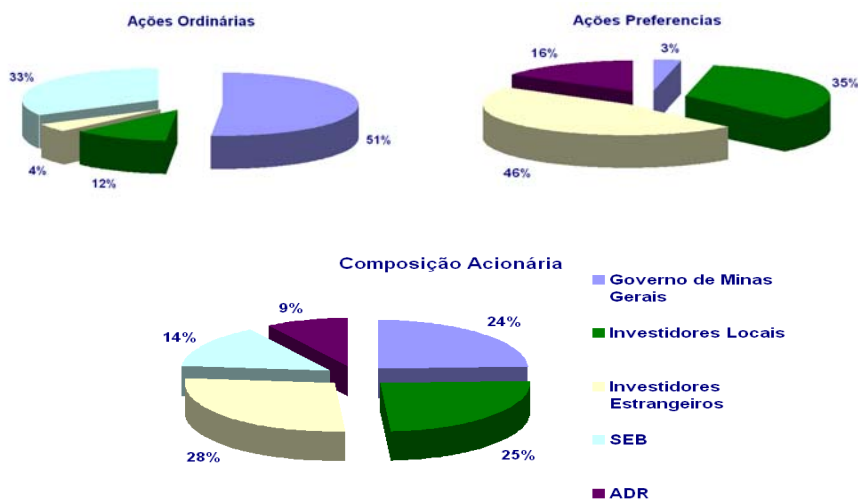
Foi mantida a política de hedge, cujo objetivo primordial é dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento, num horizonte móvel de 12 meses, através de operações que reduzam a exposição e minimizem os impactos negativos proporcionados pela variação relativa de preços.

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

RELACIONES COM INVESTIDORES E GOVERNANÇA CORPORATIVA

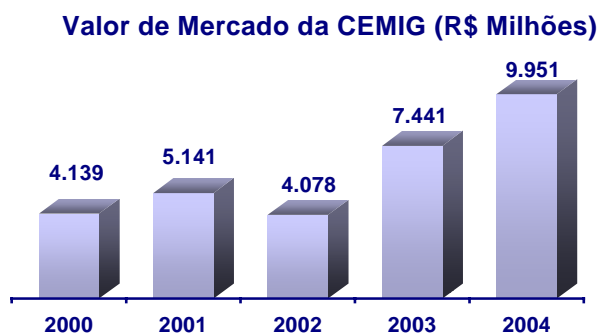
Composição acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2004, totalizou R\$1.622 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Mercado de capitais

As ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) da CEMIG são listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde 1972 com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Na Bolsa de Madri as ações preferenciais (XCMIG) são negociadas desde 2002 e, na Bolsa de Nova Iorque, os ADRs nível 1 (CIG), também lastreados por ações preferenciais, são negociados desde 1993, transformados para nível 2 em 2001. Desde outubro de 2001, a CEMIG está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA.



Nossas ações apresentaram valorização superior à das bolsas onde são negociadas e também acima do Índice de Energia Elétrica da BOVESPA, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ação / Índice	2004 %	2002 a 2004 %
CMIG - ON	53,3	78,9
CMIG - PN	23,0	88,7
IEE ⁽¹⁾	5,6	55,1
IBOVESPA	17,8	88,8
CIG ⁽²⁾	33,3	61,4
DJIA ⁽³⁾	3,2	7,0
XCMIG ⁽⁴⁾	25,9	58,6 *
FTSE Latibex top	28,1	54,3 *

(1) Índice de Energia Elétrica da Bovespa.

(2) ADRs Nível 2 na Bolsa de Nova Iorque.

(3) Índice Dow Jones Industrial Average da Bolsa de Nova Iorque.

(4) Ações negociadas na Bolsa de Madri.

(*) Devido à inexistência de cotações anteriores da CEMIG na Latibex, a variação refere-se ao período de 12/07/2002 a 31/12/2004.

O volume total de nossas ações negociado no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo, em 2004, foi de R\$6.907 milhões representando 2,64% do volume da BOVESPA. A CEMIG foi a empresa do setor elétrico com maior volume negociado, no entanto, caiu de 8ª posição em 2003 para a 10ª posição em 2004 quando consideradas todas as empresas negociadas no mercado à vista. Por outro lado, a quantidade de ADRs da CEMIG na Bolsa de Nova Iorque passou de 13,1 milhões em dezembro de 2003 para 14,5 milhões em dezembro de 2004, 9% de nosso Capital Social.

Relações com investidores

Adotamos uma política de total transparência com o mercado de capitais. O principal meio de divulgação é a nossa página de internet, que buscamos constantemente aprimorar seja na versão em português (ri.cemig.com.br), seja na versão inglesa e espanhola (ir.cemig.com) onde são divulgadas as demonstrações financeiras e suas respectivas análises bem como as informações corporativas e societárias.

Em 2004 foram realizados diversos seminários e encontros institucionais, 11 congressos no Brasil e exterior, 3 "road shows" no exterior, 1 encontro com analistas, promovido conjuntamente com a APIMEC em Araxá, além de um grande número de reuniões, tele-conferências e vídeo-conferências com analistas e investidores.

Governança corporativa

A CEMIG busca aprimorar ainda mais o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, através de uma política de governança corporativa que consiste na absorção das melhores práticas a nível internacional, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão.

O Conselho de Administração possui 14 membros, com qualificação em diversas áreas, tais como política, engenharia, finanças, economia, direito e contabilidade, com mandato unificado. Atua na definição das estratégias societárias e orientação da Diretoria no sentido de assegurar retorno atrativo dos empreendimentos.

A Diretoria Executiva é composta por 7 membros com um mandato de 3 anos sendo que o atual expira em abril de 2006. Sua principal responsabilidade é a gestão dos negócios da empresa, obedecendo ao plano estratégico plurianual. Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e estatuto social.

As demonstrações financeiras são convertidas ao padrão americano de práticas contábeis (USGAAP), conforme regulamentação da SEC.

O calendário anual dos eventos corporativos é constantemente atualizado, disponibilizado no site e encaminhado à CVM, BOVESPA, SEC, NYSE e LATIBEX.

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"), tendo assinado um acordo de acionistas com a Southern que continha, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória do acordo, tendo obtido do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a decisão pela anulação do acordo de acionistas em dezembro de 2003. A decisão do Superior Tribunal de Justiça é passível de ser reformada e, dessa forma, o acordo de acionistas e o controle da CEMIG ainda são passíveis de questionamentos.

Gerenciamento de riscos

Como concessionária do setor elétrico brasileiro a CEMIG opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor geram incertezas e ameaças.

Implementar uma visão de riscos a nível corporativo marca uma nova tendência empresarial, contemplando não somente as exigências da Lei Sarbanes Oxley e a metodologia recomendada pelo COSO II - The Committee of Sponsoring Organizations, como também a percepção de que esta gestão é parte essencial do desenvolvimento sustentável.

Iniciado em 2003 e consolidado em 2004, o Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos tem como principais objetivos:

- auxiliar no cumprimento dos objetivos definidos pelo planejamento estratégico;
- promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas;
- estruturar a Companhia para agir pro-ativamente em relação ao seu ambiente de riscos;
- prover aos principais executivos da Companhia uma metodologia e ferramentas que permitam um efetivo desenvolvimento do processo de gestão de riscos;
- fornecer subsídios aos outros ciclos de gestão estratégica e reforço à infra-estrutura de controles organizacionais.

Auditoria interna

A CEMIG implementa um programa anual de auditorias que abrange as operações da Controladora e suas controladas.

Partindo do princípio de que um Sistema de Controles Internos facilita a identificação e a mitigação de riscos corporativos, ações preventivas de acompanhamento e verificação dos processos e subprocessos estão sempre presentes em todas as atividades da Auditoria Interna, principalmente na execução de testes de aderência aos requerimentos impostos pela legislação e pelas normas ditadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, bem como de acordo com às melhores práticas de Governança Corporativa e com a Declaração de Princípios Éticos e o Código de Conduta Profissional da CEMIG.

Controles internos

A CEMIG busca aperfeiçoar seus controles internos com o intuito de prover informações precisas para a tomada de decisão de seus administradores e de seus acionistas. A implementação de sistemas de informações gerenciais computadorizados, construídos dentro das técnicas mais modernas a nível internacional, permite a certificação pelos seus executivos principais da precisão e qualidade das informações divulgadas. Tendo em vista a necessidade de manter a qualidade em níveis superiores aos considerados aceitáveis pela comunidade internacional, estamos procedendo uma atualização dos dois principais sistemas, em especial aquele dedicado à contabilização das transações financeiras, envolvendo diversas áreas tais como compras de materiais, equipamentos e serviços, recursos humanos, contabilidade e orçamento.

Ética

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional com os objetivos de aprimorar o sistema interno de governança corporativa e incrementar a transparência.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Essa Declaração confirma as novas regras de governança corporativa da Empresa, norteando a atuação dos empregados, gerentes e administradores, comprometidos com o desenvolvimento da sociedade e a busca pela realização das atividades com base em princípios éticos e de respeito ao ser humano. A declaração está disponível na página da Internet: ri.cemig.com.br.

Política de dividendos

Em dezembro de 2004, a CEMIG aumentou o percentual de 25,00% para 50,00% do lucro líquido a título dos dividendos obrigatórios aos acionistas.

Cada Ação Preferencial tem direito a dividendos anuais iguais a 10% do respectivo valor nominal ou 3% do valor do patrimônio líquido da ação preferencial, prevalecendo o que for maior. As ações preferenciais têm prioridade na destinação dos dividendos obrigatórios.

A Assembléia Geral poderá destinar aos acionistas dividendos adicionais aos previstos, neste caso as ações preferenciais concorrerão em igualdade com as ações ordinárias.

Sem prejuízo dos dividendos obrigatórios, a cada dois anos, a partir do exercício social de 2005, ou em menor periodicidade, havendo disponibilidade de caixa, a CEMIG distribuirá dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível.

Nos exercícios sociais em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações do capital da Companhia emitidas até o dia 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações.

Proposta de destinação do lucro

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2005 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$1.385 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$693 milhões (50% do lucro líquido) como dividendos, sendo o montante de R\$510 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R\$183 milhões na forma de dividendos complementares.
- R\$69 milhões (5% do lucro líquido) como Lucro Social, sendo R\$52 milhões a ser aplicado ao projeto UHE de Irapé e R\$17 milhões na cobertura financeira das atividades do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI.
- R\$206 milhões destinados aos seguintes investimentos:
 - R\$138 milhões como aquisição do controle acionário da UHE Rosal Energia, dos quais, R\$4 milhões serão aportados em 2005.
 - R\$39 milhões como aporte de capital na Infovias S/A em 2005.
 - R\$10 milhões como aporte de capital na Companhia Transleste de Transmissão objetivando a implantação da LT Irapé – Montes Claros com 345 kV.
 - R\$19 milhões em outros investimentos de geração e transmissão.
- R\$417 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido, em Reserva de Lucros com o objetivo de financiar aplicações em outros investimentos, no exercício de 2005, aprovados pelo Conselho de Administração.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Temos como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2004, os auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu, prestaram os seguintes serviços:

Serviços	2004 R\$ mil	% em relação à auditoria	2003 R\$ mil
Auditoria	477	100	430
Outros Serviços:			
- Auditoria do Consórcio Irapé (1)	90	18,87	-
- Diagnóstico de aderência à Lei Sarbannes-Oxley (2)	16	3,35	-
- Procedimentos de ratificação dos cálculos – Res. ANEEL 165/03 e 83/04 (3)	42	8,81	-
Soma	148	31,03	-
Total	625	-	430

- (1) Auditoria das demonstrações contábeis do consórcio de construção da Usina de Irapé e revisão do resultado dos custos incorridos pelas empresas construtoras.
- (2) Contratação feita em 21/09/04 para prestação de serviço de diagnósticos das atividades necessárias à avaliação do atual ambiente de controles internos da CEMIG e planejamento das atividades necessárias para obtenção da certificação à seção 404 da Lei Sarbannes-Oxley.
- (3) Contratação feita em 27/09/04 para prestação de serviço de ratificação dos cálculos referentes às receitas obtidas com a aplicação das Resoluções ANEEL números 165/03 e 83/04 no mercado usado na Revisão Tarifária da CEMIG

Os serviços adicionais, mencionados acima, foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração em perda da independência dos Auditores Independentes, devendo ser ressaltado que, os serviços executados não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbannes-Oxley e no Art.23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

Comitê de Auditoria

A CEMIG ainda não tem um Comitê de Auditoria formalmente constituído, no entanto, o Conselho de Administração supre, provisoriamente, as funções do Comitê de Auditoria para atender à Lei Sarbannes-Oxley, aprovada em 2002 pelo Congresso norte-americano. Suas principais funções são as seguintes:

- Revisar os controles internos de auditoria interna e de contabilidade.
- Supervisionar a atuação da auditoria interna para que avalie, de forma prática e objetiva, os controles internos e o alinhamento com a matriz de risco.
- Resolver controvérsias entre os auditores independentes e a Administração sobre as demonstrações financeiras.
- Indicar, contratar, estabelecer a remuneração e supervisionar os auditores independentes.
- Aprovar previamente os serviços de auditoria independente.
- Investigar fraudes e receber denúncias internas relativas a auditorias e controles contábeis.
- Analisar as demonstrações financeiras e demais informações públicas sobre o desempenho operacional e a situação financeira da Companhia.
- Assegurar aderência ao Código de Conduta da Companhia.
- Obter informações da administração sobre relatórios recebidos de órgãos reguladores e autoridades e a resposta dada a esses relatórios.

ESTRATÉGIA

Planejamento Estratégico e o Plano Diretor de Longo Prazo

A CEMIG vem pautando suas ações alinhadas à diretriz do acionista controlador de crescer e agregar valor. Este é o pilar mestre que orientou a elaboração do Plano Diretor 2005/2035, aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de novembro de 2004, estabelecendo as bases para os ciclos de planejamento estratégico e para a repactuação do contrato da CRC, de acordo com os seguintes fundamentos:

- ❑ Expansão da CEMIG até os limites regulatórios, com crescimento sustentável - segurança e agregação de valor.
- ❑ Nova política de dividendos com dividendos obrigatórios de 50% do lucro líquido e dividendos extraordinários, a cada dois anos, sempre que houver caixa livre.
- ❑ Amortização integral do Contrato da CRC com retenção dos dividendos do Estado, sem perda econômica.
- ❑ Revisão do Plano Diretor anualmente, no ciclo do planejamento estratégico.

O Plano Diretor e o planejamento estratégico vislumbram grandes oportunidades em todos os negócios da Companhia. Além do crescimento do setor, necessário para garantir a infra-estrutura que sustente o crescimento econômico previsto, é esperado um movimento de fusões e aquisições onde a CEMIG pretende atuar ativamente de forma a se tornar um *player* ainda mais importante no setor elétrico e de energia, tanto no novo investimento, quanto em relação aos ativos e concessões existentes. A CEMIG se considera preparada para o desafio de dar um salto em sua participação no mercado buscando atingir o limite regulatório permitido para cada um de seus negócios.

Adicionalmente, deve ser evidenciada a estrutura de comitês que garantem que as decisões estratégicas da Companhia sejam tomadas a partir de critérios técnicos.

Implantação da Estratégia

O crescimento pretendido pela CEMIG exigirá eficiência e produtividade crescentes e a Empresa vem se preparando para isso. Novas ferramentas de gestão estão sendo disponibilizadas e o quadro de pessoal capacitado para, a partir do uso das melhores práticas, da liderança com objetivos claros, e da adequada gestão dos recursos humanos, alcançar as metas empresariais.

Para transformar-se em uma organização orientada para a estratégia, a Cemig escolheu o *Balanced Scorecard* - BSC, um sistema de gestão de desempenho, derivado da visão e do direcionamento estratégico, que reflete os fatores críticos para o sucesso corporativo e de cada negócio. Ao relacionar objetivos, iniciativas e indicadores de desempenho com a estratégia da Empresa, o BSC garante o alinhamento das ações das diferentes áreas organizacionais em torno do entendimento comum dos objetivos e das metas a atingir.

O processo de implantação desta ferramenta focou fortemente a tradução da estratégia corporativa em termos operacionais, tendo sido atualizados e validados, em 2004, os mapas estratégicos dos negócios. Nas diretorias já foram pactuadas metas entre superintendentes e gerentes.

Grande avanço para a consolidação do BSC foram as Reuniões de Análise Estratégica - RAE's, que possibilitam o aprendizado estratégico. Foram realizadas RAE'S nos diversos níveis da organização, inclusive no âmbito da Diretoria Executiva.

Os indicadores de desempenho selecionados vão monitorar a geração de caixa para sustentar os investimentos e a política de dividendos, a criação de valor econômico, a participação no mercado e a eficiência dos processos que sustentam os negócios.

Com o patrocínio da sua Diretoria, a CEMIG está dando um passo importante para a consolidação do BSC como ferramenta e modelo de gestão da empresa.

GESTÃO

Sistemas de gestão da qualidade e ambiental

Com a expansão continuada dos Sistemas de Gestão da CEMIG, em 2004, cerca de 57% dos profissionais da Companhia executam seus processos e atividades conforme um dos Sistemas (Qualidade e/ou Ambiental), atendendo aos requisitos internacionais de qualidade ambiental e de produtos e serviços.

O Sistema de Gestão da Qualidade CEMIG, certificado de conformidade com a NBR ISO 9001/2001, abrange um conjunto de processos representativo dos serviços prestados nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, garantindo o controle e melhoria da qualidade que já se tornou marca da Companhia.

Está em andamento, também, a implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança.

Com a experiência acumulada nos últimos anos, a Companhia elaborou o Manual do Sistema de Gestão da Cemig, integrando os Sistemas de Qualidade, Ambiental e Saúde e Segurança. A integração dos Sistemas de Gestão, a ser executada nas áreas de interesse para a Companhia, vai garantir funcionalidade nas atividades executadas e maior eficiência nos resultados.

Cabe destacar que com a extensa experiência acumulada na implantação, manutenção e melhoria contínua de sistemas, a CEMIG ocupa posição de destaque no cenário das empresas certificadas. A Companhia foi pioneira na implementação de um programa de certificação amplo entre as concessionárias de energia do país.

Controle e Gestão Empresarial

Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Visando ampliar a eficiência, com revisão dos preços dos serviços e transparência nas relações internas entre as áreas prestadoras de serviço (vendedoras) e as áreas de negócio (compradoras), realizamos no segundo semestre de 2004 o Projeto de Acordo de Nível de Serviço como "piloto", na área de Transportes. O treinamento de 50 empregados e a absorção da metodologia desenvolvida torna-se uma ferramenta de gestão capaz de otimizar os seus recursos, reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados. Está prevista, a partir de 2005, a implementação da metodologia em toda a corporação.

Gestão de Transportes

Elaborada, aprovada e divulgada a "Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos da CEMIG", com definição dos parâmetros e orientações corporativas para os órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos.

Em 2004 ocorreu a maior renovação da frota na história da empresa, com substituição de 825 veículos caminhonetes, com investimento de R\$17 milhões, e, ainda, a locação de 529 veículos de passageiros, dentro de um processo empresarial que buscou a melhor alternativa econômico-financeira, através da combinação das modalidades de aquisição e de locação.

Telecomunicações e Informática

Projeto de Migração do Sistema de Gestão Corporativa SAP R/3

Realizamos no segundo semestre de 2004 a atualização do sistema SAP para a última versão do MySap, com mobilização de uma equipe de 180 pessoas de alta qualificação e com dedicação exclusiva. Além das atualizações das funcionalidades e aplicativos do SAP, o projeto contemplou a padronização e configuração do sistema para controle das operações financeiras a partir de 2005.

Sistema de Gestão de Consumidores

Implementadas novas funcionalidades no Sistema de Consumidores de atendimento a requisitos legais e negociais e implementação de novas funcionalidades, o que proporcionou maior facilidade e agilidade no atendimento aos clientes e melhorias na utilização do sistema pelos seus usuários.

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Visando segurança e proteção das informações da Empresa e atender às novas exigências legais e regulatórias, está em andamento o projeto para avaliação do risco da informação, revisão das políticas, normas e procedimentos, treinamento dos empregados e colaboradores e elaboração do Plano de Continuidade de Negócios.

Geoprocessamento do Sistema de Transmissão e Sub-Transmissão

Em andamento a implantação do projeto “Geotrans”, que permitirá o cadastramento de todo o sistema de Transmissão e Sub-transmissão da CEMIG, composto de 22.000 km de linhas e aproximadamente 60.000 torres, e sua integração com os sistemas de geoprocessamento, documentação e banco de imagens. O retorno imediato será o refinado controle dos ativos e aumento da produtividade na operação e manutenção.

Modernização do Sistema de Microondas

Buscando garantir a segurança na operação do sistema elétrico, foi efetuada a modernização dos sistemas de telecomunicações e a re-adequação da rota de microondas da região Centro-Oeste do Estado, através da implantação de moderno sistema de microondas digital.

Implantado o sistema de transmissão digital de telecomunicações, na região leste do Estado, complementando o projeto de telecomunicações para o Esquema de Controle de Segurança (ECS) do Operador Nacional do Sistema - ONS. A substituição da rota analógica está sendo realizada em parceria com a Empresa de Infovias S.A.

Gestão de Materiais e Serviços

Portal de Compras Eletrônicas

Desenvolvido sistema para a implantação do Portal de Compras Eletrônicas da CEMIG, viabilizando licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, com ganhos expressivos na redução de custo e prazo das aquisições;

Qualidade e Competitividade dos Fornecedores

Desenvolvido programa, em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais e Programa Mineiro de Produtividade e Qualidade (PMQP), com a finalidade de melhorar a qualidade e a competitividade dos fornecedores da CEMIG, tanto de material quanto de serviços, com foco na melhoria do processo de gestão corporativa.

Certificação do Sistema de Gestão Ambiental

Obtida a Certificação no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), referente ao recebimento, armazenamento, expedição, inspeção, e transporte de material, bem como gerenciamento da destinação final de resíduos. Dessa forma, essa certificação é uma ferramenta gerencial que nos coloca como referencia ambiental para os nossos fornecedores.

Tecnologia

Com o objetivo de garantir a vanguarda da CEMIG com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, tiveram continuidade as atividades voltadas para a Gestão Estratégica de Tecnologia na Empresa, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial.

Consolidando-se como uma empresa dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, foram priorizados e selecionados os projetos que compõem os Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, que representaram despesas de R\$20 milhões em 2004. Valores iguais aos do Programa são transferidos anualmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (Fundo Setorial de Energia Elétrica – CT-ENERG). Entre os projetos novos e em continuidade, em 2004 estiveram em desenvolvimento cerca de 80 projetos de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”).

O Escritório de Marcas e Patentes atuou junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI no registro de 5 cartas patentes, 40 pedidos de privilégio sobre invenções, 59 marcas e 44 programas de computador e 23 obras do direito autoral. Encontra-se em formatação ou em análise de viabilidade, 41 pedidos de privilégio sobre invenções, 17 de marcas e 9 de programas de computador.

Na área de alternativas energéticas vêm sendo desenvolvidos diversos projetos de utilização de energia solar e eólica, uso racional da energia, vetores energéticos alternativos, tais como hidrogênio, biomassa vegetal e geração distribuída ou local, incluindo pesquisa, desenvolvimento, experimentação e adaptação de novas tecnologias, como as de combustível e microturbinas a gás.

Destaca-se a finalização do projeto de P&D CEMIG-ANEEL que permitiu o desenvolvimento das primeiras células a combustível produzidas no Brasil, numa parceria da CEMIG com a USP – São Carlos e empresas privadas. O aperfeiçoamento dos protótipos desenvolvidos será realizado dentro de projeto de P&D financiado pelo Fundo Setorial de Energia – CT-ENERG. Ainda nessa área, ressalta-se o início de projeto de P&D em parceria com a UFMG, para desenvolvimento de protótipo de célula a combustível de óxido sólido de 50W.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

Treinamento

É objetivo da CEMIG ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as suas necessidades sendo uma preocupação constante a formação, o aperfeiçoamento e especialização de seu pessoal. Cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades alcançaram 15.356 participações.

Em 2004 foram concluídas as ações relativas à aplicação do módulo MLE – Motivação e Liderança Eficaz, parte do Programa de Desenvolvimento Gerencial dos Superintendentes e Gerentes. Este módulo tem como objetivo orientar esses profissionais na melhor forma de manter uma equipe motivada e produtiva e levá-los a entender melhor suas potencialidades e limitações frente aos desafios atuais da Companhia, bem como o impacto do seu próprio comportamento nos resultados de cada área.

Encontra-se também em processo de revisão e atualização, o Sistema de Gestão de Desempenho – SGD que tem como objetivo planejar, acompanhar e avaliar o desempenho dos gestores da Companhia, que em breve será estendido a todos os empregados.

Programas como o “Ensino Cemig”, que utiliza o ensino à distância como ferramenta, o Programa de Ensino Médio, com 320 empregados formados e o atual Programa de Escolarização de Empregados, com um total de 584 empregados inscritos, dão mostras da prática do investimento na formação de seu quadro de profissionais, com vistas a atender também às necessidades decorrentes do surgimento de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho. Merece especial destaque o Programa de Reciclagem de Eletricistas, cuja meta é atualizar os conhecimentos de todos os 3.000 eletricistas de serviço de campo da Distribuição.

Remuneração

Foram concluídas em 2004 ações previstas para implantação do Sistema de Gestão de Cargos e Remuneração, onde foram utilizados os serviços de consultoria especializada. O Plano de Cargos e Remuneração - PCR foi implantado em duas etapas: em janeiro, cargos do plano de nível universitário, e em março, cargos do plano de nível técnico, administrativo e operacional. Foi criado um Comitê Interno de manutenção do Plano, inclusive com a participação de representantes de entidades sindicais.

Programa de Desligamento Incentivado

Em dezembro de 2003, foi lançado um Plano de Desligamento Incentivado - PDI, visando uma melhor adequação do quadro de pessoal da Companhia às suas necessidades atuais e futuras, com adesão total foi de 987 empregados. A CEMIG demonstra com isso o compromisso de proporcionar relações trabalhistas mais modernas e eficientes, ao mesmo tempo em que busca atenuar os efeitos sociais do desligamento de seus empregados.

Admissões e desligamentos

Em 2004 a CEMIG contratou 135 novos empregados (29 em 2003), sendo que em contrapartida, ocorreram 742 desligamentos (195 em 2003), substancialmente, por aposentadoria e adesão ao plano de desligamento Incentivado.



Segurança no Trabalho

A CEMIG elegeu 2004 o ano da segurança com o lema: "a meta é trabalhar sem acidentes". Em 2004 foi registrada uma redução significativa no número geral de acidentes, mantendo uma tendência histórica ao longo dos últimos 5 anos.

Há que ser registrada ainda a promoção de uma campanha de segurança de alcance estadual visando conscientizar toda a população sobre práticas seguras e acessíveis para lidar com os riscos da eletricidade. Decorrência imediata dessa campanha foi o decréscimo nos acidentes envolvendo a população ao longo do ano.

Saúde e Qualidade de Vida

Investimos em programas de qualidade de vida, promoção da saúde e prevenção de doenças. Em 2004 foi lançado o Programa Energia Vital, que busca estimular os empregados a alteração dos hábitos de vida com vistas a preservação e melhoria da saúde e contou com a participação de 5.800 empregados em diversos eventos.

Cultura

A CEMIG se orgulha da sua tradição de ser uma empresa que sempre investiu em cultura e na preservação do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. Dentro dessa linha, a Empresa realizou grandes investimentos na área cultural, com ênfase em apoios e patrocínios de projetos dos segmentos de artes cênicas, cinema, literatura, artes plásticas e preservação e valorização do patrimônio histórico.

Esses investimentos priorizam projetos que tenham algum elemento de Minas Gerais, estado onde a Empresa tem o seu principal mercado e fortes laços com a comunidade mineira.

O grande destaque desses investimentos realizados em 2004 foi o lançamento do programa “Filme em Minas”, com o objetivo de incentivar a indústria cinematográfica em Minas Gerais, gerando riqueza, criando novas oportunidades de emprego e mostrando os valores culturais e a riqueza natural de Minas Gerais. O programa concedeu patrocínio, através da Lei Rouanet, a 15 produções cinematográficas, entre longas metragens, curtas e documentários, gerando elogios da classe artística pela forma profissional na escolha das produções selecionadas pelo programa.

A CEMIG foi também uma das patrocinadoras do Festival de Cinema de Tiradentes que vem se firmando como uma das mais importantes amostras de cinema do País.

No segmento de artes cênicas, a Empresa patrocinou o projeto Galpão Cine Horto. Esse projeto, além de estimular a produção de peças teatrais, realiza um importante programa social, através de escolas de teatro para a população de baixa renda e apresentação de espetáculos de alto nível a preços acessíveis às classes mais baixa da população. Destaca-se, ainda, o patrocínio do Festival Internacional de Teatro de Belo Horizonte, uma das mais importantes manifestações de teatro do País, com a participação de grupos nacionais e do exterior.

No grupo de artes plásticas, o principal projeto da Empresa é a manutenção, no haal do seu edifício-sede, uma Galeria de Artes. Os artistas que expuseram nesta galeria ao longo de 2004 foram escolhidos por meio de uma Concorrência pública, onde os trabalhos apresentados pelos artistas são escolhidos por uma comissão julgadora formada por artistas e críticos de artes.

Além dessas ações pontuais, a CEMIG apoiou a realização de dezenas de festividades tradicionais de cidades do interior de Minas, cuja importância esta na manutenção das manifestações que marcam o traço da cultura do Estado.

Foram ainda apoiadas outras ações importantes, como a realização dos chamados “Festival de Inverno”, organizados pelas universidades federais sediadas em Minas, além de festivais gastronômicos.

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade são alguns dos princípios que regem a atuação da CEMIG. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da CEMIG e presente em todas as atividades que realiza, valoriza os empregados e garante o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Dessa forma, a Companhia demonstra seu comprometimento com as boas práticas de gestão ambiental, expressas pelo Princípio Nº 5 “Meio Ambiente e Responsabilidade Social” da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG.

A estratégia de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental e seus resultados evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Companhia.

Comprovando os avanços ressaltados, a CEMIG desenvolveu no ano de 2004 diversas ações voltadas a compatibilização de suas atividades com a proteção do meio ambiente, com recursos superiores a R\$ 141 milhões em programas e estudos ambientais.

Desenvolvimento Sustentável

Pela quinta vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI World), um índice considerado de alta confiabilidade mundial, compondo o seletor grupo de 318 empresas de todo o mundo incluídas na lista do índice para 2005. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 60 ramos industriais em 34 países. As empresas selecionadas representam um valor de mercado de mais de US\$ 6,5 trilhões. A CEMIG é a única do setor elétrico da América Latina, e está entre as três empresas brasileiras selecionadas pelo DJSI – World.

Além do compromisso com a proteção do meio ambiente, a CEMIG investe em programas de conservação de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como, energia solar e fotovoltaica, energia eólica, células de hidrogênio, e substituição de óleo combustível e gasolina por gás natural.

Em parceria com a Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda, a CEMIG realizou o “Seminário Internacional de Indicadores de Sustentabilidade: Dimensões Ambiental, Econômica e Social”. O Seminário discutiu o uso de Indicadores de Sustentabilidade, as alternativas, sucessos e dificuldades para sua utilização e obtenção de resultados, informando sobre esse novo padrão de gestão no Brasil e em outros países.

Licenciamento Ambiental

A Companhia obteve, em 2004, um conjunto representativo de licenças ambientais para atuação em diversas linhas de transmissão e usinas hidrelétricas.

Foi celebrado Convênio entre CEMIG e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF, fixando critérios para exploração florestal quando da intervenção da Companhia em áreas consideradas de preservação permanente. Esse convênio possibilitou a Companhia a manutenção de suas linhas e redes, considerando critérios ambientais adequados nas atividades de remoção de vegetação sob linhas de transmissão e redes de distribuição em todo o estado de Minas Gerais.

Além disso, foram obtidas 58 outorgas de direito de uso de águas para consumo humano nas instalações da Companhia junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM.

Gestão de Materiais

Os cuidados referentes aos materiais da Companhia prosseguiram em 2004. Merecem destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando 292 mil lâmpadas. Além disso, foram reutilizados aproximadamente 301 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.

Foi intensificada a campanha de coleta seletiva “Eu Amo Reciclar”, no edifício sede e no prédio anexo, conseguindo obter cerca de 53 mil quilos de papel, 25 mil quilos de plástico, além de metais e vidros. Todo o material recolhido foi repassado para a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – ASMARE.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

A CEMIG juntamente com diversas universidades e instituições de pesquisas, vem desenvolvendo diversos projetos de P&D gerenciado pela ANEEL, com 12 linhas de pesquisas na área ambiental.

Em 2004, deu continuidade às pesquisas envolvendo o Centro de Estudos de Mecanismos de Transposição de Peixes, em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG ao projeto iniciado em novembro de 2000.

A CEMIG deu início, em 2004, ao Projeto Verde Minas, com o objetivo de minimizar as interferências decorrentes da implantação de redes de distribuição elétrica em Unidades de Conservação e áreas de preservação permanentes.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade de Água

Com o objetivo de repovoamento e manutenção da biodiversidade dos reservatórios da CEMIG e dos rios de Minas Gerais foi realizada a soltura de cerca de 547 mil alevinos, envolvendo a participação de aproximadamente 8.500 pessoas de diversos setores da sociedade, em todo o Estado.

Foi assinado convênio com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Tecnológico da Escola Agrotécnica Federal de Salinas – Fadetec, para desenvolvimento de projetos voltados ao aprimoramento das ações nas áreas de piscicultura e ictiologia.

Ampliados os viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga passando a produção de 400 mil para 600 mil mudas/ano. Foram coletadas mais de 643 kg de sementes em diversos locais do Estado e produzidas 390 mil mudas nativas para reflorestamento e 25 mil para arborização urbana. A CEMIG implantou áreas de reflorestamento em 56,5 hectares.

Foi dada continuidade aos trabalhos do programa de “Reintrodução de Fauna Silvestre – Profauna” nas Estações Ambientais da CEMIG com a soltura de 1.038 animais nas estações de Peti, Galheiro, Igarapé e Itutinga, que possuem os títulos de “Área de Soltura de Animais Silvestres - ASAS” concedido pelo Ibama.

A Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas alertou a população para o problema das queimadas e pediu auxílio da sociedade na prevenção do fogo nas matas. Chama-se a atenção para a Campanha de Prevenção de Queimadas no Entorno dos Reservatórios da Empresa. A veiculação foi feita através de cartazes, cartilhas, volantes, outdoors, placas de estradas e spots de rádio.

Dando continuidade ao projeto iniciado há 11 anos, foi monitorada a qualidade de água de 33 reservatórios, que totalizam 3.270 km² de espelho d’água.

Arborização urbana

A CEMIG vem trabalhando para diminuir as interrupções causadas por árvores nas redes de distribuição urbanas. Dentro das diretrizes da Companhia referentes às técnicas de poda de árvores urbanas, foram treinados e capacitados cerca de 250 profissionais da CEMIG, de Prefeituras e das empresas prestadoras de serviço.

Em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou-se o Inventário da Arborização Urbana de Belo Horizonte, voltado para a avaliação de árvores em risco de queda e sua substituição.

Programa de Educação Ambiental

No ano de 2004 foi dada a continuidade ao Programa de Educação Ambiental “Terra da Gente”, voltado para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental das escolas das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O projeto já chegou a 211 estabelecimentos de ensino e contemplou 78.039 alunos, o que representa cerca de 51% das escolas e 30% do total de estudantes da região. Com o Terra da Gente, espera-se possibilitar a discussão e a difusão de estratégias metodológicas adequadas para o desenvolvimento e o monitoramento de projetos pedagógicos de educação ambiental, construídos com a participação daqueles que irão efetivamente utilizar o material produzido e com informações da realidade ambiental de sua região.

Para comemorar a Semana do Meio Ambiente foi escolhido o tema “Energia Verde”. O evento contou com a participação de mais de 1.500 crianças de 16 escolas públicas e particulares que, através de vídeo, teatros e brincadeiras, puderam conhecer cuidados que a CEMIG adota na construção de suas usinas hidrelétricas.

Ações Sociais Integradas

Formando uma rede de responsabilidade social com vistas à sustentabilidade das comunidades onde a CEMIG atua, participam do trabalho voluntário desde diretores, superintendentes e gerentes à empregados aposentados e seus familiares.

O Projeto ASIN foi criado em setembro de 2000 para sistematizar e incentivar o trabalho voluntário dos empregados nas comunidades onde a Companhia atua. São implementadas ações para capacitar, orientar e integrar os voluntários. Com objetivo de ampliar o alcance de iniciativas existentes, o projeto tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas.

Atualmente, são mais de 1.000 empregados voluntários, que vêm beneficiando aproximadamente 30 mil pessoas entre crianças, adolescentes e idosos.

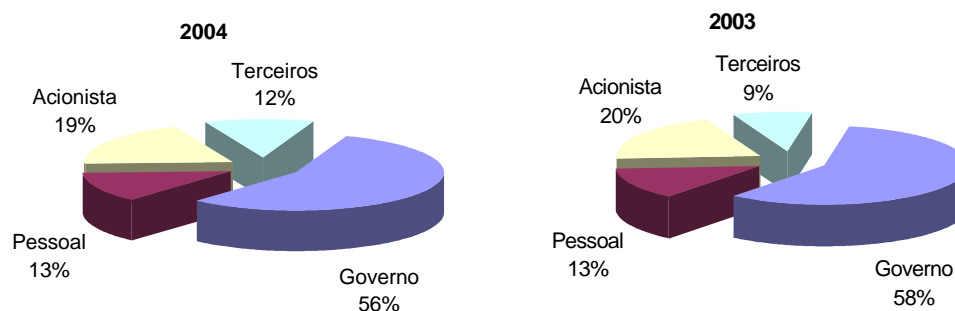
As atividades do ASIN permitem a redução dos índices de analfabetismo de jovens e adultos, reforma de ambientes escolares e exames oftalmológicos, formação de bibliotecas e realização de diversos cursos profissionalizantes melhorando a qualidade de vida dos alunos. O ASIN tem hoje 83 projetos desenvolvidos em todo o Estado, sendo 47 com foco na ação comunitária, 18 com foco na educação, 10 com foco no meio ambiente e 8 com foco na saúde, que contam com parceiros externos e internacionais.

O projeto AI6%, em parceria com Associação Interguerencial da CEMIG, arrecadou nos 4 anos de sua existência, recursos na ordem de R\$697 mil, através de doação voluntária de seus empregados de 6% do seu imposto de renda devido, que foram destinados ao Fundo da Infância e da Adolescência. Esses recursos são aplicados na melhoria de infra-estrutura e segurança, otimizando as condições de vida das crianças e dos adolescentes e já contam com 97 conselhos e 144 instituições beneficiados.

Valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a importância da Companhia para a sociedade, com R\$7.200 milhões de valor adicionado em 2004 em comparação a R\$6.136 em 2003, um aumento de 17,34%.

No gráfico abaixo podemos observar a distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, devendo ser destacada a parte retida pelo Governo, 56,00% e 58,00% do total distribuído em 2004 e 2003, respectivamente, pela CEMIG.



Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2004, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Portal Cemig: Em avaliação feita pelo caderno de Informática do jornal Estado de Minas, publicado no mês de março de 2004, o Portal Cemig (www.cemig.com.br) ficou em primeiro lugar, juntamente com o Portal Minas.

Prêmio Qualitas: Na 15ª edição do Prêmio Qualitas ocorrida em abril de 2004, a CEMIG recebeu o Prêmio Qualitas 2004, na categoria *Melhor performance em Qualidade* pelos serviços de fornecimento de energia elétrica.

Troféu Transparência: A CEMIG recebeu o Troféu Transparência Finalista por estar incluída entre as dez empresas finalistas na categoria *Empresas Abertas*, do VII Prêmio Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, SERASA 2004.

Troféu ABRAONEE: A CEMIG recebeu da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica - ABRAONEE o prêmio de "Melhor Divulgação das Informações Contábeis" na categoria de Empresa de Capital Aberto.

Prêmio Destaque Energia: O presidente da CEMIG, Djalma Bastos de Moraes, recebeu o prêmio *Destaque Energia 2004*, concedido pela Federação das Indústrias de Minas Gerais – Fiemg, pelo Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de Minas Gerais – SINAEES e pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee.

Prêmio Nascente do Rio Tietê: concedido pela Revista Meio Ambiente Industrial, pela PricewaterhouseCoopers e pela Prefeitura do Estado de São Paulo às empresas que se destacaram pela gestão sustentável dos recursos hídricos.

Prêmio Selo de Empresa Cidadã: concedido pela Câmara Municipal de Uberlândia e pela Câmara de Dirigentes Lojista – CDL. O Projeto de Educação Ambiental nas Escolas “Terra da Gente” e “Projeto Ações Sociais Integradas – ASIN” foram escolhidos entre os projetos das empresas no município de Uberlândia.

Prêmio destaque nacional em desenvolvimento sustentável - concedido pelo Instituto Ambiental Biosfera, sendo entregue durante o Congresso e Exposição Internacional sobre Florestas – Forest 2004, em Brasília.

PMQ - Prêmio Mineiro da Qualidade - Objetiva incentivar as empresas a buscarem a excelência na gestão de seus negócios, tornando-o um instrumento eficaz para alcançar a competitividade. São premiadas as organizações que praticam uma gestão que as levam ao sucesso. A Diretoria da Distribuição e Comercialização da CEMIG foi agraciada, pela segunda vez, com a premiação na faixa prata.

PERSPECTIVAS

A CEMIG elaborou o seu planejamento com um cenário para 2005 de crescimento do PIB de 3,3%, inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC de 5,69% e dólar com cotação média no ano de R\$3,07.

O crescimento esperado da economia brasileira para 2004 impactará de forma positiva o mercado de energia elétrica da CEMIG, sendo esperado um aumento de 3,85% no volume de vendas.

As negociações para assinatura do quarto aditivo contratual da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais estão previstas para serem concluídas também em 2005 e espera-se que a repactuação viabilize o pagamento da CRC no longo prazo através dos dividendos devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais.

No que se refere aos novos investimentos, está prevista a entrada em operação da usina de Aimorés, aumentando em 162 MW na capacidade instalada da CEMIG, e a aceleração no ritmo das obras de ligação de novos consumidores rurais dentro do Programa Luz para Todos, com investimentos previstos de R\$780 milhões para 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela CEMIG, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CONTROLADORA

1) Base de Cálculo	2004			2003		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			6.707.407			5.239.039
Resultado Operacional (RO)			1.616.976			1.194.070
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			784.511			638.460
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	39.100	4,98	0,58	30.938	4,85	0,59
Encargos sociais compulsórios	193.426	24,66	2,88	171.502	26,86	3,27
Previdência privada	106.909	13,63	1,59	74.338	11,64	1,42
Saúde	21.462	2,74	0,32	21.168	3,32	0,40
Segurança e medicina no trabalho	3.215	0,41	0,05	3.027	0,47	0,06
Educação	582	0,07	0,01	615	0,10	0,01
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.487	1,34	0,16	8.465	1,33	0,16
Creches ou auxílio-creche	1.600	0,20	0,02	1.419	0,22	0,03
Participação nos lucros ou resultados	109.373	13,94	1,63	92.302	14,46	1,76
Outros	15.512	1,98	0,23	15.351	2,40	0,29
Total - Indicadores Sociais Internos	501.666	63,95	7,48	419.125	65,65	8,00
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	358	0,03	0,01
Cultura	6.330	0,39	0,09	6.230	0,52	0,12
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	18.401	1,14	0,27	17.102	1,43	0,33
Total das Contribuições para a Sociedade	24.731	1,53	0,37	23.690	1,98	0,45
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.916.588	242,22	58,39	3.440.972	288,17	65,68
Total – Indicadores Sociais Externos	3.941.319	243,75	58,76	3.464.662	290,16	66,13
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa e com programas e/ou projetos externos	141.700	8,76	2,11	42.000	3,52	0,80
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	141.700	8,76	2,11	42.000	3,52	0,80
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.668			11.302
Nº de admissões durante o período			135			29
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			354			408
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.842			2.980
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.408			1.514
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			5,69%			4,48%
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.273			3.496
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			8,22%			9,61%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			ND			ND
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2004			Metas 2005		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			19,04			
Número total de acidentes de trabalho			186			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(x) Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(x) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2004:	7.268.965		Em 2003:	5.979.942	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	55,87% governo 9,88% acionistas	12,94% colaboradores (as) 11,44% terceiros	9,88% retido	57,54% governo 5,36% acionistas	12,93% colaboradores (as) 9,50% terceiros	14,67% retido
7) Outras Informações						
I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2004, cerca de R\$119 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas.						
II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.						
III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução. A Diretoria da Cemig e a entidade sindical representativa dos seus empregados conduziram, em 2003, a definição de um indicador de consumo de água por empregado.						

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2000	2001	2002	2003	2004
Atendimento					
Número de consumidores	5.141.295	5.412.075	5.591.492	5.744.206	5.874.912
Número de empregados	11.648	11.288	11.468	11.302	10.668
Número de consumidores por empregado	441	479	488	508	551
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	774	774	774
Mercado					
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478	567.478	567.478	567.478
Geração Própria (GWh)	30.228	18.957	21.608	27.025	27.580
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.783	1.462	1.378	1.380	1.351
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)					
Residencial	215,19	246,16	281,60	356,95	416,26
Comercial	176,93	206,20	241,00	305,89	356,03
Industrial	74,82	86,23	100,05	132,39	154,38
Rural	113,73	130,96	148,00	186,42	214,42
DEC (horas)	10,15	11,37	13,01	10,74	10,93
FEC (número de interrupções)	6,55	6,85	7,34	6,42	6,58
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	51	55	65	54	55
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	40	45	48	48	52
Número de Subestações	362	419	424	427	434
Linhas de Transmissão (Km)	4.963	4.965	4.847	4.829	4.856
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.038	16.124	16.152	16.185	16.086
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	53.391	54.738	55.718	82.867	83.527
Rural	259.056	268.024	274.841	276.437	283.910
Capacidade Instalada (MW)	5.554	5.674	5.713	5.771	5.949
Financeiros					
Receita operacional – R\$ milhões	4.940	6.168	6.752	7.968	9.748
Receita operacional líquida - R\$ milhões	3.706	4.852	5.119	5.623	7.141
Margem operacional - %	18,31	18,34	10,27	21,81	23,56
EBITDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.167	1.406	1.076	1.797	2.266
Lucro líquido (Prejuízo) - R\$ milhões	415	478	(1.002)	1.198	1.385
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	2,61	3,01	(6,18)	7,39	8,54
Patrimônio líquido - R\$ milhões	7.818	6.902	5.681	6.559	7.251
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	49,19	43,43	35,05	40,47	44,74
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	5,61	7,44	(14,99)	22,34	23,60
Endividamento do patrimônio líquido - %	35,72	91,25	142,65	128,67	131,15
Liquidez Corrente	0,76	0,95	0,66	0,73	0,83
Liquidez Geral	0,89	0,83	0,65	0,74	0,79

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Wilson Nélio Brumer
Djalma Bastos de Moraes
Aécio Ferreira da Cunha
Alexandre Heringer Lisboa
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
Nilo Barroso Neto
José Luiz Alquéres
Carlos Augusto Leite Brandão
Andréa Paula Fernandes
Antônio Luiz Barros de Salles
José Augusto Pimentel Pessoa
Haroldo Guimarães Brasil

Membros Suplentes

Fernando Lage de Melo
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Eduardo Lery Vieira
Franklin Moreira Gonçalves
Francisco Sales Dias Horta
Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Villela Paschoal
Fernando Teixeira Mendes Filho
Rodrigo Bhering Andrade
Andréa Leandro Silva
Evandro Veiga Negrão de Lima
Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Luiz Otávio Nunes West
Thales de Souza Ramos Filho

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ronald Gastão Andrade Reis
Augusto Cesar Calazans Lopes
Beatriz Oliveira Fortunato
Aliomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
Francisco Sales Dias Horta
Celso Ferreira
Flávio Decat de Moura
Elmar de Oliveira Santana
José Maria de Macedo
Heleni de Mello Fonseca

Cargo

Diretor-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Diretor de Geração e Transmissão
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretora de Gestão Empresarial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3299-3930 - 3299-4015
Fax: (31) 3299-3934 - 31 3299-3933

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br , www.ri.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Disponibilidades	896.223	440.481	828.786	366.390
Consumidores e Revendedores	1.211.086	1.058.610	1.159.417	1.029.834
Concessionários – Transporte de Energia	27.876	28.669	27.876	28.669
Consumidores – Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A”	327.268	278.864	327.268	278.864
Revendedores – Transações no MAE	45.560	39.037	45.560	39.037
Despesas Antecipadas – CVA	463.508	315.234	463.508	315.234
Tributos Compensáveis	119.328	107.829	93.078	100.733
Créditos Tributários	148.905	113.856	148.538	113.523
Almoxarifado	19.253	22.230	14.027	14.698
Outros Créditos	163.526	153.084	168.329	181.548
	3.422.533	2.557.894	3.276.387	2.468.530
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Despesas Antecipadas – CVA	85.786	305.485	85.786	305.485
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	361.082	-	361.082	-
Tributos Compensáveis	142.368	115.933	129.005	105.093
Consumidores – Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A”	1.032.601	1.265.310	1.032.601	1.265.310
Reajuste Tarifário Diferido	437.759	-	437.759	-
Revendedores – Transações no MAE	588.281	567.062	588.281	567.062
Consumidores e Revendedores	78.022	90.614	78.022	90.614
Créditos Tributários	171.724	269.183	154.822	252.263
Depósitos Vinculados a Litígios	88.197	81.493	88.141	81.391
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.096.706	891.063	1.096.706	891.063
Outros Créditos	49.482	76.554	56.218	75.954
	4.132.008	3.662.697	4.108.423	3.634.235
PERMANENTE				
Investimentos	916.194	788.296	1.689.294	1.410.765
Imobilizado	8.247.882	7.984.367	7.523.550	7.337.929
Diferido	63.650	31.637	499	627
	9.227.726	8.804.300	9.213.343	8.749.321
TOTAL DO ATIVO	16.782.267	15.024.891	16.598.153	14.852.086

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Fornecedores	676.164	610.960	636.852	587.796
Impostos, Taxas e Contribuições	496.906	321.473	467.675	309.955
Encargos Regulatórios	98.889	82.824	98.805	82.740
Participações nos Lucros	63.472	51.314	63.431	51.289
Salários e Contribuições Sociais	173.859	199.110	172.463	198.004
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	652.331	311.212	652.328	309.783
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.417.291	1.587.336	1.393.579	1.564.716
Obrigações Pós-Emprego	199.738	185.226	199.738	185.226
Outras Obrigações	207.417	167.361	204.696	165.683
	3.986.067	3.516.816	3.889.567	3.455.192
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Impostos, Taxas e Contribuições	572.829	440.143	563.324	440.143
Fornecedores	245.873	324.556	245.873	324.556
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.800.518	2.271.413	2.747.340	2.190.409
Obrigações Pós-Emprego	1.353.543	1.496.027	1.353.543	1.496.027
Provisões para Contingências	427.839	320.898	427.839	320.898
Outras Obrigações	123.321	69.376	119.282	66.292
	5.523.923	4.922.413	5.457.201	4.838.325
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	20.892	27.093	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros	1.570.502	877.686	1.570.502	877.686
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
	7.251.385	6.558.569	7.251.385	6.558.569
TOTAL DO PASSIVO	16.782.267	15.024.891	16.598.153	14.852.086

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003 Reclassificado	2004	2003 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL:				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	8.602.365	7.235.477	8.523.991	7.174.711
Reajuste Tarifário Diferido	358.602	-	358.602	-
Receita de Uso da Rede	244.517	256.757	244.517	256.757
Outras Receitas Operacionais	542.534	475.711	70.712	63.957
	9.748.018	7.967.945	9.197.822	7.495.425
Deduções à Receita Operacional	(2.607.162)	(2.344.628)	(2.490.415)	(2.256.386)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.140.856	5.623.317	6.707.407	5.239.039
CUSTOS OPERACIONAIS:				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS:				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.479.799)	(1.393.423)	(1.479.723)	(1.393.423)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(585.888)	(310.263)	(585.834)	(310.263)
Gás Comprado para Revenda	(259.795)	(246.276)	-	-
	(2.325.482)	(1.949.962)	(2.065.557)	(1.703.686)
CUSTO DE OPERAÇÃO:				
Pessoal e Administradores	(698.732)	(658.161)	(697.920)	(656.785)
Entidade de Previdência Privada	(83.169)	(59.847)	(83.169)	(59.847)
Materiais	(66.256)	(74.672)	(66.129)	(74.404)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(19.311)	(8.127)	(19.311)	(8.127)
Serviços de Terceiros	(238.740)	(209.490)	(235.522)	(206.226)
Depreciação e Amortização	(524.313)	(514.910)	(514.146)	(504.765)
Provisões Operacionais	(80.432)	(33.416)	(80.432)	(33.416)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(108.023)	(13.948)	(106.595)	(13.138)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(292.147)	(282.309)	(292.147)	(282.309)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(237.863)	(118.217)	(237.863)	(118.217)
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(104.271)	118.442	(104.271)	118.442
Outras	(84.452)	(96.966)	(83.567)	(93.866)
	(2.537.709)	(1.951.621)	(2.521.072)	(1.932.658)
CUSTO TOTAL	(4.863.191)	(3.901.583)	(4.586.629)	(3.636.344)
LUCRO BRUTO	2.277.665	1.721.734	2.120.778	1.602.695
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(311.073)	(228.391)	(311.073)	(228.391)
Despesas Gerais e Administrativas	(169.969)	(176.136)	(169.916)	(176.136)
Outras Despesas Operacionais	(114.452)	(90.741)	(22.813)	(4.098)
	(595.494)	(495.268)	(503.802)	(408.625)
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	1.682.171	1.226.466	1.616.976	1.194.070
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	48.115	31.220
Receitas Financeiras Líquidas	228.990	585.090	222.635	562.711
Juros sobre Capital Próprio	(510.000)	(250.000)	(510.000)	(250.000)
	(281.010)	335.090	(287.365)	312.711
Lucro Operacional	1.401.161	1.561.556	1.377.726	1.538.001
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	74.345	(61.128)	74.157	(61.267)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.475.506	1.500.428	1.451.883	1.476.734
Imposto de Renda e Contribuição Social	(602.563)	(553.528)	(577.082)	(529.092)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	872.943	946.900	874.801	947.642
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	510.000	250.000	510.000	250.000
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	1.858	742	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.384.801	1.197.642	1.384.801	1.197.642
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$	8,54	7,39	8,54	7,39

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003**

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	1.621.538	4.032.222	-	-	27.123	5.680.883
Reversão de Dividendos	-	-	538	-	-	538
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.197.642	-	1.197.642
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Juros sobre Capital Próprio (R\$1,54 por lote de mil ações)	-	-	-	(250.000)	-	(250.000)
Dividendos Complementares (R\$0,44 por lote de mil ações)	-	-	-	(70.494)	-	(70.494)
Retenção de Lucros	-	-	877.148	(877.148)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	1.621.538	4.032.222	877.686	-	27.123	6.558.569
Reversão de Dividendos	-	-	415	-	-	415
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.384.801	-	1.384.801
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Juros sobre Capital Próprio (R\$3,15 por lote de mil ações)	-	-	-	(510.000)	-	(510.000)
Dividendos Complementares (R\$1,13 por lote de mil ações)	-	-	-	(182.400)	-	(182.400)
Retenção de Lucros	-	-	692.401	(692.401)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	1.621.538	4.032.222	1.570.502	-	27.123	7.251.385

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das Operações-				
Lucro Líquido do Exercício	1.384.801	1.197.642	1.384.801	1.197.642
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante -				
Depreciação e Amortização	583.652	570.193	536.796	523.726
Baixas Líquidas de Permanente	80.501	61.344	80.501	61.344
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(48.115)	(31.220)
Obrigações Pós-Emprego	106.909	74.338	106.909	74.338
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(881.404)	(916.077)	(885.720)	(894.011)
Reajuste Tarifário Diferido	(358.602)	-	(358.602)	-
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	(361.082)	-	(361.082)	-
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	104.271	(118.442)	104.271	(118.442)
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado				
de Minas Gerais	325.637	197.988	325.637	197.988
Provisão (Reversão) para Perdas Operacionais	130.390	(48.784)	130.390	(48.784)
Outros	(33.831)	(9.800)	(31.775)	(10.533)
	<u>1.081.242</u>	<u>1.008.402</u>	<u>984.011</u>	<u>952.048</u>
De Terceiros e Acionistas -				
Financiamentos Obtidos	1.229.544	716.870	1.229.544	700.076
Reversão de Dividendos	415	538	415	538
Venda de Títulos e Valores Mobiliários	-	118.994	-	118.994
Redução de Capital em Controlada	-	-	-	10.460
Dividendos a Receber de Controladas	-	-	31.939	50.094
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	48.912	27.918	48.912	27.918
Obrigações Especiais	132.888	96.396	132.888	96.396
	<u>1.411.759</u>	<u>960.716</u>	<u>1.443.698</u>	<u>1.004.476</u>
Outras Origens-				
Tributos e Contribuição Social transferidos para o Longo Prazo	123.181	223.503	123.181	223.503
Redução do Realizável a Longo Prazo	2.111	7.340	2.129	7.868
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante-				
Despesas Antecipadas - CVA	519.171	101.819	519.171	101.819
Créditos Tributários	97.441	137.695	97.441	134.018
Recomposição Tarifária Extraordinária	357.986	291.752	357.986	291.752
Revendedores - Transações no MAE	55.849	-	55.849	-
Custos de Adaptação ao Racionamento	-	28.634	-	28.634
Outros	65.461	(793)	52.990	(2.682)
	<u>1.221.200</u>	<u>789.950</u>	<u>1.208.747</u>	<u>784.912</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>3.714.201</u>	<u>2.759.068</u>	<u>3.636.456</u>	<u>2.741.436</u>
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Tributos Compensáveis	20.826	15.507	23.912	17.819
Consumidores e Revendedores	-	90.614	-	90.614
Despesas Antecipadas - CVA	210.142	119.298	210.142	119.298
Em Investimentos	140.517	194.538	291.133	287.201
No Imobilizado	1.043.457	806.271	875.123	719.539
No Diferido	250	31	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	-	15.176	-	15.166
Juros sobre Capital Próprios e Dividendos	692.400	320.494	692.400	320.494
Efeito Decorrente da consolidação Parcial da GASMIG	8.815	-	-	-
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante-				
Empréstimos e Financiamentos	822.448	847.813	790.306	830.637
Fornecedores - Suprimento	130.565	66.767	130.565	66.767
Obrigações Pós-Emprego	249.393	234.800	249.393	234.800
	<u>3.318.813</u>	<u>2.711.309</u>	<u>3.262.974</u>	<u>2.702.335</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>3.318.813</u>	<u>2.711.309</u>	<u>3.262.974</u>	<u>2.702.335</u>
REDUÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	<u>395.388</u>	<u>47.759</u>	<u>373.482</u>	<u>39.101</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE				
No fim do exercício				
Ativo Circulante	3.422.533	2.557.894	3.276.387	2.468.530
Passivo Circulante	(3.986.067)	(3.516.816)	(3.889.567)	(3.455.192)
	<u>(563.534)</u>	<u>(958.922)</u>	<u>(613.180)</u>	<u>(986.662)</u>
No início do exercício-	(958.922)	(1.006.681)	(986.662)	(1.025.763)
REDUÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	<u>395.388</u>	<u>47.759</u>	<u>373.482</u>	<u>39.101</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, é concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Estado de Minas Gerais. Seus principais objetivos sociais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG tem como área de concessão 567.478 km², cerca de 97% do território de Minas Gerais, atendendo aproximadamente 5.875 mil (não auditado) consumidores em 31 de dezembro de 2004 (em 2003 – 5.744 mil - não auditado). A CEMIG e suas controladas possuem 52 usinas, sendo 48 hidrelétricas, 3 termelétricas e 1 eólica e capacidade instalada total de 5.949 MW (em 2003 - 5.771 MW).

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2004:

- Sá Carvalho S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (participação de 55,19%) – seus principais objetivos sociais são: aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu estatuto social também permite a execução das atividades de exploração, produção e armazenamento de gás natural. Estas atividades, entretanto, não estão sendo desenvolvidas. A CEMIG alienou 40% de sua participação na GASMIG em 2004, conforme mencionado na nota explicativa nº 16;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (participação de 99,94%) – seus principais objetivos sociais são: prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 69,25% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais;
- Efficientia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (participação de 48,50%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- Rosal Energia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esta usina foi adquirida em 2004, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A CEMIG ainda possui participação no capital das empresas relacionadas abaixo, ainda em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2004:

- Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. (participação de 100,00%) – Estas empresas têm por objetivos sociais a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- Cemig Trading S.A. (participação de 100,00%) – Seu principal objetivo social é a comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (participação de 51,00%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 Kv.
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (participação de 48,50%) – Suas principais atividades serão a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- Companhia Transleste de Transmissão (participação de 25,00%) – Esta empresa será responsável pela construção e operação da linha de transmissão de 345 Kv conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé.
- Companhia Transudeste de Transmissão (participação de 24,00%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 Kv.
- Companhia Transirapé de Transmissão (participação de 24,40%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – Lote B - LT Irapé – Araçuaí 230 Kv.

2) – DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam que a Companhia deveria reestruturar suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Conforme determinação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2003, a CEMIG desenvolveu estudos que resultaram na implementação da desverticalização das suas operações, adequando-se a exigência constante da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro.

Desta forma, a CEMIG constituiu as subsidiárias integrais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2005.

A Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG em 30 de dezembro de 2004 autorizou a transferência, a partir de 1º de janeiro de 2005, dos ativos constantes do Imobilizado em Serviço e parte das obrigações e direitos relacionadas as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as subsidiárias integrais constituídas.

A transferência dos demais ativos e obrigações será efetuada através de adiantamento para aumento de capital em 1º de janeiro de 2005, com a aprovação da integralização ao capital em uma Assembléia de Acionistas a ser realizada posteriormente.

A efetiva transferência das concessões de transmissão, geração e distribuição de energia elétrica para as novas subsidiárias está condicionada a aprovação pela ANEEL, conforme consta na Resolução Normativa nº 407, de 20 de dezembro de 2004.

Os principais critérios de transferência dos bens, direitos e obrigações para as subsidiárias são como segue:

- ❑ O saldo de consumidores referente clientes livres foi alocado na Cemig Geração e Transmissão S.A. e o saldo referente clientes cativos foi alocado na Cemig Distribuição S.A..
- ❑ O saldo de consumidores para os quais foi constituída provisão para devedores duvidosos de igual valor continuou alocado na CEMIG controladora.
- ❑ Os tributos compensáveis (exceto ICMS), créditos tributários e impostos, taxas e contribuições a pagar com vencimento no 1º trimestre de 2005 ficaram alocados na CEMIG.
- ❑ Os créditos de ICMS foram transferidos para as subsidiárias utilizando os mesmos critérios de alocação dos ativos que originaram os créditos.
- ❑ Os ativos e passivos regulatórios foram transferidos para as subsidiárias conforme a sua natureza.
- ❑ Os consórcios para produção de energia elétrica foram transferidos para a Cemig Geração e Transmissão S.A.
- ❑ Os bens constantes do Imobilizado foram transferidos para as subsidiárias em conformidade a sua utilização nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
- ❑ As obrigações pós-emprego foram transferidas para as subsidiárias proporcionalmente a despesa com pessoal da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., após a desverticalização.
- ❑ Os empréstimos, financiamentos e obrigações a pagar com as debêntures foram transferidos para as novas subsidiárias em função da utilização original dos recursos nas atividades de geração, transmissão e distribuição.

Segue tabela com a segregação dos ativos e passivos da CEMIG nas novas subsidiárias constituídas, em 1º de janeiro de 2005, a ser aprovada pela ANEEL:

ATIVO	Cemig Controladora	Cemig Geração e Transmissão	CEMIG Distribuição
ATIVO CIRCULANTE			
Disponibilidades	795.985	15.500	17.301
Consumidores e Revendedores	-	32.353	1.127.064
Concessionários – Transporte de Energia	-	27.876	-
Consumidores – Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A”	-	-	327.268
Revendedores – Transações no MAE	-	45.560	-
Despesas Antecipadas – CVA	-	-	463.508
Tributos Compensáveis	72.006	11.431	9.641
Créditos Tributários	148.538	-	-
Almoxarifado	-	2.126	11.901
Outros Créditos	81.638	25.511	61.180
	<u>1.098.167</u>	<u>160.357</u>	<u>2.017.863</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Despesas Antecipadas – CVA	-	-	85.786
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	-	-	361.082
Tributos Compensáveis	-	26.679	102.326
Consumidores – Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A”	-	-	1.032.601
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	437.759
Revendedores – Transações no MAE	-	588.281	-
Consumidores e Revendedores	-	-	78.022
Créditos Tributários	154.822	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	88.141	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.096.706	-	-
Outros Créditos	5.846	9.497	40.875
	<u>1.345.515</u>	<u>624.457</u>	<u>2.138.451</u>

	CEMIG Controladora	CEMIG Geração e Transmissão	CEMIG Distribuição
PERMANENTE			
Investimentos			
- Participação na Cemig Distribuição	2.706.018	-	-
- Participação na Cemig Geração	3.200.781	-	-
- Outros Investimentos	804.864	884.011	419
Imobilizado	8.616	4.772.099	4.557.550
Obrigações Especiais	-	(1.680)	(1.813.035)
Diferido	-	-	499
	<u>6.720.279</u>	<u>5.654.430</u>	<u>2.745.433</u>
TOTAL DO ATIVO	9.163.961	6.439.244	6.901.747
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8.928	230.116	397.808
Impostos, Taxas e Contribuições	467.675	-	-
Encargos Regulatórios	17.570	1.575	79.660
Participações nos Lucros	63.431	-	-
Salários e Contribuições Sociais	52.457	30.594	89.412
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	652.328	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	63.023	840.069	490.487
Obrigações Pós-Emprego	9.827	45.201	144.710
Outras Obrigações	82.875	19.719	102.102
	<u>1.418.114</u>	<u>1.167.274</u>	<u>1.304.179</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Impostos, Taxas e Contribuições	-	211.416	351.908
Fornecedores	-	-	245.873
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	1.514.210	1.233.130
Obrigações Pós-Emprego	66.594	306.307	980.642
Provisões para Contingências	427.839	-	-
Outras Obrigações	29	39.256	79.997
	<u>494.462</u>	<u>2.071.189</u>	<u>2.891.550</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>7.251.385</u>	<u>3.200.781</u>	<u>2.706.018</u>
TOTAL DO PASSIVO	9.163.961	6.439.244	6.901.747

3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, respectivamente.

As controladas seguem práticas contábeis compatíveis com as da CEMIG.

3.2) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros.

Atividades da Controladora não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da CEMIG no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores.

Almoxarifado - É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Permanente, não sendo depreciados.

Despesas Antecipadas – CVA - A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, como despesas antecipadas. Após o reajuste tarifário devido, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários incorridos relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados às Obras em Andamento, são apropriados às Imobilizações em Curso, durante o período de construção.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas nos Balanços Patrimoniais como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Obrigações Pós-Emprego - Em atendimento a Deliberação CVM nº 371/00, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando-se as perspectivas de sua realização.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da CEMIG se baseie em estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE/MAE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Despesas Antecipadas – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Reclassificação de saldos contábeis - Para melhor comparabilidade e análise das demonstrações contábeis, a Companhia reclassificou determinados saldos da Demonstração do Resultado do Exercício de 2003, passando a classificar separadamente os custos das despesas operacionais. Entretanto, na Nota Explicativa nº 28, encontram-se demonstrados de forma conjunta os custos e despesas operacionais com base nos critérios adotados até o exercício de 2003.

4) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incluem as demonstrações financeiras das empresas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As empresas cuja participação da CEMIG é minoritária e o controle é exercido em conjunto com outros acionistas, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras da investida.

A GASMIG, a partir de 2004, passou também a ser consolidada proporcionalmente, em função da alienação, pela CEMIG, de 40,00% da sua participação no capital, tendo ocorrido a assinatura de acordo de acionistas que implicou no controle em conjunto com o sócio minoritário.

A parcela relativa às participações minoritárias no patrimônio líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

5) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Informações não auditadas	
			Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	12/2000	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	12/1997	12/2032
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,334	07/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Outras	Diversas	100,444	Diversas	Diversas
		5.595,065		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	08/1974	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
		131,440		
Total Geração CEMIG		5.727,505		
Controladas -				
Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Usina Hidrelétrica Rosal	Itabapoana - RJ	55,000	04/1997	05/2032
Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Usina Termelétrica de Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
Usina Termelétrica de Barreiro	Belo Horizonte	12,900	01/2002	04/2023
PCH's	Diversas	12,646	Diversas	2025/2030
		221,546		
Total Geração Consolidado		5.949,051		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas -				
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	02/2000	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	161,700	12/2000	12/2035
Capim Branco I (1)	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II (1)	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
		616,436		
DISTRIBUIÇÃO				
Norte	-	-	04/1997	02/2016
Sul	-	-	04/1997	02/2016
Leste	-	-	04/1997	02/2016
Oeste	-	-	04/1997	02/2016
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	14.401 MVA	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá - 3	Minas Gerais	600 MVA	10/2000	10/2030
Transleste (LT Irapé–Montes Claros)	Minas Gerais	50 MVAR	02/2004	02/2034
Transudeste	Minas Gerais	(2)	03/2005	03/2035
Centroeste de Minas	Minas Gerais	(2)	03/2005	03/2035
Transirapé	Minas Gerais	450 MVA	03/2005	03/2035

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG nas energias asseguradas pelos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 16.
- (2) Informação não disponível.
- (3) A CEMIG requereu junto à ANEEL, em setembro de 2004, a prorrogação por mais vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica das seguintes usinas: UHE Emborcação, UHE Nova Ponte, PCH São Bernardo, PCH Poço Fundo, PCH Santa Luzia, PCH Luiz Dias e PCH Xicão. A ANEEL e o Ministério das Minas e Energia ainda não se pronunciaram.

A Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e, portanto, não são esperas perdas em função da não renovação das atuais concessões.

6) – DISPONIBILIDADES

	Taxa de Remuneração (*)	Consolidado		Controladora	
		2004	2003	2004	2003
Contas Bancárias		48.161	128.333	43.483	124.164
Aplicações Financeiras					
Certificado de Depósito Bancário	100,58% do CDI	673.247	200.111	651.596	153.170
Fundos de Investimento	100,21% do CDI	2.916	9.798	-	9.798
Operações Compromissadas	100,05% do CDI	171.899	102.239	133.707	79.258
		<u>848.062</u>	<u>312.148</u>	<u>785.303</u>	<u>242.226</u>
		896.223	440.481	828.786	366.390

(*) Taxa de remuneração média das aplicações consolidadas em 31 de dezembro de 2004

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas com operações compromissadas referem-se a repasse de títulos públicos ou privados de emissão de terceiros com cláusula de garantia de recompra imediata do banco custodiante, a critério da CEMIG, com remuneração baseada no CDI, sem penalidade ou perda de rentabilidade.

7) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	284.329	254.988	156.699	129.795	42.619	28.611	483.647	413.394
Industrial	244.638	200.602	44.285	58.539	140.756	95.131	429.679	354.272
Comércio, Serviços e Outras	121.728	121.599	66.106	57.811	35.611	24.244	223.445	203.654
Rural	35.002	32.801	19.591	17.077	9.279	6.310	63.872	56.188
Poder Público	18.503	15.081	22.693	28.693	23.502	21.947	64.698	65.721
Iluminação Pública	42.769	12.658	22.640	29.890	5.987	12.815	71.396	55.363
Serviço Público	28.218	9.865	3.487	1.395	2.033	867	33.738	12.127
Subtotal – Consumidores	775.187	647.594	335.501	323.200	259.787	189.925	1.370.475	1.160.719
Suprimento a Outras								
Concessionárias	5.525	4.519	-	-	-	-	5.525	4.519
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(164.914)	(106.628)	(164.914)	(106.628)
	780.712	652.113	335.501	323.200	94.873	83.297	1.211.086	1.058.610

Classe de Consumidor	Controladora							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	280.740	251.883	155.405	129.795	42.619	27.489	478.764	409.167
Industrial	214.806	196.559	44.285	58.539	140.122	92.647	399.213	347.745
Comércio, Serviços e Outras	105.320	99.971	64.061	57.811	35.611	24.244	204.992	182.026
Rural	35.002	32.801	19.591	17.077	9.279	6.310	63.872	56.188
Poder Público	18.503	15.081	22.693	28.693	23.502	21.947	64.698	65.721
Iluminação Pública	42.769	12.658	22.640	29.890	5.987	12.815	71.396	55.363
Serviço Público	28.218	9.865	3.487	1.395	2.033	867	33.738	12.127
Subtotal – Consumidores	725.358	618.818	332.162	323.200	259.153	186.319	1.316.673	1.128.337
Suprimento a Outras								
Concessionárias	3.685	4.519	-	-	-	-	3.685	4.519
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(160.941)	(103.022)	(160.941)	(103.022)
	729.043	623.337	332.162	323.200	98.212	83.297	1.159.417	1.029.834

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo prazo valores a receber, no montante de R\$78.022, referentes a:

- Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, empresa controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$51.932. A CEMIG renegociou com a COPASA o pagamento do débito em 96 parcelas mensais e consecutivas, de outubro de 2004 a setembro de 2012. As parcelas são atualizadas pela variação do IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% a.m..
- Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, no montante de R\$26.090, advindos substancialmente de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública. Os débitos da PBH foram renegociados para pagamento em 80 meses, com término em março de 2010 e atualizados em conformidade aos reajustes tarifários da CEMIG.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Residencial	50.205	33.493	48.911	32.371
Industrial	56.583	39.218	55.949	36.734
Comércio, Serviços e Outras	29.425	16.146	27.380	16.146
Rural	5.886	3.326	5.886	3.326
Poder Público	18.388	9.863	18.388	9.863
Iluminação Pública	2.954	6.347	2.954	6.347
Serviço Público	1.473	1.400	1.473	1.400
	164.914	109.793	160.941	106.187
Curto Prazo	164.914	106.628	160.941	103.022
Longo Prazo	-	3.165	-	3.165

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2004 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2003	109.793	106.187
Baixa de contas a receber	(7.838)	(7.109)
Constituição de provisão	62.959	61.863
Saldo em 31 de dezembro de 2004	164.914	160.941

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

8) – CONSUMIDORES - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- ❑ Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia especificados na Resolução.
- ❑ Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- ❑ Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- ❑ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a CEMIG é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados. Estes valores estão sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movido por agentes do mercado, entre os quais a CEMIG, relativos à interpretação das regras de mercado em vigor.

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$163.456 a provisão para perdas da Companhia na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2004. Desta forma, ocorreu uma provisão adicional de R\$104.271 em 2004, tendo em vista que a provisão em 31 de dezembro de 2003 correspondia a R\$59.185.

Considerando que as premissas utilizadas nesse estudo poderão sofrer alterações ao longo do prazo de recuperação, a Administração revisará periodicamente essas projeções e, conseqüentemente, a provisão constituída.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes às perdas de faturamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Dos créditos da RTE referentes à energia livre, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito da CCEE/MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva na CCEE/MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais acima referidas.

O ICMS incidente sobre a RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$224.494 em 31 de dezembro de 2004 (R\$286.436 em 31 de dezembro de 2003), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado e Controladora			
	2004			2003
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	876.847	427.067	1.303.914	1.191.884
Valores arrecadados	(611.420)	-	(611.420)	(411.198)
	265.427	427.067	692.494	780.686
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	113.013	555.730	501.675
Valores arrecadados	(186.794)	-	(186.794)	(77.434)
	255.923	113.013	368.936	424.241
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(163.456)	-	(163.456)	(59.185)
Total da RTE	357.894	540.080	897.974	1.145.742
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	216.596	461.895	398.432
Total da RTE e da Parcela "A"	603.193	756.676	1.359.869	1.544.174
Curto Prazo			327.268	278.864
Longo Prazo			1.032.601	1.265.310

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	Consolidado e Controladora			2003
	2004		Total	
	Principal	Atualização pela SELIC		
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	107.952	527.181	475.298
(-) Repasses realizados	(163.063)	-	(163.063)	(63.057)
	256.166	107.952	364.118	412.241
Passivo Circulante			118.245	87.685
Exigível a Longo Prazo			245.873	324.556

- (1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.
 (2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 001 e 045 de 2004.
 (3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 482 de 2002 e 001 de 2004.

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (“CCEE/MAE”)

Os valores referentes às obrigações a pagar e direitos da Companhia em função das transações no âmbito da CCEE/MAE foram calculados em conformidade com a liminar obtida em 25 de dezembro de 2002, que determinou que a CEMIG fosse considerada como concessionária de distribuição e de geração, contrariando o disposto na Resolução ANEEL nº 447, de 23 de agosto de 2002, onde a CEMIG, para efeito de contabilização e liquidação no MAE, seria considerada apenas como concessionária de distribuição, não considerando a sua condição de geradora.

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações no âmbito da CCEE/MAE estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2004	2003
ATIVO		
Circulante		
Revendedores – Transações no MAE	45.560	39.037
Realizável a Longo Prazo		
Revendedores – Transações no MAE	588.281	567.062
	633.841	606.099
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	148.791	143.354
	148.791	143.354

Os valores registrados no Ativo referem-se a diferença entre os preços pagos pela CEMIG nas transações com energia na CCEE/MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica deveriam fazer a arrecadação e repasse dos valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, a partir de março de 2003.

Os créditos da RTE que deveriam ter sido repassados pelas outras distribuidoras à CEMIG, relativos ao período de março de 2003 a dezembro de 2004, correspondem a R\$200.455, tendo sido recebidos R\$51.629 até 31 de dezembro de 2004.

A diferença verificada decorre do fato de que algumas distribuidoras não repassaram à CEMIG os valores da RTE por interpretarem, com base no Art.9º da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica ANEEL nº 004/2003, que a CEMIG, por estar questionando judicialmente a metodologia de cálculo de suas obrigações no MAE, estaria também questionando o Acordo Geral do Setor Elétrico. Por este motivo, as distribuidoras estariam impedidas de efetuar o referido repasse à CEMIG.

Em função das sanções mencionadas no parágrafo anterior, a Administração decidiu pela retirada das ações judiciais e acordar com os demais agentes da CCEE/MAE o pagamento das obrigações, com base no critério definido pela ANEEL. A CEMIG considera que este procedimento não impactará negativamente o resultado do exercício, tendo em vista que os valores já estão provisionados nas demonstrações financeiras.

Os principais termos e conseqüências propostos no acordo mencionado, ainda em processo de aprovação pelos agentes do mercado e ANEEL, são os seguintes:

- ❑ A CCEE/MAE fará um novo cálculo das obrigações efetivas da CEMIG, considerando os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- ❑ Os valores calculados deverão ser atualizados pelo IGP-M a partir de julho de 2003 até o início da liquidação financeira, em data a ser definida pela CCEE/MAE;
- ❑ Após a divulgação pela CCEE/MAE das obrigações atualizadas, a CEMIG iniciará a liquidação dos débitos no prazo de até 50 meses, dependendo do montante devido a cada credor, com atualização pela variação da SELIC, a partir da data do início da liquidação acrescida de 1,00% de juros ao ano;
- ❑ A ANEEL suspenderá a restrição imposta às distribuidoras de repasse à CEMIG dos valores da RTE. As distribuidoras farão o repasse à CEMIG dos valores retidos em 2 parcelas mensais e consecutivas, em data a ser definida pela CCEE/MAE.

Das obrigações e direitos da CEMIG no âmbito da CCEE/MAE, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC acrescido de 1,00% de juros ao ano e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito da CCEE/MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva na CCEE/MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais.

A conclusão dos processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE/MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados pela CEMIG.

10) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA, refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

Excepcionalmente, o Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003, postergou por 12 meses a compensação das variações da CVA apuradas de 10 de março de 2002 a 9 de março de 2003, que deveriam ser compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2003.

Adicionalmente, ficou estabelecido naquela Portaria que o saldo da CVA, cuja compensação foi adiada, seria compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica pelo prazo de 24 meses, contados a partir do reajuste aplicado sobre as tarifas em 8 de abril de 2004.

A composição dos saldos registrados é como segue:

	Consolidado e Controladora				2003
	2004			Total	
	CVA de 10/03/2002 a 09/03/2003	CVA de 10/03/2003 a 09/03/2004	CVA a partir de 10/03/2004		
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	57.556	66.848	18.886	143.290	205.741
Tarifa de compra de energia elétrica de Itaipu	279.015	(43.226)	(57.600)	178.189	256.983
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	2.744	4.373	4.994	12.111	11.328
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(87.587)	2.428	53.812	(31.347)	(132.020)
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	51.258	57.087	61.162	169.507	169.938
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	27.223	6.208	33.431	47.562
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.191	28.810	14.112	44.113	61.187
	304.177	143.543	101.574	549.294	620.719
Curto Prazo				463.508	315.234
Longo Prazo				85.786	305.485

Os valores demonstrados na tabela acima são atualizados pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

A Portaria Interministerial nº 361, de 26 de novembro de 2004, incluiu na CVA as despesas com “Custos de Aquisição de Energia Elétrica” e “Custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa”, não sendo apurados valores pela Companhia no exercício de 2004.

11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Curto Prazo				
ICMS a Recuperar	29.475	25.789	24.493	21.373
Imposto de Renda	79.121	63.972	63.956	61.927
Contribuição Social	6.540	8.732	2.078	8.309
Outros	4.192	9.336	2.551	9.124
	119.328	107.829	93.078	100.733
Longo Prazo				
ICMS a Recuperar	122.280	95.845	108.917	85.005
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	20.088	20.088	20.088	20.088
	142.368	115.933	129.005	105.093
	261.696	223.762	222.083	205.826

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados durante o exercício de 2005.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088, referente a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens utilizados na atividade da Controladora, cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

12) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	15.785	132.772	-	116.837
Obrigações Pós-Emprego	4.854	45.029	4.854	45.029
Provisão para Contingências	104.739	76.846	104.739	76.846
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	55.575	20.123	55.575	20.123
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário	8.211	9.214	8.211	9.214
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	55.345	36.967	53.994	35.741
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	51.710	42.255	51.710	42.255
Outros	24.410	19.833	24.277	19.741
	320.629	383.039	303.360	365.786
Curto Prazo	148.905	113.856	148.538	113.523
Longo Prazo	171.724	269.183	154.822	252.263

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 07 de março de 2005, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 07 de março de 2005.

Conforme as estimativas da CEMIG, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2004, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2005	148.905	148.538
2006	22.577	21.846
2007	26.406	24.960
2008	84.454	82.491
2009	26.874	21.656
2010 a 2011	9.092	1.548
2012 a 2014	2.321	2.321
	320.629	303.360

A CEMIG possui, em 31 de dezembro de 2004, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$8.824 (R\$8.893 em 31 de dezembro de 2003). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

A controlada Infovias possui, em 31 de dezembro de 2004, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$24.001 (R\$18.642 em 31 de dezembro de 2003), em conformidade com estudos de recuperação suportado por projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.475.506	1.500.428	1.451.883	1.476.734
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(501.672)	(510.146)	(493.640)	(502.090)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(110.716)	(67.316)	(110.716)	(67.316)
Provisão referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	(8.650)	11.772	(8.650)	11.772
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	10.237	4.277
Contribuições e Doações Indedutíveis	(5.815)	(4.384)	(5.815)	(4.384)
Créditos Fiscais não Reconhecidos (Reconhecidos)	(3.181)	1.349	(3.181)	20.646
Outros	27.471	15.197	34.683	8.003
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(602.563)	(553.528)	(577.082)	(529.092)

13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, de 7 de abril de 2004, complementou, de forma provisória, os resultados da revisão tarifária periódica da CEMIG.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme a resolução mencionada, o reposicionamento tarifário fixado para a CEMIG deveria ter sido de 37,86%, também em caráter provisório. A diferença percentual de 6,33% será compensada pela ANEEL através de um acréscimo de R\$159.388, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

A diferença apurada no período de 8 de abril de 2003 a 7 de abril de 2004, foi reconhecida pela CEMIG como um ativo regulatório, em contrapartida ao resultado do exercício de 2004.

O reajuste aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2004 inclui um percentual adicional de 2,91%, que corresponde à primeira parcela de R\$159.388 mencionada anteriormente. Entretanto, o percentual de reajuste aplicado continua inferior ao reposicionamento tarifário adicional ao qual a CEMIG tem direito. A diferença apurada no período de 8 de abril de 2004 a 31 de dezembro de 2004, também está sendo reconhecida pela CEMIG como um ativo regulatório adicional, em contrapartida ao resultado do exercício de 2004.

Conforme estabelecido na Resolução Homologatória da ANEEL nº 71, os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado e Controladora 2004
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	358.602
Custo Médio Ponderado de Capital (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	40.280
Atualização Monetária – IGP-M	38.877
	437.759

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, no montante de R\$189.331.

A revisão por parte da ANEEL e a determinação definitiva do reposicionamento tarifário da Companhia podem implicar na necessidade de revisão e ajuste dos montantes contabilizados.

14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar - CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um contrato de cessão de créditos, de acordo com a Lei nº 8.724/93, com amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária.

Desde a assinatura do contrato original, ocorreram os seguintes aditivos:

a) Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de janeiro de 2001.

O objetivo deste aditivo foi a substituição do índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, a partir de novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

b) Segundo Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 14 de outubro de 2002.

Refere-se às 149 parcelas do contrato original, com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de maio de 2015, no valor total de R\$1.844.893, a preços de 31 de dezembro de 2004, com juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do IGP-DI.

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no exercício de 2002, correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

Devido a provisão integral para perdas constituída em 1º de abril de 2002, a receita financeira com atualização monetária e juros incidentes sobre o Segundo Aditivo, no montante de R\$799.568, a partir daquela data, não impactou os resultados dos respectivos exercícios, considerando que foram constituídas provisões para perdas de igual valor. Entretanto, em atendimento à legislação tributária brasileira, a CEMIG reconheceu os tributos federais a pagar incidentes sobre as receitas financeiras mencionadas.

As Parcelas do referido aditivo contratual com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de março de 2005, no montante de R\$498.102, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

c) Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de outubro de 2002.

As parcelas do contrato original com vencimento de 1º de abril de 1999 a 1º de dezembro de 1999 e de 1º de março de 2000 a 1º de dezembro de 2002, foram repactuadas com o Governo do Estado de Minas Gerais, com juros de 12% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-DI, a serem amortizadas através de 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. O valor deste aditivo em 31 de dezembro de 2004 é de R\$1.096.706 (R\$891.063 em 31 de dezembro de 2003), incluindo juros e multa sobre as parcelas em atraso.

Incluiu-se no aditivo contratual a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista da Companhia, líquidos de valor a ser destinado à compra de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé. Esta garantia permanecerá em vigor mesmo após o vencimento contratado no Terceiro Aditivo, previsto para maio de 2015.

Parte da parcela vencida em 1º de junho de 2003 e as parcelas subseqüentes do Terceiro Aditivo Contratual com vencimento até 1º de março de 2005, no montante de R\$307.816, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

Em 2004, a CEMIG reteve R\$48.912 dos dividendos devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais para liquidação das parcelas vencidas de março a maio de 2003 e parte da parcela vencida em junho de 2003.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais serão, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar se a referida garantia é efetiva ou se existirá a necessidade de constituição de provisão para perdas com esse ativo.

d) Composição do saldo da CRC

Aditivo contratual	Valores a vencer	Valores em atraso até 31.12.2004	Total	Provisão para perdas	Valor líquido registrado
Segundo Aditivo Contratual	1.409.425	435.468	1.844.893	(1.844.893)	-
Terceiro Aditivo Contratual	836.007	260.699	1.096.706	-	1.096.706
	2.245.432	696.167	2.941.599	(1.844.893)	1.096.706

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2004, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$175.662 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$22.500 referem-se a parcela dos dividendos destinados à aquisição, pelo Estado de Minas Gerais, das debêntures da usina de Irapé, e R\$153.162 poderão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos.

e) Negociações com o Governo do Estado

O Governo do Estado está elaborando uma nova proposta para regularização dos pagamentos do contrato da CRC. Esta nova proposta contempla um novo aditivo contratual, com repactuação da forma e prazo de pagamento do contrato que viabilizem o pagamento integral da CRC através da retenção dos valores devidos de dividendos ao Governo do Estado.

15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS/PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS/PASEP de dezembro de 2002 a dezembro de 2004 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a dezembro de 2004.

A ANEEL, através de correspondência enviada à CEMIG, reconhece o direito da Companhia ser ressarcida dos custos adicionais com PIS-PASEP/COFINS mencionados no parágrafo anterior. Desta forma, a CEMIG registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Realizável a Longo Prazo e em contrapartida reduzindo a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

A Companhia estima que os valores registrados serão recuperados na tarifa a partir de abril de 2005, sendo que os critérios de atualização e prazo de recuperação estão ainda pendentes de definição pela ANEEL. Entretanto, a CEMIG registrou os valores com atualização pela variação do IGP-M.

	Consolidado e Controladora 2004
PIS/PASEP – aumento nas despesas de dezembro de 2002 a dezembro de 2004	105.054
COFINS - aumento nas despesas de fevereiro de 2004 a dezembro de 2004	237.702
Atualização Monetária – IGP-M	18.326
	361.082

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Em Sociedades Controladas-				
Infovias	-	-	253.779	243.467
GASMIG	-	-	68.657	90.774
Usina Térmica Ipatinga S.A.	-	-	66.538	68.183
Sá Carvalho S.A.	-	-	106.685	102.860
Horizontes Energia S.A.	-	-	65.236	63.913
Cemig Capim Branco Energia S.A.	-	-	24.177	17.037
Cemig PCH S.A.	-	-	49.148	40.468
UTE Barreiro S.A.	-	-	9.276	5.199
Efficientia S.A.	-	-	2.795	1.894
Cemig Trading S.A.	-	-	40	10
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	-	-	11	-
Usina Termelétrica de Cogeração S.A.	-	-	2.658	-
Rosal Energia S.A.	-	-	98.419	-
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	8.262	-
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	72	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	26	-
	-	-	755.779	633.805
Em Consórcios	906.899	777.733	882.720	760.698
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias S.A.	-	-	9.510	9.510
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia S.A.	-	-	35.828	-
Em Outros Investimentos	9.295	10.563	5.457	6.752
	916.194	788.296	933.515	776.960
	916.194	788.296	1.689.294	1.410.765

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas/Coligadas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2004			Janeiro a Dezembro de 2004	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	225.205	-	(18.707)
GASMIG	186.030.754	55,19	67.543	124.396	(9.300)	38.338
Usina Térmica Ipatinga S.A.	64.174.281	100,00	64.174	66.538	(6.052)	4.407
Sá Carvalho S.A.	860.000.000	100,00	86.833	106.685	(19.543)	23.368
Horizontes Energia S.A.	64.257.563	100,00	64.257	65.236	(1.211)	1.323
Cemig Capim Branco Energia S.A.	1.000	100,00	1	24.177	-	-
Cemig PCH S.A.	1.000	100,00	1	49.148	-	-
UTE Barreiro S.A.	1.000	100,00	1	9.276	-	-
Efficientia S.A.	3.742.249	100,00	3.742	2.795	-	(1.409)
Cemig Trading S.A.	10.000	100,00	10	40	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	1.000	48,50	1	11	-	-
Central Termelétrica de Cogeração S.A.	1.000	48,50	1	5.461	-	5.455
Rosal Energia S.A.	86.944.467	100,00	86.944	98.419	-	247
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	33.051	33.051	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	301	301	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	50	50	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,40	1	1	-	-

Sociedades Controladas/Coligadas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2003			Janeiro a Dezembro de 2003	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	291.000.000	99,93	291.000	204.017	-	(28.957)
GASMIG	186.030.754	95,19	67.543	95.359	(29.585)	38.781
Usina Térmica Ipatinga S.A.	64.173.381	100,00	64.174	68.183	(1.855)	4.178
Sá Carvalho S.A.	860.000.000	100,00	86.833	102.860	(18.512)	21.254
Horizontes Energia S.A.	62.871.176	100,00	62.872	63.913	-	(345)
Cemig Capim Branco Energia S.A.	1.000	100,00	1	17.037	-	-
Cemig PCH S.A.	1.000	100,00	1	40.468	-	-
UTE Barreiro S.A.	1.000	100,00	1	5.199	-	-
Efficientia S.A.	10.000	100,00	10	1.894	-	(1.848)
Cemig Trading S.A.	10.000	100,00	10	10	-	-

As ações das empresas controladas mencionadas acima são ordinárias, excetuando-se 24.210.437 e 573.330.000 ações preferenciais das empresas GASMIG e Sá Carvalho S.A., respectivamente.

A movimentação dos investimentos na controladora é a seguinte:

	31.12.2003	Equivalência Patrimonial	Aquisições/Aportes de Capital	Dividendos Propostos	Alienação de Participação	Outros	31.12.2004
Infovias	243.467	(18.707)	29.185	-	-	(166)	253.779
GASMIG	90.774	35.025	-	(5.133)	(52.009)	-	68.657
Usina Térmica Ipatinga	68.183	4.407	-	(6.052)	-	-	66.538
Sá Carvalho	102.860	23.368	-	(19.543)	-	-	106.685
Horizontes Energia	63.913	2.534	-	(1.211)	-	-	65.236
Cemig Capim Branco Energia	17.037	-	7.140	-	-	-	24.177
Cemig PCH	40.468	-	8.680	-	-	-	49.148
UTE Barreiro	5.199	-	4.077	-	-	-	9.276
Efficientia	1.894	(1.409)	2.310	-	-	-	2.795
Cemig Trading	10	-	30	-	-	-	40
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	11	-	-	-	11
Central Termelétrica de Cogeração	-	2.650	8	-	-	-	2.658
Rosal Energia	-	247	98.172	-	-	-	98.419
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	8.262	-	-	-	8.262
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	72	-	-	-	72
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	26	-	-	-	26
	633.805	48.115	157.973	(31.939)	(52.009)	(166)	755.779

Os saldos integrais das controladas em 2004 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	<u>Gasmig</u>	<u>Transleste</u>	<u>Transirapé</u>	<u>Centrooeste</u>	<u>Transudeste</u>	<u>Cogeração</u>
Ativo						
Circulante	213.917	1.516	1	50	298	8.314
Realizável a longo prazo	2.776	411	-	-	-	-
Permanente	105.057	38.856	-	-	4	3
Total do ativo	<u>321.750</u>	<u>40.783</u>	<u>1</u>	<u>50</u>	<u>302</u>	<u>8.317</u>
Passivo						
Circulante	194.122	7.732	-	-	1	2.856
Exigível a longo prazo	3.232	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	124.396	33.051	1	50	301	5.461
Total do passivo	<u>321.750</u>	<u>40.783</u>	<u>1</u>	<u>50</u>	<u>302</u>	<u>8.317</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	435.055	-	-	-	-	10.872
Deduções da receita bruta	(90.153)	-	-	-	-	(2.939)
Receita líquida de vendas	344.902	-	-	-	-	7.933
Custo das vendas	(276.399)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	68.503	-	-	-	-	7.933
Despesas gerais e administrativas	(23.323)	-	-	-	-	(18)
Receitas (Despesas) financeiras	(1.737)	-	-	-	-	314
Lucro operacional	43.443	-	-	-	-	8.229
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.405)	-	-	-	-	(2.774)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	29.038	-	-	-	-	5.455
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	9.300	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>38.338</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.455</u>

b) Investimentos na Infovias

Em 31 de dezembro de 2004, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$28.713 (R\$39.593 em 31 de dezembro de 2003), classificados no saldo de investimentos.

O ágio de R\$9.510 na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado. Desta forma, o ágio será amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

A Infovias iniciou suas operações em janeiro de 2001 e sua subsidiária WAY TV Belo Horizonte S.A. em setembro de 2002. Estes negócios foram considerados estratégicos pela infra-estrutura existente na CEMIG. O negócio telecomunicações irá requerer investimentos adicionais para ser considerado completo e competitivo. Avaliações periódicas da Infovias e WAY TV são realizadas com o objetivo de determinar a sua capacidade de operar seus negócios em bases individuais e lucrativas, assim como de determinar a eventual necessidade de provisão para perdas neste investimento. Atualmente as projeções disponíveis não revelam a necessidade de provisão para perdas.

As principais, informações sobre a Infovias e sua controlada WAY TV são referentes:

- a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos e manutenção de saldo de ICMS a recuperar, cuja realização se baseia em projeções de lucratividade futura, que dependem da obtenção de resultados tributáveis futuros e da continuidade do seu plano de investimentos e do sucesso do plano de negócios da Sociedade e de sua controlada;
- a dependência de recursos adicionais, de acionistas ou terceiros, para o financiamento das operações da Sociedade e de sua controlada, bem como para assegurar a recuperação de seus ativos pelos valores registrados em suas demonstrações financeiras até que as receitas de suas operações sejam suficientes para absorver estes valores.

A CEMIG firmou com a Infovias contratos de arrendamento da infra-estrutura da rede da CEMIG, serviços de transmissão de dados entre companhias, serviços de geoinformática e de fornecimento de dados. Os contratos em referência se encontram pendentes de homologação pela ANEEL.

A ANEEL pode impor uma multa relativa aos contratos citados, se concluir que tais acordos não estão em consonância com suas regulamentações. A penalidade máxima é uma multa no montante igual a 2% das receitas brutas da CEMIG durante os 12 meses imediatamente anteriores à imposição da mesma. A Administração acredita ter argumentos de mérito com relação a este assunto. A ANEEL pode, também, impor restrições aos termos e condições dos acordos.

A CEMIG contratou serviços de assessoria para avaliação econômica-financeira e redefinição da estratégia de negócio da Empresa de Infovias S.A. e de sua controlada WAY TV Belo Horizonte S.A.. Neste trabalho, com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2005, será realizado um diagnóstico da situação atual e do potencial do negócio dessas empresas, identificando oportunidades para agregação de valor para a CEMIG.

c) Alienação de 40% do Capital Social da GASMIG – Acordo de cooperação e associação com a Petrobrás

Em 15 de dezembro de 2004, a CEMIG alienou parte de suas ações da GASMIG, representativas de 40,00% do capital social, sendo 39,5% para a TSS Participações S.A., subsidiária da Petrobrás Gás S.A. – (“Gaspetro”), e 0,5% para a Gaspetro, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”), no valor total de R\$153.857 sendo apurado pela CEMIG um ganho na alienação das ações no montante de R\$101.848, registrado no resultado do exercício de 2004 como uma receita não operacional. O valor da alienação foi apurado com base no fluxo de caixa descontado da GASMIG.

A alienação faz parte do Acordo de Associação entre CEMIG, GASMIG, Gaspetro e Petrobrás, assinado em 25 de agosto de 2004, visando o desenvolvimento do mercado de gás natural em todo o Estado de Minas Gerais. O Acordo contempla um Plano Diretor prevendo o mercado a ser atendido, os investimentos a serem realizados pela Petrobrás e suas subsidiárias em gasodutos de transporte e a expansão das redes de distribuição de gás pela GASMIG.

Segundo o Plano Diretor, a GASMIG elevará o seu volume diário de gás natural dos atuais 3,5 milhões de m³/dia para 4,5 milhões de m³/dia ao final de 2006, atingindo 11,1 milhões de m³/dia em 2023.

Foi assinado ainda um contrato de suprimento adicional de gás natural com a Petrobrás, que passa a ter o direito de preferência na venda de gás canalizado para a GASMIG, durante toda a vigência da Associação, desde que em igualdade de condições com terceiros.

d) Investimentos na Rosal Energia S.A.

Em 23 de dezembro de 2004, a CEMIG adquiriu as ações correspondentes a 100,00% do capital da Rosal Energia S.A. pelo valor de R\$134.000. Essa empresa possui os direitos de exploração do aproveitamento hidrelétrico, bem como o sistema de transmissão associado, da Usina Hidrelétrica Rosal, com potência instalada de 55 MW.

O valor de aquisição foi definido através de um laudo de avaliação elaborado por empresa de assessoria financeira, com base no fluxo de caixa projetado da Rosal Energia S.A. até o ano de 2032, data do término da concessão.

Foi apurado um ágio de R\$35.828 em função da expectativa de lucratividade futura durante o período da concessão. O ágio será amortizado de forma linear em 10 anos, a partir de janeiro de 2005. Na consolidação, o valor do ágio foi transferido para o diferido.

e) Consórcios

A CEMIG e sua controlada Cemig Capim Branco Energia S.A. participam em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG e da sua controlada, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2004	2003
Controladora				
Em operação				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,49	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,51	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,59	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	-
Depreciação acumulada			(20.893)	(11.077)
Total em operação			438.741	254.958
Em construção				
Usina de Queimado	82,50%		331	190.880
Usina de Funil	49,00%		2.057	-
Usina de Aimorés	49,00%		441.591	314.860
Total em construção			443.979	505.740
Total Controladora			882.720	760.698
Cemig Capim Branco Energia S.A.				
Usinas Capim Branco I e II em construção	21,05%		24.179	17.035
Total Consolidado			906.899	777.733

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais - COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais - CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional - CSN	17,92
	Mineração Morro Velho - MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	51,00
Capim Branco Energia S.A.	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	48,42
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais - CMN	12,63

17) – IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado		Controladora	
		2004	2003	2004	2003
Imobilizações em Serviço-					
Geração-					
Hidrelétricas	2,48	5.483.921	5.517.374	5.371.210	5.368.995
Termelétricas	2,29	357.027	217.014	131.178	132.430
Transmissão	3,38	1.221.822	1.117.066	1.221.822	1.117.066
Distribuição	4,92	7.248.010	7.002.672	7.248.010	7.002.672
Administração e outras	7,71	250.411	268.461	249.909	267.959
Telecomunicações	7,94	356.029	344.823	-	-
Gás	5,96	50.647	76.947	-	-
		<u>14.967.867</u>	<u>14.544.357</u>	<u>14.222.129</u>	<u>13.889.122</u>
Depreciação e Amortização Acumulada-					
Geração		(2.420.263)	(2.271.173)	(2.373.631)	(2.243.730)
Transmissão		(529.996)	(496.667)	(529.996)	(496.667)
Distribuição		(3.183.869)	(2.905.666)	(3.183.869)	(2.905.666)
Administração e outras		(154.817)	(152.370)	(154.705)	(152.316)
Telecomunicações		(84.779)	(54.388)	-	-
Gás		(11.592)	(16.549)	-	-
		<u>(6.385.316)</u>	<u>(5.896.813)</u>	<u>(6.242.201)</u>	<u>(5.798.379)</u>
		<u>8.582.551</u>	<u>8.647.544</u>	<u>7.979.928</u>	<u>8.090.743</u>
Imobilizações em Curso-					
Geração		980.356	533.193	896.056	466.568
Transmissão		50.165	92.380	40.694	92.380
Distribuição		370.131	337.383	370.131	337.383
Administração e outras		51.456	32.682	51.456	32.682
Telecomunicações		10.240	5.114	-	-
Gás		17.698	17.898	-	-
		<u>1.480.046</u>	<u>1.018.650</u>	<u>1.358.337</u>	<u>929.013</u>
Total do Imobilizado		<u>10.062.597</u>	<u>9.666.194</u>	<u>9.338.265</u>	<u>9.019.756</u>
Obrigações Especiais-					
Geração		(79)	(79)	(79)	(79)
Transmissão		(1.601)	(1.329)	(1.601)	(1.329)
Distribuição		(1.813.035)	(1.680.419)	(1.813.035)	(1.680.419)
		<u>(1.814.715)</u>	<u>(1.681.827)</u>	<u>(1.814.715)</u>	<u>(1.681.827)</u>
Total do Imobilizado Líquido		<u>8.247.882</u>	<u>7.984.367</u>	<u>7.523.550</u>	<u>7.337.929</u>

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$801.959, referente à construção da usina de Irapé (R\$354.550 em 2003).

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Distribuição	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,00	Chave Sistema	3,30	Chave Sistema	6,70	Software	20,00
Gerador	3,30	Disjuntor	3,00	Poste de Concreto	5,00	Veículos	20,00
Turbina Hidráulica	2,50	Torre Metálica	2,50	Condutor nu de alumínio	5,00	Equipamento Geral	10,00
Casa de Força	2,00	Transformador de Força	2,50	Transformador	5,00	Edificação	4,00
Barragem	2,00	Condutor nu de alumínio	2,50	Disjuntor	3,00		

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Curto Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	166.567	178.334	166.567	178.334
Furnas	31.419	51.616	31.419	51.616
MAE/CCEE	148.791	143.354	148.791	143.354
Repasse aos Geradores	118.245	87.685	118.245	87.685
Outros	45.522	40.281	45.447	40.281
	<u>510.544</u>	<u>501.270</u>	<u>510.469</u>	<u>501.270</u>
Materiais e Serviços	165.620	109.690	126.383	86.526
	<u>676.164</u>	<u>610.960</u>	<u>636.852</u>	<u>587.796</u>
Longo Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	<u>245.873</u>	<u>324.556</u>	<u>245.873</u>	<u>324.556</u>

Dos valores devidos ao MAE, R\$142.560 não foram pagos em função da liminar obtida pela CEMIG em dezembro de 2002, que alterou a forma de cálculo de suas obrigações, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9. O eventual pagamento dessa obrigação adicional depende da conclusão dos cálculos pela CCEE/MAE, tendo em vista as negociações entre a CEMIG e agentes da CCEE/MAE descritas na Nota Explicativa nº 9.

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Curto prazo				
Imposto de Renda	166.546	79.881	151.032	72.333
Contribuição Social	63.400	31.717	57.833	32.386
ICMS	172.556	141.870	167.945	139.555
COFINS	57.418	32.924	55.996	32.028
PASEP	15.484	15.172	15.204	14.737
INSS	8.443	11.488	8.375	10.650
Outros	13.059	8.421	11.290	8.266
	<u>496.906</u>	<u>321.473</u>	<u>467.675</u>	<u>309.955</u>
Longo prazo				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	320.933	241.303	311.428	241.303
Contribuição Social	112.114	86.869	112.114	86.869
COFINS	117.556	94.706	117.556	94.706
PASEP	22.226	17.265	22.226	17.265
	<u>572.829</u>	<u>440.143</u>	<u>563.324</u>	<u>440.143</u>

Os impostos da controladora registrados no longo prazo referem-se às obrigações e direitos diferidos incidentes sobre os ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e Reajuste Tarifário Diferido, os quais são devidos à medida da realização desses ativos e passivos.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	2004			2003
				Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA - CONTROLADORA							
ABN AMRO Bank - N. V.	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	8.851	-	8.851	28.906
ABN AMRO Real S.A. I, II e III	2009	6,35	US\$	894	76.978	77.872	-
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$	13.440	-	13.440	15.909
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	1997/2024	Diversas	US\$	23.859	187.131	210.990	249.658
Banco do Brasil S.A. I	2004	1,40	JPY	-	-	-	99.439
Banco do Brasil S.A. II	2004	Libor + 3,13	US\$	-	-	-	40.371
Banco do Brasil S.A. III	2004	10,38	US\$	-	-	-	118.507
Banco do Brasil S.A. V	2005	1,30	JPY	80.511	-	80.511	82.760
Banco do Brasil S.A. VI	2009	3,90	JPY	87	100.597	100.684	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID	1984/2006	4,00 a 7,67	US\$	12.850	5.540	18.390	34.712
Banco Itaú – BBA I	2004	3,70	US\$	-	-	-	120.195
Banco Itaú – BBA II (2)	2005	Diversas	US\$	83.057	-	83.057	90.205
Banco Itaú – BBA III	2004	3,69	US\$	-	-	-	111.477
Banco Itaú - S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$	47.270	66.360	113.630	147.916
Banco Itaú - S.A. II	2002/2004	Libor + 2,45	US\$	-	-	-	48.548
Citibank N.A. II	2002/2004	Libor + 5,50	US\$	-	-	-	34.276
Citibank N.A. III	2004	10,00	US\$	-	-	-	32.560
Citibank N.A. IV	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	6.898	-	6.898	22.521
ING Bank - Eurobônus	2004	9,13	US\$	-	-	-	79.522
KFW	2001/2016	4,50	EURO	2.391	26.257	28.648	31.307
LLoyds Tsb Bank Plc	2002/2004	Libor + 6,00	US\$	-	-	-	7.354
Siemens LTDA. I	2003/2004	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	90.762
Siemens LTDA. II	2003/2005	9,97	US\$	21.575	-	21.575	46.981
UNIBANCO I, II e III	2007/2009	6,50	US\$	429	190.164	190.593	-
UNIBANCO IV	2009	5,50	US\$	37	5.411	5.448	-
UNIBANCO V	2009	5,00	US\$	98	22.781	22.879	-
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas	18.802	43.125	61.927	78.401
Dívida em Moeda Estrangeira				321.049	724.344	1.045.393	1.612.287
MOEDA NACIONAL - CONTROLADORA							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2006	100,00 do CDI	R\$	236	66.000	66.236	-
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	2.641	118.821	121.462	-
Banco Itaú – BBA IV	2004	CDI + 3,90	R\$	-	-	-	301.573
Banco Itaú – BBA V	2008	IGP-M + 10,50	R\$	12.152	213.447	225.599	-
Banco Itaú – BBA VI	2005	CDI + 2,00	R\$	3.100	100.000	103.100	-
Banco Votorantim S.A.	2010	113,00 do CDI	R\$	117	54.372	54.489	-
BNDES	2003/2008	SELIC + 1,00	R\$	101.745	288.380	390.125	475.252
Bradesco I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	2005	107,50 do CDI	R\$	218.256	-	218.256	-
Debêntures I (3)	2005/2006	IGP-M + 12,70	R\$	504.255	484.743	988.998	879.826
Debêntures II - Governo do Estado de M. G.	2027/2028	IGP-M	R\$	-	79.001	79.001	50.267
Debêntures III (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	14.846	245.834	260.680	-
ELETROBRÁS I	2013	FINEL + 6,50	R\$	16.829	108.680	125.509	139.032
ELETROBRÁS II	2005	IGP-M + 10,00	R\$	51.959	-	51.959	88.062
ELETROBRÁS III	2023	UFIR, RGR + 5,00 a 8,00	R\$	28.304	133.208	161.512	110.114
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	1982/2011	Diversas	R\$	3.378	5.591	8.969	7.995
HSBC I e II	2005	104,00 do CDI	R\$	32.512	-	32.512	-
UHESC S.A.	2005	IGP-M + 14,66	R\$	63.023	-	63.023	55.716
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	3.705	104.095	107.800	102.933
Outros	1994/2007	Diversas	R\$	15.472	41.498	56.970	64.359
Dívida em Moeda Nacional				1.072.530	2.043.670	3.116.200	2.275.129
Fundos Vinculados				-	(20.674)	(20.674)	(132.291)
Total Geral Controladora				1.393.579	2.747.340	4.140.919	3.755.125
CONSOLIDADO							
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2002/2008	Libor + 5,45	US\$	17.126	40.837	57.963	80.921
Toshiba do Brasil S.A.	2002/2009	Libor + 6,00	US\$	4.404	11.862	16.266	18.237
Outros	2002/2009	Diversas	R\$	2.182	479	2.661	4.466
Total Geral Consolidado				1.417.291	2.800.518	4.217.809	3.858.749

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) As taxas de juros variam: 3,90 a 5,00 % ao ano.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência (quirografia), nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Fazem jus a remuneração anual definida em processo de "bookbuilding".

Os financiamentos da CEMIG são garantidos por avais e fianças da União e do Estado de Minas Gerais, notas promissórias emitidas pela própria CEMIG e vinculação de receita própria, sendo contratados com o objetivo de gerar recursos destinados à manutenção de capital de giro e expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em sua área de concessão.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Moedas				
Dólar Norte-Americano	856.759	1.424.503	782.530	1.325.345
Euro	60.969	69.464	60.969	69.464
Unidade de Conta (cesta de moedas)	18.389	32.772	18.389	32.772
Yen	181.195	182.199	181.195	182.199
Outras	2.310	2.507	2.310	2.507
	<u>1.119.622</u>	<u>1.711.445</u>	<u>1.045.393</u>	<u>1.612.287</u>
Indexadores				
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	1.675.859	1.084.464	1.675.859	1.084.464
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	125.509	139.032	125.509	139.032
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	161.512	110.114	161.512	110.114
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC	390.125	475.251	390.125	475.251
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	703.855	404.506	703.855	404.506
Outros	62.001	66.228	59.340	61.762
	<u>3.118.861</u>	<u>2.279.595</u>	<u>3.116.200</u>	<u>2.275.129</u>
Fundos Vinculados				
Taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário	(20.674)	(90.824)	(20.674)	(90.824)
Variação do Dólar Norte-Americano	-	(41.467)	-	(41.467)
	<u>(20.674)</u>	<u>(132.291)</u>	<u>(20.674)</u>	<u>(132.291)</u>
	<u>4.217.809</u>	<u>3.858.749</u>	<u>4.140.919</u>	<u>3.755.125</u>

A distribuição anual da amortização das dívidas a longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
2005	-	881.417	-	858.285
2006	839.874	719.957	824.338	697.793
2007	461.916	258.788	446.859	237.405
2008	436.998	93.416	421.941	80.911
2009	436.159	41.147	428.631	39.327
2010	97.194	37.406	97.194	37.406
2011	42.807	37.406	42.807	37.406
De 2012 em diante	485.570	201.876	485.570	201.876
	<u>2.800.518</u>	<u>2.271.413</u>	<u>2.747.340</u>	<u>2.190.409</u>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2004	Variação acumulada em 2003	Indexadores	Variação acumulada em 2004	Variação acumulada em 2003
	%	%		%	%
Dólar Norte-Americano	(8,74)	(18,23)	IGP-M	12,41	8,71
Euro	(0,85)	(7,78)	FINEL	2,38	1,70
Yen	(7,02)	(9,30)	CDI	16,16	23,33
Unidade de Conta	2,81	3,63	SELIC	16,24	23,41

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Saldo no início do exercício	3.991.040	3.539.370	3.887.416	3.403.314
Financiamentos obtidos	1.545.908	1.536.993	1.545.493	1.520.199
Variação monetária e cambial	93.072	(258.105)	92.149	(236.039)
Encargos financeiros provisionados	416.087	404.044	407.009	392.911
Encargos financeiros pagos	(383.435)	(405.315)	(374.011)	(394.343)
Amortização de financiamentos	(1.424.189)	(825.947)	(1.396.463)	(798.626)
	<u>4.238.483</u>	<u>3.991.040</u>	<u>4.161.593</u>	<u>3.887.416</u>
Saldo de Fundos Vinculados	(20.674)	(132.291)	(20.674)	(132.291)
Saldo no final do exercício	<u>4.217.809</u>	<u>3.858.749</u>	<u>4.140.919</u>	<u>3.755.125</u>

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2004 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	11/2006	100,00% do CDI	66.000
Banco do Brasil S.A.	11/2009	111,00% do CDI	118.821
Banco Itaú BBA	10/2005	100,00% do CDI + 2,00% a.a	100.000
Banco Itaú BBA	06/2008	IGPM + 10,50% a.a.	200.000
Banco Votorantim S.A.	12/2010	113,00% do CDI	54.371
Bradesco	07/2005	107,50% do CDI	199.980
Debêntures	06/2014	IGPM + 10,50% a.a.	240.712
Eletrobrás	09/2016	UFIR + 5,00% a.a.	75.565
HSBC	06/2005	104,00% do CDI	30.000
Outras	2004/2028	Diversos	29.046
			1.114.495
Moeda Estrangeira			
ABN AMRO Bank	10/2009	US\$ + 6,35% a.a.	82.267
Banco do Brasil S.A.	12/2009	JPY + 3,90% a.a.	100.000
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	10/2009	US\$ + 6,50% a.a.	138.271
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	09/2004	US\$ + 2,30% a.a.	75.400
Outras	2005/2009	Diversos	35.475
			431.413
Total de Captações			1.545.908

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A CEMIG possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2004, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31.12.2004
▪ EBITDA/Encargos Dívidas;	▪ Maior ou igual a 3,0	▪ 6,50
▪ Dívida/EBITDA;	▪ Menor ou igual a 2,5	▪ 1,56
▪ Imobilizado Líquido/Ativo;	▪ Maior ou igual a 30%	▪ 49%
▪ Patrimônio Líquido/Ativo;	▪ Maior ou igual a 30%	▪ 43%
▪ EBITDA/Resultado Financeiro	▪ Maior ou igual a 2,0	▪ 8,06
▪ Dívida Líquida/EBITDA (*);	▪ Menor ou igual a 3,25	▪ 1,47
▪ EBITDA/Encargos Dívidas;	▪ Maior ou igual a 2,8	▪ 6,52
▪ Dívida Líquida /EBITDA;	▪ Menor ou igual a 2,5	▪ 1,22
▪ EBITDA/Encargos Dívidas;	▪ Maior ou igual a 2,8	▪ 5,63
▪ Dívida/EBITDA;	▪ Menor ou igual a 3,36	▪ 1,80
▪ Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida;	▪ Menor ou igual a 53%	▪ 37%
▪ Dívida Curto Prazo/EBITDA;	▪ Menor ou igual a 90%	▪ 60%
▪ Investimento/EBITDA	▪ Menor ou igual a 60%	▪ 43%

(*) Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis
EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações

Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos na definição do EBITDA a ser utilizado no cálculo dos covenants.

O contrato de financiamento da Infovias com o MBK Furukawa Sistemas S.A./Unibanco, no montante de R\$57.963 em 31 de dezembro de 2004, dos quais R\$40.837 estão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, contém cláusulas restritivas que não foram cumpridas, e portanto poderiam causar o vencimento imediato dos valores devidos. A Infovias obteve o consentimento dos credores deste contrato até 31 de março de 2005. O consentimento afirma que estes credores não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos. Este financiamento está classificado como Passivo Exigível a Curto e Longo Prazo, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento. O contrato de financiamento conta também com garantia da CEMIG que, se exercida, implicará na conversão do valor pago em ações preferenciais da Infovias.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Reserva Global de Reversão – RGR	41.875	59.844	41.796	59.764
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	35.840	7.026	35.840	7.026
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.368	13.485	18.368	13.485
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.599	1.262	1.594	1.258
	98.889	82.824	98.805	82.740

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da CEMIG para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$1.109.201, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2004, 28 ativos e 252 aposentados/pensionistas.

A CEMIG mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamento de 50,00% do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ, com um valor fixo por participante aposentado ou ativo, atualizado anualmente pelo IGP-M.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.554.943 em 31 de dezembro de 2004 (R\$1.539.251 em 31 de dezembro de 2003) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar pela CEMIG, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente. Assim, o passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004, conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados a seguir:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	4.030.626	318.962	217.010
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	467.715	75.577	95.200
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	4.498.341	394.539	312.210
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.065.251)	(32.960)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.433.090	361.579	312.210
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(391.689)	(121.843)	7.452
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(25.095)	(11.221)	(11.202)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	1.016.306	228.515	308.460

A perda atuarial referente ao Plano de Saúde que excedeu a 10,00% das obrigações atuariais no montante de R\$82.389 será reconhecida no resultado em aproximadamente 14 anos, a partir de 2004, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2003	1.189.596	211.942	279.715
Despesa Reconhecida no Resultado	36.433	35.217	35.259
Contribuições Pagas	(209.723)	(18.644)	(6.514)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2004	1.016.306	228.515	308.460
Curto Prazo	199.738	-	-
Longo Prazo	816.568	228.515	308.460

Os valores registrados no curto prazo referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2005 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2004 são como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	6.356	21.129	3.202
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	449.322	34.030	32.289
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(422.476)	(3.077)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-	108	(1.745)
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	3.391	1.516	1.513
Contribuição dos Empregados	(160)	(18.489)	-
Despesa em 2004	36.433	35.217	35.259

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2005 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	7.321	26.412	4.896
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	490.600	42.543	34.832
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(436.963)	(5.393)	-
Perdas atuariais não reconhecidos	-	5.843	-
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	2.987	1.516	1.514
Contribuição dos Empregados	(96)	(22.543)	-
Despesa em 2005	63.849	48.378	41.242

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	2004		2003	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	11,30%	8,00%	13,40%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	9,00%	14,45%	11,00%	16,55%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	7,10%	4,00%	9,20%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT - 83		UP-94	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

A alteração das premissas atuariais em 2004 deve-se a adequação ao perfil demográfico dos participantes do Fundo de Pensão e expectativas futuras de redução na taxa de juros de longo prazo.

23) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões para perdas, como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2004	2003
Cíveis – Consumidores	105.109	97.075
Cíveis – Outras	42.162	27.447
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	68.868	51.518
Finsocial	20.484	20.036
Trabalhistas	110.802	90.291
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	60.366	29.833
Processos Administrativos da ANEEL	5.254	-
Outras	14.794	4.698
	427.839	320.898

Os valores provisionados em 2004 referentes às contingências judiciais estão demonstrados na nota explicativa nº 28.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas à CEMIG decorrentes do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

(b) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG vem deduzindo as quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(c) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(d) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$138.503 em 31 de dezembro de 2004 (R\$112.863 em 31 de dezembro de 2003). A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A constituição da provisão de R\$60.366 refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa da CSLL paga. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 31 de dezembro de 2004 representam a estimativa de perdas nestas questões.

(g) Outros

Determinado consumidor industrial entrou com ação para impedir a CEMIG de cobrar as perdas de energia ocorridas durante o transporte de energia da usina hidrelétrica até suas instalações industriais. O montante estimado da exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2004 é de aproximadamente R\$13.950, o qual está integralmente provisionado.

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(h) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$264.003, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional de R\$216.722. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

A Secretaria da Receita Federal, em função de inspeção efetuada na Declaração de Débitos/Créditos Tributários Federais - DCTF ("DCTF") de 1997 a 2001 da CEMIG durante 2003, emitiu autos de infração, no montante de R\$1.753.753, alegando falta de recolhimento de tributos, referentes aos exercícios de 1997 a 2001. A CEMIG apresentou pedido de impugnação do auto de infração em função da não consideração e/ou processamento, pela Receita Federal, das DCTF's retificadoras e complementares, protocoladas pela CEMIG, que comprovam a quitação dos tributos e contribuições correspondentes às autuações mencionadas. A Secretaria da Receita Federal ainda não se manifestou sobre o pedido da CEMIG. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter argumentos de mérito para defesa na esfera administrativa e caso necessário, na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) COFINS

A CEMIG iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a CEMIG pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$239.266. O Governo Federal está alegando que a CEMIG deve R\$230.184 adicionais referentes a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A CEMIG está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação. Considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(iii) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns Municípios do Estado de Minas Gerais estão processando a Companhia pelo pagamento da Taxa de Ocupação do Solo (taxa cobrada por Municípios devido ao uso de terreno para construção de redes de distribuição). Existem vários processos administrativos relacionados a essa questão com um valor total aproximado de R\$10.715. Não foi contabilizada provisão relacionada a essa demanda, uma vez que a Companhia acredita que possui argumentos de mérito para a defesa contra essas demandas e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

(iv) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores no montante de R\$128.085. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

(v) ICMS

Em 2004, o Governo do Estado impetrou procedimento administrativo contra a Companhia, no montante de R\$47.078, em decorrência da utilização pela CEMIG de créditos de ICMS transferidos por consumidor industrial e que estão sendo questionados pela Receita Estadual. A CEMIG apresentou sua defesa em maio de 2004. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(vi) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$610.930, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, por considerar sua expectativa de perda como remota.

(vii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e duplicar o reembolso pelos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações, pois considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

A Companhia é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A Companhia coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (“CBEE”), responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Nenhuma provisão foi registrada para estas reclamações, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a CVRD, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular a licença ambiental concedida para a usina hidrelétrica de Aimorés, assim como a respectiva concessão. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que pudessem ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado têm valor nominal de R\$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2004					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	212.771.605	-	2.771.169.007	3	2.983.940.612	2
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	8.203.904.293	12	31.830.154.771	35	40.034.059.064	25
No Exterior	2.978.244.209	4	56.678.327.222	62	59.656.571.431	37
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2003					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	229.271.605	-	2.771.169.007	3	3.000.440.612	2
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	8.756.203.404	13	40.469.833.374	44	49.226.036.778	31
No Exterior	2.409.445.098	3	48.038.648.619	53	50.448.093.717	31
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997. Em 07 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através da sua Câmara Civil, sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas. A Southern recorreu da sentença, interpondo embargos declaratórios que foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em outubro de 2001. A decisão final, do Superior Tribunal de Justiça de Minas Gerais ocorreu em dezembro de 2003, a qual é passível de ser reformada e, dessa forma, o acordo de acionistas e o controle da CEMIG ainda são passíveis de questionamentos.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2004	2003
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros-		
Reserva de Retenção de Lucros	1.570.502	877.686
	1.570.502	877.686

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se ao juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para investimentos em obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais a terem direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações. Vide cálculo dos dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais a seguir.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Dividendo obrigatório

A Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas em 13 de dezembro de 2004 alterou o percentual do lucro a ser distribuído como dividendo obrigatório, de 25% para 50%.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos seus acionistas está demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2004	2003
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<u>91.280</u>	<u>91.280</u>
Valor do Patrimônio Líquido	7.251.385	6.558.569
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido	<u>56,29%</u>	<u>56,29%</u>
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.081.805	3.691.818
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	<u>3,00%</u>	<u>3,00%</u>
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<u>122.454</u>	<u>110.755</u>
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais.	<u>122.454</u>	<u>110.755</u>
Dividendos obrigatórios		
Lucro Líquido do exercício	1.384.801	1.197.642
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido para 2004 e 25,00% do lucro Líquido para 2003	<u>692.400</u>	<u>299.411</u>
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	510.000	250.000
Dividendos complementares	<u>182.400</u>	<u>70.494</u>
Total	<u>692.400</u>	<u>320.494</u>
Total do Dividendo para ações preferenciais	389.752	180.406
Total do Dividendo para ações ordinárias	302.648	140.088
Dividendos por lote de mil ações- R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	1,34	1,21
Dividendo estatutário	4,28	1,85
Dividendos propostos	4,28	1,98

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado no valor de R\$692.400 será transferido para a conta de Reserva de Retenção de Lucros com o objetivo de reforçar o capital circulante, atender as necessidades de recursos para investimentos em obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e outras aplicações constantes do orçamento de capital a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2005.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da CEMIG foram calculados em 2004 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido ajustado. A data e a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio aprovados serão definidas posteriormente.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$510.000 (R\$250.000 em 2003) foram de R\$173.400 (R\$85.000 em 2003), reconhecidos no resultado do exercício.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	4.830.935	4.729.674	6.525.884	6.528.746	2.650.066	2.239.862
Industrial	68.265	68.159	23.071.283	21.715.148	3.561.787	2.874.841
Comércio, Serviços e Outros	530.158	523.055	3.537.087	3.402.088	1.259.318	1.040.675
Rural	388.445	368.057	1.846.415	1.783.220	395.903	332.435
Poder Público	46.373	44.735	527.081	509.458	178.826	146.820
Iluminação Pública	2.102	2.142	1.004.491	996.892	214.509	181.793
Serviço Público	7.305	7.069	966.425	971.702	199.019	170.980
Sub-Total	5.873.583	5.742.891	37.478.666	35.907.254	8.459.428	6.987.406
Consumo Próprio	1.324	1.308	54.674	55.028	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	66.410	90.587
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	39.727	100.800
	5.874.907	5.744.199	37.533.340	35.962.282	8.565.565	7.178.793
Suprimento a Outras Concessionárias	5	7	363.832	621.288	25.120	32.836
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	11.680	23.848
Total	5.874.912	5.744.206	37.897.172	36.583.570	8.602.365	7.235.477

	Controladora					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	4.830.935	4.729.674	6.525.884	6.528.746	2.650.066	2.239.862
Industrial	68.257	68.153	22.187.979	20.999.887	3.484.033	2.814.385
Comércio, Serviços e Outros	530.158	523.055	3.537.087	3.402.088	1.259.318	1.040.675
Rural	388.445	368.057	1.846.415	1.783.220	395.903	332.435
Poder Público	46.373	44.735	527.081	509.458	178.826	146.820
Iluminação Pública	2.102	2.142	1.004.491	996.892	214.509	181.793
Serviço Público	7.305	7.069	966.425	971.702	199.019	170.980
Sub-Total	5.873.575	5.742.885	36.595.362	35.191.993	8.381.674	6.926.950
Consumo Próprio	1.324	1.308	54.674	55.028	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	66.410	90.587
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	39.587	100.691
	5.874.899	5.744.193	36.650.036	35.247.021	8.487.671	7.118.228
Suprimento a Outras Concessionárias	5	7	363.832	621.288	24.647	32.836
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	11.673	23.647
Total	5.874.904	5.744.200	37.013.868	35.868.309	8.523.991	7.174.711

Reajuste Tarifário

Através da Resolução ANEEL 83, de 7 de abril de 2004, foram divulgadas as tarifas de energia elétrica a serem cobradas dos consumidores da CEMIG, com variação média de 19,13%, para as unidades consumidoras cuja medição de consumo ocorreu a partir de 8 de abril de 2004. Estas tarifas foram aplicadas no período do consumo medido de 8 de abril até 24 de maio de 2004.

Em 24 de maio de 2004, a ANEEL republicou a Resolução 83, modificando as tarifas a serem cobradas. A Companhia considera que as novas tarifas divulgadas pela ANEEL, representando um reajuste de aproximadamente 14%, são insuficientes para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme previsto em contrato. A CEMIG impetrou um procedimento administrativo contra a ANEEL com o objetivo de manter o reajuste médio originalmente publicado pela Resolução 83, nas tarifas a serem cobradas de abril de 2004 a abril de 2005.

Apesar do recurso administrativo mencionado acima, a CEMIG está aplicando em suas tarifas, a partir de 25 de maio de 2004, os valores informados através da Resolução 83 retificada pela ANEEL em 24 de maio de 2004. Os valores cobrados a maior no período de 8 de abril a 24 de maio de 2004, em função da retificação do reajuste tarifário da CEMIG, foram ressarcidos aos consumidores no 4º trimestre de 2004, no montante de R\$22.134.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS” está reembolsando às distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Fornecimento de Gás	408.050	367.043	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	18.338	8.263	18.338	8.263
Serviço Taxado	8.626	8.240	8.626	8.240
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	62.036	44.158	-	-
Outras Prestações de Serviços	20.769	22.959	19.030	22.406
Aluguel e Arrendamento	23.403	23.385	23.403	23.385
Outras	1.312	1.663	1.315	1.663
	542.534	475.711	70.712	63.957

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
ICMS	1.783.473	1.522.476	1.703.731	1.455.841
COFINS	306.654	271.471	283.481	261.710
Reserva Global de Reversão – RGR	204.375	155.959	203.473	155.056
PIS-PASEP	17.817	126.925	12.491	122.094
Encargo de Capacidade Emergencial	280.455	265.232	275.690	261.292
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	11.305	-	11.076	-
Outras	3.083	2.565	473	393
	2.607.162	2.344.628	2.490.415	2.256.386

A Companhia recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

O Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial em 2004 refere-se aos custos incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, na aquisição de energia elétrica em janeiro de 2004 em função do baixo nível dos reservatórios naquela data. Os custos foram rateados entre os consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado.

A CEMIG reverteu, no 4º trimestre de 2004, parte dos valores anteriormente registrados como despesas de PIS-PASEP/COFINS, conforme demonstrado na nota explicativa nº15.

28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Pessoal	805.718	737.772	791.849	721.752
Pessoal – Administradores e Conselheiros	3.279	2.662	3.226	2.615
Participações dos Empregados	110.101	92.583	109.373	92.302
Obrigações Pós-Emprego	106.909	74.338	106.909	74.338
Materiais	82.961	87.834	77.053	84.963
Serviços de Terceiros	333.508	321.245	326.104	305.504
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.479.799	1.393.423	1.479.723	1.393.423
Depreciação e Amortização	583.652	570.193	536.796	523.726
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	108.023	13.948	106.595	13.138
Provisões Operacionais	158.866	104.689	157.351	102.041
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	292.147	282.309	292.147	282.309
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	585.888	310.263	585.834	310.263
Gás Comprado para Revenda	259.795	246.276	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	237.863	118.217	237.863	118.217
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	104.271	(118.442)	104.271	(118.442)
Outras Despesas Líquidas	205.905	159.541	175.337	138.820
	5.458.685	4.396.851	5.090.431	4.044.969

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Remunerações e Encargos	797.854	654.025	784.511	638.460
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	37.266	30.818	37.266	30.818
Benefícios Assistenciais	79.809	70.753	77.674	68.876
	914.929	755.596	899.451	738.154
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(121.337)	(95.449)	(119.728)	(94.027)
	793.592	660.147	779.723	644.127
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	12.126	77.625	12.126	77.625
	805.718	737.772	791.849	721.752

Programa de Desligamento Incentivado – PDI

A CEMIG implementou em dezembro de 2003 e maio de 2004, o Programa de Desligamento Incentivado - PDI, que contou com a adesão de 987 empregados.

O incentivo financeiro para os empregados que aderiram ao PDI corresponde a uma indenização que varia de 0 a 17 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos, entre os quais o principal é o tempo de contribuição ao INSS. Com base nos critérios estabelecidos, o maior incentivo financeiro, correspondente a 17 vezes a remuneração, foi concedido aos empregados do sexo masculino e feminino com 30 e 25 anos de contribuição ao INSS, respectivamente, decrescendo gradativamente para os empregados com tempo inferior ou superior ao mencionado.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de seis meses, a partir da data do desligamento do empregado.

Os custos com o PDI, no montante de R\$89.751, foram apropriados nos resultados dos exercícios de 2003 e 2004, correspondendo a R\$77.625 e R\$12.126, respectivamente.

O desligamento dos empregados foi iniciado em 15 de janeiro de 2004 e concluído em 4 de janeiro de 2005.

Participações dos Empregados

A Companhia utilizou como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2004 e 2003 um percentual de 3% do resultado do serviço. Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2004 e 2003 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas adicionais de R\$47.853 e R\$41.177 respectivamente.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2004 e 2003 da Controladora e Controladas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$110.101 e R\$92.583 respectivamente. As parcelas adicionais mencionadas no parágrafo anterior, foram pagas dentro do próprio exercício.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Agentes Arrecadadores	33.677	31.298	33.677	31.298
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	42.672	39.254	42.671	39.254
Comunicação	45.850	34.110	44.362	32.748
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	54.732	62.533	48.539	57.630
Conservação e Limpeza de Prédios	21.370	19.423	21.054	19.240
Mão de Obra Contratada	15.025	25.152	12.018	12.154
Fretes e Passagens	3.922	13.787	3.645	13.211
Hospedagem e Alimentação	14.927	13.681	14.488	15.299
Vigilância	13.484	11.878	13.348	11.678
Consultoria	9.239	11.566	7.571	10.301
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	18.050	12.183	18.032	12.170
Manutenção e Conservação de Veículos	4.597	5.678	4.595	5.662
Corte e Religação	8.736	1.545	8.736	1.545
Outros	47.227	39.157	53.368	43.314
	333.508	321.245	326.104	305.504

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Energia de Itaipu Binacional	1.203.711	1.175.057	1.203.711	1.175.057
Energia de curto prazo	44.467	37.330	44.450	38.080
Encargos do serviço de sistema	92.200	-	92.200	-
Contratos Iniciais	115.901	151.461	115.901	151.461
Outros	23.520	29.575	23.461	28.825
	1.479.799	1.393.423	1.479.723	1.393.423

A energia comprada de Itaipu Binacional possui tarifa determinada em dólares norte-americanos, sendo definida através de Resolução pela ANEEL. A tarifa de compra de energia de Itaipu foi reajustada em 7,62% a partir de 1º de janeiro de 2005, passando de US\$17,8474 para US\$19,2071 por quilowatt.

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Prêmio de Aposentadoria	6.406	11.288	6.406	11.288
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	62.959	59.926	61.863	57.278
Contingências Trabalhistas	20.511	20.585	20.511	20.585
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	23.926	212	23.926	212
Cíveis - Consumidores	15.056	11.348	15.056	11.348
Bônus pagos aos consumidores durante o racionamento	23.449	-	23.449	-
Outras	6.559	1.330	6.140	1.330
	158.866	104.689	157.351	102.041

Em função de liminar judicial em vigor durante determinado período do Programa de Racionamento, a CEMIG foi impedida de cobrar parte da sobretaxa devida pelos consumidores, no montante total de R\$23.449. Em função deste impedimento, a ANEEL não efetuou o ressarcimento de parcela dos bônus pagos pela CEMIG aos consumidores em montante igual à sobretaxa não faturada.

Esta questão encontra-se em discussão junto ao Ministério das Minas e Energia visto ser a CEMIG mero agente de execução da política de bônus e sobretaxa determinados pelo Governo Federal. Foi constituída uma provisão integral para perdas em função da incerteza quanto ao resultado das negociações junto ao Ministério.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Arrendamentos e Aluguéis	33.668	25.234	23.178	18.164
Gasto com Eficiência Energética	20.419	16.057	19.981	15.734
Propaganda e Publicidade	19.808	11.040	17.007	10.557
Consumo Próprio de Energia Elétrica	20.244	17.212	17.410	14.924
Combustível para Produção de Energia Elétrica	19.311	8.127	19.311	8.127
Subvenções e Doações	18.642	17.317	18.401	17.102
Taxa de Fiscalização da ANEEL	18.554	14.405	18.307	14.231
Concessão Onerosa	8.426	7.264	8.330	7.264
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.247	12.738	4.233	10.714
Seguros	4.931	2.439	4.703	2.242
Contribuição ao MAE	2.350	2.937	2.350	2.937
Indenizações Trabalhistas	1.903	451	1.903	451
Outras Líquidas	32.402	24.320	20.223	16.373
	205.905	159.541	175.337	138.820

29) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	136.538	78.465	123.966	61.761
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	63.422	56.153	63.413	56.153
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	580.192	362.010	580.192	362.010
Provisão para Perdas Referentes Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(325.637)	(197.988)	(325.637)	(197.988)
Variação Monetária da CVA	127.758	114.087	127.758	114.087
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	326.976	379.584	326.976	379.584
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	79.157	-	79.157	-
Variações Cambiais	110.384	351.785	98.047	331.442
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(57.029)	(77.678)	(56.827)	(76.803)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.407	10.719	1.407	10.719
Outras	33.094	37.169	29.974	33.176
	1.076.262	1.114.306	1.048.426	1.074.141
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(374.426)	(334.617)	(365.348)	(322.091)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(51.883)	(56.069)	(51.883)	(56.069)
Variação Monetária da CVA	(28.401)	(21.290)	(28.401)	(21.290)
Variações Cambiais	(24.407)	(16.200)	(16.525)	(16.200)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(124.179)	(53.033)	(124.179)	(53.017)
C.P.M.F.	(49.156)	(38.749)	(46.988)	(36.710)
Reversão da Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	-	75.039	-	75.039
Perdas com Instrumentos Financeiros	(160.311)	(50.954)	(160.311)	(50.954)
Outras	(34.509)	(33.343)	(32.156)	(30.138)
	(847.272)	(529.216)	(825.791)	(511.430)
Juros Sobre Capital Próprio	(510.000)	(250.000)	(510.000)	(250.000)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(281.010)	335.090	(287.365)	312.711

Os encargos financeiros e variações monetárias/cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2004, nos montantes de R\$41.661 e R\$33.611, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado e Investimentos (consórcio de geração de energia elétrica) – (R\$66.750 de encargos financeiros e R\$43.617 de variações monetárias/cambiais no exercício de 2003).

30) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Ganho na Alienação de Participação na GASMIG	101.848	-	101.848	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	(16.044)	(33.140)	(16.002)	(33.115)
FORLUZ – Custeio Administrativo	(1.865)	(7.215)	(1.865)	(7.215)
Perdas em Projetos	-	(20.960)	-	(20.960)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(9.594)	187	(9.824)	23
	74.345	(61.128)	74.157	(61.267)

Os valores registrados como perdas em projetos em 2003 referem-se aos gastos com estudos de viabilidade técnica para construção das usinas de Bocaina e Formoso nos valores de R\$15.336 e R\$5.068, respectivamente. A Companhia considera não ser viável economicamente a continuidade no desenvolvimento dos projetos mencionados no momento data.

31) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	2004		2003	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
ATIVO				
Circulante				
Consumidores e Revendedores	18.212	-	17.987	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar	29.475	-	25.789	-
Outros Créditos - Adiantamento para Custeio de Benefícios Assistenciais	-	-	-	17.641
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.096.706	-	891.063	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	122.280	-	95.845	-
Consumidores e Revendedores	20.088	-	20.088	-
	51.932	-	61.550	-
PASSIVO				
Circulante				
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	172.556	-	141.870	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	175.662	-	71.383	-
Obrigações Pós-Emprego	-	199.738	-	185.226
Outras Obrigações - Repasse de Contribuições	-	16.514	-	15.938
Exigível a Longo Prazo				
Debêntures	79.002	-	50.267	-
Obrigações Pós-Emprego	-	1.353.543	-	1.496.027

	2004		2003	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
RESULTADO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	39.918	-	33.768	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	(1.783.473)	-	(1.522.476)	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	(106.909)	-	(74.338)
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	-	(37.266)	-	(30.818)
Receita Financeira-				
Juros e Variação Monetária auferidos com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	580.192	-	362.010	-
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(325.637)	-	(197.988)	-
Despesa Financeira				
Variação Monetária – Debêntures	(6.234)	-	(2.260)	-
Despesa não Operacional				
Custeio Administrativo da Forluz	-	(1.865)	-	(7.215)

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 11, 14, 19, 20, 22, 27, 29 e 30.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$59.626 em 31 de dezembro de 2004 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

32) –EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A CEMIG implementou um projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2004, operações contratadas de hedge, no montante de R\$234.346, equivalente a US\$88.286, e R\$179.875 equivalentes a ¥6.936.929 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 33).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	856.759	1.424.503	782.530	1.325.345
(-) Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos	-	(41.467)	-	(41.467)
(-) Operações contratadas de hedge/swap	(234.346)	(401.427)	(234.346)	(401.427)
	<u>622.413</u>	<u>981.609</u>	<u>548.184</u>	<u>882.451</u>
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	181.195	182.199	181.195	182.199
(-) Operações contratadas de hedge	(179.875)	(182.017)	(179.875)	(182.017)
	<u>1.320</u>	<u>182</u>	<u>1.320</u>	<u>182</u>
Outras moedas estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	60.969	69.464	60.969	69.464
Outros	20.699	35.279	20.699	35.279
	<u>81.668</u>	<u>104.743</u>	<u>81.668</u>	<u>104.743</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>705.401</u>	<u>1.086.534</u>	<u>631.172</u>	<u>987.376</u>

A partir de 2001, com a criação da Conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela A – CVA, a variação na taxa de câmbio referente às obrigações com compra de energia elétrica de Itaipu Binacional é compensada nos reajustes tarifários subsequentes e, desta forma, não representa mais uma exposição da CEMIG ao risco de taxa de câmbio.

b) Risco de taxas de juros internacionais

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), nos montantes de R\$247.486 e R\$74.229 respectivamente, em 31 de dezembro de 2004 (R\$615.960 e R\$99.158 em 31 de dezembro de 2003).

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores. Os procedimentos da CEMIG para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, a CEMIG procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de racionamento de energia

Parcela substancial da energia vendida pela CEMIG é gerada em suas usinas hidrelétricas. A parcela restante é adquirida de Itaipu, através de contratos iniciais firmados com a ELETROBRAS e, em menor escala, de outros geradores e através da CCEE/MAE. Um período prolongado de escassez de chuvas, que tivesse como consequência a redução no volume dos reservatórios das usinas hidrelétricas, poderia implicar em perdas para a CEMIG, em função de um eventual aumento no custo da energia comprada e da adoção de um novo Programa de Racionamento. Em função do nível atual dos reservatórios das hidrelétricas do sistema elétrico brasileiro, não está prevista, na opinião do Governo Federal, a implementação de um novo Programa de Racionamento para os próximos anos.

e) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Essas cláusulas restritivas foram atendidas, exceto às do empréstimo da Infovias junto ao MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO, para a qual foi obtido o consentimento formal (“waiver”) dos credores (vide Nota Explicativa nº 20), e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

33) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As empresas controladas pela CEMIG não possuem operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2004, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$88.286 (R\$234.346) e Yen no montante equivalente a ¥6.936.929 (Yen Japoneses) (US\$179.875).

Adicionalmente, a CEMIG tem instrumentos derivativos de “swap” junto a instituições financeiras, correspondentes a US\$30.662 (R\$81.389), com troca de variação cambial e taxa de juros prefixada por 95,00% da variação do CDI ou variação cambial (o que for maior).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas, de janeiro a dezembro de 2004, nos montantes de R\$108.505 e R\$50.399, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2004:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2004	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) acrescido de cupom cambial (1,30% a.a. a 3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (107,90% a 111,00% CDI)	De 04/2005 até 12/2009	¥6.936.929	(16.721)	(15.167)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,12% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2005 até 11/2009	US\$111.262	(12.686)	(16.135)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$22.976)	95	(18.005)
US\$ variação cambial + taxa (3,30% a.a. a 4,10% a.a.)	R\$ ou US\$ 95% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 05/2005 a 06/2005	(*) US\$30.662	(21.087)	(20.416)
				(50.399)	(69.723)

(*) Nesta operação de swap, a CEMIG continua com exposição à variação cambial

34) – SEGUROS (não auditado)

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/02/2004 a 28/02/2005	18.135	392
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/02/2005 a 29/04/2005	18.135	82
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/07/2004 a 10/07/2005	417.570	121
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	04/02/2004 a 04/02/2005	1.144.587	2.770
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	04/02/2005 a 04/02/2006	1.188.153	2.349

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

35) – COMPROMISSOS

A CEMIG possui contratos para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida em que os serviços são executados. Adicionalmente, estão previstos aportes de capital em algumas empresas controladas. Os principais compromissos futuros da CEMIG estão relacionados a seguir:

	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>
Usina Hidrelétrica Queimado	20.300	-	-	-
Usina Hidrelétrica Aimorés	66.300	-	-	-
Usina Hidrelétrica Irapé	270.900	12.700	3.400	300
Usina Hidrelétrica Funil	10.900	-	-	-
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	10.000	-	-	-
Usina Hidrelétrica Capim Branco I	10.100	4.500	100	-
Usina Hidrelétrica Capim Branco II	12.000	9.700	3.000	-
LT Irapé – Montes Claros 345 Kv	3.000	-	-	-
LT Pimenta – Furnas 345 KV	12.900	9.900	-	-
LT Itutinga – Juiz de Fora 345 KV	9.600	500	-	-
LT Araçuaí – Irapé 230 KV	8.600	500	-	-
INFOVIAS	48.000	-	-	-
GASMIG	5.290	4.137	60.000	3.321
Total	<u>487.890</u>	<u>41.937</u>	<u>66.500</u>	<u>3.621</u>

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Morais
Diretor Presidente

Francisco Sales Dias Horta
Diretor Vice-Presidente

Flávio Decat de Moura
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Heleni de Melo Fonseca
Diretora de Gestão Empresarial

Elmar de Oliveira Santana
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Celso Ferreira
Diretor de Planejamento, Projetos e
Construções

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.384.801	1.197.642	1.384.801	1.197.642
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -				
Depreciação e Amortização	583.652	570.193	536.796	523.726
Baixas Líquidas de Permanente	80.501	61.344	80.501	61.344
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(48.115)	(31.220)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(881.404)	(916.077)	(885.720)	(894.011)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	104.271	(118.442)	104.271	(118.442)
Provisões para Perdas Operacionais	193.145	21.264	192.253	18.812
Obrigações Pós-Emprego	106.909	74.338	106.909	74.338
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do				
Estado de Minas Gerais	325.637	197.988	325.637	197.988
Ativos Regulatórios - PIS-PASEP/COFINS	(361.082)	-	(361.082)	-
Reajuste Tarifário Diferido	(358.602)	-	(358.602)	-
Outros	(33.831)	(9.800)	(31.775)	(10.533)
	<u>1.143.997</u>	<u>1.236.230</u>	<u>1.045.874</u>	<u>1.174.251</u>
(Aumento) Redução de Ativos-				
Consumidores e Revendedores	(215.231)	(326.533)	(191.446)	(335.095)
Revendedores – Transações no MAE	49.326	-	49.326	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	309.582	270.464	309.582	270.464
Tributos Compensáveis	(32.325)	(102.014)	(16.257)	(102.976)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.392	157.780	62.426	154.607
Outros Ativos Circulantes	(38.192)	72.831	(16.837)	47.920
Despesas Antecipadas – CVA	160.755	(106.880)	160.755	(106.880)
Recebíveis do Governo Federal – baixa renda	31.520	1.967	31.520	1.967
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de				
Minas Gerais	48.912	27.918	48.912	27.918
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(6.704)	12.878	2.129	13.165
	<u>370.035</u>	<u>(149.369)</u>	<u>440.110</u>	<u>(183.517)</u>
Aumento (Redução) de Passivos-				
Fornecedores	(65.361)	(730.532)	(81.509)	(709.943)
Tributos e Contribuição Social	256.321	373.341	238.608	368.076
Salários e Contribuições Sociais	(25.251)	90.595	(25.541)	90.709
Encargos Regulatórios	(34.829)	39.862	(34.519)	39.528
Empréstimos e Financiamentos	115.332	(88.855)	119.071	(89.016)
Obrigações Pós-Emprego	(234.881)	(230.565)	(234.881)	(230.565)
Outros	168.569	50.175	154.729	62.603
	<u>179.900</u>	<u>(495.979)</u>	<u>135.958</u>	<u>(468.608)</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.693.932	590.882	1.621.942	522.126
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	1.229.544	716.870	1.229.544	700.076
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.424.189)	(825.947)	(1.396.463)	(798.626)
Empréstimos de Curto Prazo	316.364	820.123	315.949	820.123
Venda de Títulos e Valores Mobiliários	-	118.994	-	118.994
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	31.939	53.400
Redução de Capital em Controlada	-	-	-	10.460
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(308.573)	(198.972)	(307.147)	(200.122)
	<u>(186.854)</u>	<u>631.068</u>	<u>(126.178)</u>	<u>704.305</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.507.078	1.221.950	1.495.764	1.226.431
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(140.517)	(194.538)	(291.133)	(287.201)
No Imobilizado	(1.043.457)	(806.271)	(875.123)	(719.539)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	132.888	96.396	132.888	96.396
No Diferido	(250)	(31)	-	-
	<u>(1.051.336)</u>	<u>(904.444)</u>	<u>(1.033.368)</u>	<u>(910.344)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	455.742	317.506	462.396	316.087
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	440.481	122.975	366.390	50.303
No fim do exercício	896.223	440.481	828.786	366.390
	<u>455.742</u>	<u>317.506</u>	<u>462.396</u>	<u>316.087</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2004	2003	2004	2003				
RECEITAS								
Receita Operacional	9.748.018	7.967.945	9.197.822	7.495.425				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(62.959)	(59.926)	(61.863)	(57.278)				
Resultado Não Operacional	74.345	(61.128)	74.157	(61.267)				
	<u>9.759.404</u>	<u>7.846.891</u>	<u>9.210.116</u>	<u>7.376.880</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.479.799)	(1.393.423)	(1.479.723)	(1.393.423)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(585.888)	(310.263)	(585.834)	(310.263)				
Serviços de Terceiros	(333.508)	(321.245)	(326.104)	(305.504)				
Gás Comprado para Revenda	(259.795)	(246.276)	-	-				
Materiais	(82.961)	(87.834)	(77.053)	(84.963)				
Outros Custos Operacionais	(367.168)	(47.890)	(347.685)	(36.263)				
	<u>(3.109.119)</u>	<u>(2.406.931)</u>	<u>(2.816.399)</u>	<u>(2.130.416)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.650.285	5.439.960	6.393.717	5.246.464				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(583.652)	(570.193)	(536.796)	(523.726)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	6.066.633	4.869.767	5.856.921	4.722.738				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	48.115	31.220				
Receitas Financeiras	1.133.291	1.266.462	1.105.253	1.225.984				
	<u>1.133.291</u>	<u>1.266.462</u>	<u>1.153.368</u>	<u>1.257.204</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.199.924	6.136.229	7.010.289	5.979.942				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%	%	%	%			
Pessoal e Encargos	919.277	13	786.183	13	906.919	13	773.405	13
Impostos, Taxas e Contribuições	4.065.920	56	3.562.406	58	3.916.588	56	3.440.972	57
Despesas financeiras e Aluguéis	831.784	12	590.740	9	801.981	12	567.923	10
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	692.400	09	320.494	5	692.400	09	320.494	5
Participação de Minoritários	(1.858)	-	(742)	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	692.401	10	877.148	15	692.401	10	877.148	15
	<u>7.199.924</u>	<u>100</u>	<u>6.136.229</u>	<u>100</u>	<u>7.010.289</u>	<u>100</u>	<u>5.979.942</u>	<u>100</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.534.401		6.954.467	35.123	8.523.991
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	358.602	-	358.602
Receita de Uso da Rede	(2.760)	324.552	(77.275)	-	244.517
Outras Receitas Operacionais	19.190	1.308	38.457	11.757	70.712
	<u>1.550.831</u>	<u>325.860</u>	<u>7.274.251</u>	<u>46.880</u>	<u>9.197.822</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	<u>(102.935)</u>	<u>(19.539)</u>	<u>(2.365.801)</u>	<u>(2.140)</u>	<u>(2.490.415)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.447.896</u>	<u>306.321</u>	<u>4.908.450</u>	<u>44.740</u>	<u>6.707.407</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.479.723)	-	(1.479.723)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(20.247)	-	(561.252)	(4.335)	(585.834)
	<u>(20.247)</u>	<u>-</u>	<u>(2.040.975)</u>	<u>(4.335)</u>	<u>(2.065.557)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(97.863)	(66.175)	(533.458)	(424)	(697.920)
Entidade de Previdência Privada	(11.662)	(7.886)	(63.571)	(50)	(83.169)
Materiais	(11.355)	(5.618)	(49.156)	-	(66.129)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(19.311)	-	-	-	(19.311)
Serviços de Terceiros	(34.093)	(15.380)	(184.703)	(1.346)	(235.522)
Depreciação e Amortização	(132.972)	(35.087)	(340.966)	(5.121)	(514.146)
Provisões Operacionais	(11.032)	(6.379)	(62.768)	(253)	(80.432)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(104.343)	-	-	(2.252)	(106.595)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	(2.193)	(289.954)	-	(292.147)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(237.863)	-	(237.863)
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(104.271)	-	(104.271)
Outras	(22.985)	(5.604)	(53.772)	(1.206)	(83.567)
	<u>(445.616)</u>	<u>(144.322)</u>	<u>(1.920.482)</u>	<u>(10.652)</u>	<u>(2.521.072)</u>
CUSTO TOTAL	<u>(465.863)</u>	<u>(144.322)</u>	<u>(3.961.457)</u>	<u>(14.987)</u>	<u>(4.586.629)</u>
LUCRO BRUTO	<u>982.033</u>	<u>161.999</u>	<u>946.993</u>	<u>29.753</u>	<u>2.120.778</u>
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	-	-	(311.073)	-	(311.073)
Despesas gerais e Administrativas	(23.011)	(13.293)	(133.612)	-	(169.916)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(22.813)	(22.813)
	<u>(23.011)</u>	<u>(13.293)</u>	<u>(444.685)</u>	<u>(22.813)</u>	<u>(503.802)</u>
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	<u>959.022</u>	<u>148.706</u>	<u>502.308</u>	<u>6.940</u>	<u>1.616.976</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL RECEITAS (DESPEAS) FINANCEIRAS					
Receita Financeira	51.852	25.355	967.797	3.422	1.048.426
Despesa Financeira	(83.393)	(29.030)	(576.149)	(137.219)	(825.791)
	<u>(31.541)</u>	<u>(3.675)</u>	<u>391.648</u>	<u>(133.797)</u>	<u>222.635</u>
Juros sobre Capital Próprio	(68.804)	(39.780)	(401.416)	-	(510.000)
	<u>(100.345)</u>	<u>(43.455)</u>	<u>(9.768)</u>	<u>(133.797)</u>	<u>(287.365)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	<u>858.677</u>	<u>105.251</u>	<u>492.540</u>	<u>(78.742)</u>	<u>1.377.726</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(2.179)</u>	<u>(1.706)</u>	<u>(22.366)</u>	<u>100.408</u>	<u>74.157</u>
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	856.498	103.545	470.174	21.666	1.451.883
Imposto de Renda e Contribuição Social	(352.501)	(41.153)	(173.448)	(9.980)	(577.082)
Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	503.997	62.392	292.726	11.686	874.801
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	68.804	39.780	401.416	-	510.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>572.801</u>	<u>102.172</u>	<u>698.142</u>	<u>11.686</u>	<u>1.384.801</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003
(Em milhares de reais)
(Reclassificado)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.465.663		5.702.962	6.086	7.174.711
Receita de Uso da Rede	(2.347)	255.970	3.111	23	256.757
Outras Receitas Operacionais	8.943	771	43.427	10.816	63.957
	<u>1.472.259</u>	<u>256.741</u>	<u>5.749.500</u>	<u>16.925</u>	<u>7.495.425</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	<u>(113.544)</u>	<u>(19.962)</u>	<u>(2.122.278)</u>	<u>(602)</u>	<u>(2.256.386)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.358.715</u>	<u>236.779</u>	<u>3.627.222</u>	<u>16.323</u>	<u>5.239.039</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.393.423)	-	(1.393.423)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(15.156)	-	(293.185)	(1.922)	(310.263)
	<u>(15.156)</u>	<u>-</u>	<u>(1.686.608)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>(1.703.686)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(96.861)	(64.879)	(494.893)	(152)	(656.785)
Entidade de Previdência Privada	(8.826)	(5.912)	(45.095)	(14)	(59.847)
Materiais	(8.799)	(5.984)	(59.621)	-	(74.404)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(8.127)	-	-	-	(8.127)
Serviços de Terceiros	(30.578)	(14.600)	(160.034)	(1.014)	(206.226)
Depreciação e Amortização	(132.120)	(33.961)	(334.207)	(4.477)	(504.765)
Provisões Operacionais	(5.319)	(3.203)	(24.816)	(78)	(33.416)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(12.465)	-	-	(725)	(13.190)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(282.309)	-	(282.309)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(118.217)	-	(118.217)
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	118.442	-	118.442
Outras	(19.493)	(4.741)	(61.912)	(7.668)	(93.814)
	<u>(322.588)</u>	<u>(133.280)</u>	<u>(1.462.662)</u>	<u>(14.128)</u>	<u>(1.932.658)</u>
CUSTO TOTAL	<u>(337.744)</u>	<u>(133.280)</u>	<u>(3.149.270)</u>	<u>(16.050)</u>	<u>(3.636.344)</u>
LUCRO BRUTO	<u>1.020.971</u>	<u>103.499</u>	<u>477.952</u>	<u>273</u>	<u>1.602.695</u>
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	-	-	(228.391)	-	(228.391)
Despesas gerais e Administrativas	(22.426)	(13.488)	(140.222)	-	(176.136)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(4.098)	(4.098)
	<u>(22.426)</u>	<u>(13.488)</u>	<u>(368.613)</u>	<u>(4.098)</u>	<u>(408.625)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	<u>998.545</u>	<u>90.011</u>	<u>109.339</u>	<u>(3.825)</u>	<u>1.194.070</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receita Financeira	132.762	26.418	915.296	(335)	1.074.141
Despesa Financeira	(57.324)	(13.553)	(380.657)	(59.896)	(511.430)
	<u>75.438</u>	<u>12.865</u>	<u>534.639</u>	<u>(60.231)</u>	<u>562.711</u>
Juros sobre Capital Próprio	(33.000)	(20.000)	(197.000)	-	(250.000)
	<u>42.438</u>	<u>(7.135)</u>	<u>337.639</u>	<u>(60.231)</u>	<u>312.711</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>1.040.983</u>	<u>82.876</u>	<u>446.978</u>	<u>(32.836)</u>	<u>1.538.001</u>
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.020.050</u>	<u>81.546</u>	<u>409.813</u>	<u>(34.675)</u>	<u>1.476.734</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(362.811)	(29.070)	(149.501)	12.290	(529.092)
Lucro (Prejuízo) Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	<u>657.239</u>	<u>52.476</u>	<u>260.312</u>	<u>(22.385)</u>	<u>947.642</u>
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	33.000	20.000	197.000	-	250.000
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>690.239</u>	<u>72.476</u>	<u>457.312</u>	<u>(22.385)</u>	<u>1.197.642</u>

NOTA EXPLICATIVA À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

A CEMIG mantém registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão, distribuição/comercialização e atividades não vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica da CEMIG, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- ❑ Geração - Refere-se ao fornecimento de energia para a atividade de Distribuição, sendo adotadas as seguintes tarifas: Para o exercício de 2004, tarifa de R\$51,02/MWh até 07 de abril de 2004 e R\$53,56/MWh a partir de então. Para o exercício de 2003, tarifa de R\$46,10/MWh, até 07 de abril de 2003 e R\$51,02/MWh a partir de então.
- ❑ Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL, e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- ❑ Distribuição e Comercialização – Refere-se aos valores efetivamente faturados pela CEMIG a consumidores finais, reduzidos daqueles alocados as atividades de Geração e Transmissão.
- ❑ Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos ativos da CEMIG relacionados a atividade de produtor independente de energia elétrica e outras operações não vinculadas a concessão.

A receita de geração para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de Distribuição e Comercialização.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Deduções às Receitas - Exceto quanto ao ICMS e ECE, que incidem somente sobre a atividade de Distribuição/Comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Resultados de Equivalência Patrimonial foram alocados integralmente como Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns, ou seja, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela CEMIG. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

As Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade foram elaboradas em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanço Patrimonial e a Mutação do Patrimônio Líquido. Desta forma, as referidas Demonstrações não representam as Demonstrações dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes, conforme está previsto para 2005, com a separação em empresas distintas, da atividade de distribuição, das atividades de geração e transmissão.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 18º andar, em Belo Horizonte-MG, examinaram o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2004, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu), opinam os membros do Conselho Fiscal, por maioria, favoravelmente à aprovação dos mesmos pela próxima Assembléia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 07 de março de 2005.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual (controladora) e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos individuais (controladora) e consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais (controladora) e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. As informações suplementares contidas no Anexo III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade individual (controladora) da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, estão apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Estas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no Anexo III.
6. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 8, 9, 10 e 18, às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos às operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE, sucedido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE/CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2004, os quais podem ser modificados em função de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
7. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 7 de abril de 2003, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 31,53 %, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, ainda em caráter provisório, para 37,86%. Essa alteração resultou na contabilização de um ativo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2004 é de R\$437.759 mil. Esse montante está registrado no ativo realizável a longo prazo e será realizado pela inclusão nas contas de energia. O referido reposicionamento tarifário continua em processo de validação e homologação definitiva pela ANEEL. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004, não contemplam eventuais outros ajustes que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo.

Belo Horizonte, 7 de março de 2005



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG



Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG